

REVISTA

DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DO ESPIRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

Reconhecido de utilidade publica pelo governo Federal e pelo Estadual

Numero 11. — Julho de 1938



*O' jovens Brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera;
.....
Imitai-os para que elles, do sepulchro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos!*

NATIVIDADE SALDANHA

VICTORIA
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
OFF. DA «VIDA CAPICHABA»

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

Reconhecido de utilidade pública pelo governo Federal e pelo Estadual

Numero 11. ————— Julho de 1938



*O' jovens Brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Poís a raça de heróis não degenera;*

*.....
Imitai-os para que elles, do sepulchro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos!*

NATIVIDADE SALDANHA

VICTORIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OFF. DA «VIDA CAPICHABA»

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

Reconhecido de utilidade pública pelo governo Federal e pelo Estadual

Numero 11 == Julho de 1938



*O' jovens Brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera ;*

*.....
Imitai-os para que elles, do sepulchro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos !*

NATIVIDADE SALDANHA

VICTORIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
OFF. DA «VIDA CAPICHABA»

Eleição e Posse da Diretoria do Instituto H. e Geografico do Espi- rito Santo para o bienio 1937-1939

O «Diario da Manhã» de 19 de Junho de 1937, assim se refere a esse fato:

«Empossou-se, no dia 12 do corrente, a nova diretoria do Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo, cuja gestão se estenderá até junho de 1939.

A diretoria recém-empossada ficou assim constituída: Presidente — Dr. Archimimo Mattos; 1º vice-presidente—Dr. Mario Freire; 2º vice presidente— Dr. Ceciliano Abel de Almeida; 3º vice-presidente — Desembargador Josias Soares; secretario —Prof. Placidino Passos; tesoureiro—Dr. Olyntho do Couto Aguirre; 1º orador—Prof. Elpidio Pimentel; adjunto de orador—Dr. Americo Ribeiro Coelho.

Por aclamação foram declarados Presidente de Honra os exmos. srs. capitão João Punaro Bley e dr. Arnulpho Mattos e Orador Honorario o exmo. sr. dr. Alarico de Freitas.

Na sessão de posse, realizada com a maxima solenidade e numerosa assistencia, na Casa do Espirito Santo, á Avenida da Republica, conforme tivemos ocasião de noticiar, o sr. prof. Elpidio Pimentel, orador official, fez o elogio funebre dos socios dr. Aristoteles da Silva Santos, desembargador Oscar Faria Santos e prof. José Dias da Cunha. Em seguida foram os presentes em romaria á estatua de Domingos Martins, patrono do Instituto,

orando sobre o heroe da Revolução de 1817 o prof. Almeida Cousin e o dr. Antonio Athayde.

Fazem parte da actual directoria do Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo pessoas capazes, pela sua cultura, espirito de civismo e amor á nossa terra, de intensificar o desenvolvimento da patriotica e douta associação, fazendo-a levar por deante as suas beneficas e altruisticas finalidades.»

UMA ENTREVISTA

Em Junho do anno proximo passado, logo após a posse da nova directoria do Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, o «Diario da Manhã», decano da imprensa capichaba, entrevistou o presidente eleito Dr. Archimimo M. de Mattos, resumindo, nos termos abaixo, a palestra que com elle manteve:

«Procurámos ontem, em sua residencia, o nosso illustrado conterraneo sr. dr. Archimimo Mattos, nroo Presidente do Instituto, para ouvir a sua palavra autorizada acerca da situação em que se acha a respeitavel agremiação, cujos destinos foi chamado a dirigir mais uma vez e, ao mesmo tempo para indagar da diretriz que vae ser dada ao Instituto, nesta fase não ha muito iniciada.

Fomos recebidos e acolhidos pelo sr. dr. Archimimo com o cativante cavalheirismo, que é um dos traços marcantes da sua apreciada personalidade. Explicados os motivos da nossa visita, o illustre conterraneo prontificou-se a fornecer-nos todos os informes e esclarecimentos de que carecessemos e trocadas as naturais e reciprocas expansões entre dois velhos amigos, que se encontram, s. s. foi logo nos dizendo que o Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo, desde sua fundação, vem prestando á coletividade espirito-santense os mais assinalados serviços, aliás pouco conhecidos por quantos não se dedicam ás cousas do pensamento, isto porque não faz alarde de sua atuação e até a sua propria Revista não tem quasi circulação dentro do Estado, onde não a procuram com o mesmo empenho manifestado por estudiosos de outras partes.

—Ultimamente, continuou o dr. Archimimo, o

Instituto tem permanecido como que em repouso, mau grado os esforços dos seus dois ultimos Presidentes—Drs. Antonio Athayde e Arnulpho Mattos. Estes dois dignos consocios não puderam evitar a dispersão de algumas atividades. Agora, porém, é nosso desejo retomar a serie de trabalhos que vinhamos desenvolvendo em proveito das cousas de interesse do Espirito Santo. Como disse, ha dias, no Rotary Club, aonde fui a convite especial, em nome da associação que tenho a honra de presidir neste momento, o Instituto Historico é uma agremiação de carater conservador, não querendo dizer, porém, que recuse entrar no estudo sociologico da epoca, nem desaconselhar e muito menos condenar a aceitação de novas idéas oriundas da propria evolução dos povos e suas civilizações, cujo estudo está na razão da propria existencia dos nossos quadros sociais. Particularizando ao Brasil, e ainda mais ao Espirito Santo, é nosso fim estudar, ver, observar, discutir e registrar todos os fenomenos, fatos, etc., ligados á historia e á geografia da nossa terra.

— E a «Revista», quando reaparecerá?

— Breve. Como registro do que formos executando, teremos de publicar a «Revista» com a necessaria pontualidade, dando-lhe curso entre os estudiosos e procurando reeditar, em suas paginas trabalhos antigos de velhos publicistas nossos, já esquecidos do nosso publico, como Misael Penna, José Marcellino e Basilio Daemon. E' nosso intuito obter, não só do Instituto Historico Brasileiro, como nos arquivos da Biblioteca Nacional e da Marinha, copias de uma grande quantidade de mapas referentes ao Espirito Santo, esquecidos ou quasi totalmente ignorados dos nossos contemporaneos.

— Só com esse serviço, disse-nos o sr. Archimimo, poderemos organizar a primeira Mapoteca do Espirito Santo, talvez uma das melhores do Brasil, se é que em outros Estados se tenha cogitado de organizar Mapotecas regionais. Ao que sabemos, trabalho de tal natureza só existe, por enquanto no Ministerio do Exterior. O museu, a cuja organização demos cooperação, quando tivemos a satisfação de dirigir o Instituto, acha-se

ainda em estado incipiente, embora já conte com bons elementos, principalmente em mineralogia. Como entendemos que um simples museu historico não satisfaça as nossas aspirações, é nosso desejo preparar um museu ecletico, onde possamos encontrar uma seção puramente historica, seções de Historia Natural, raridades, seções de museu puramente comercial, com mostruarios dos nossos produtos agricolas manufaturados etc. além de uma seção de arte religiosa. Para este empreendimento, esperamos o valioso concurso do Governo do Estado, que tem sido sempre um grande cooperador do Instituto, bem como do sr. Bispo Diocesano, para a arrecadação de preciosidades que andam esparsas por velhos e antigos templos catolicos, e da simpatia de toda a população capichaba. Continuamos, como na nossa primeira administração, com o desejo de franquear as nossas instalações a todas as associações culturais, litero-cientificas ou simplesmente literarias, para que venham trabalhar ao nosso lado pelo progresso do Espirito Santo e pela união de todos os homens de boa vontade. Para isso combateremos corajosamente e sem desfalecimentos, os particularismos desagregadores que tanto mal fazem ás nossas instituições. Não será porque tal ou tal consocio seja desafeto pessoal de qualquer membro de tal ou de qual associação, que esta deva ser privada de se utilizar das nossas instalações. O Instituto Historico não é propriedade nossa, não pertence a qualquer dos nossos consocios ou membros de sua diretoria, porque é simplesmente um patrimonio do Espirito Santo e, como tal, dentro dele, não podem nem devem predominar vontades pessoais, sinão as coletivas, inspiradas nos superiores interesses da terra a que servimos. Para atingirmos aos fins em vista teremos que contrariar talvez vontades afeiçoadas a certos particularismos prejudiciais, mas estamos certos de que falará por nós a razão dos principios que defendemos. Por isso, será o nosso primeiro dever dar, desde logo, início á organização de estatutos de acordo com idéas mais modernas. Verdade é que os estatutos a que nos referimos foram aprovados na nossa primeira administração,

ha 12 anos atrás. Depois deles, outros foram aprovados em parte, mas não foram publicados e, por isso, não se tornaram conhecidos dos nossos consocios. Está, portanto, o Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo sem estatutos no presente momento, pelo que temos de os fazer sem perda de tempo, para, a seguir, determinarmos uma revisão nos quadros sociais, de maneira a ficarmos com os socios que realmente se sentiriam satisfeitos com a nossa companhia. E' necessario que levemos à sociedade espirito-santense em geral a convicção de que ser socio do Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo não é um favor que fazemos, antes uma honra excepcional que o individuo recebe ao ingressar no nosso seio, dada a respeitabilidade da nossa instituição, bem como o carater e a natureza a que se entrega.

— Quaes os consocios mais perseverantes e mais dedicados ao Instituto ?

E o dr. Archimimo respondeu de pronto: Desde o primeiro dia de sua fundação dr. Antonio Athayde, dr. Carlos Xavier, dr. Arnulpho Mattos, dr. Josias Soares, dr. Ceciliano de Almeida, prof. Elpidio Pimentel e poucos outros. Depois vieram os drs. Mario Freire, Aurino Quintaes, Manoel Pimenta, tenente-coronel Octavio Araujo, além de alguns mais que não tem sido muito frequentes. E prosegue. Um pequeno grupo de abnegados tem zelado pelo Instituto, trabalhando incessante e desinteressadamente pela sua conservação e prosperidade. Dahi a sua direção estar rotativamente na mão de poucos. Ainda agora a presidencia saiu das mãos do dr. Arnulpho Mattos para as do seu irmão, que responde com praser às vossas perguntas. Fui eleito por unanimidade de votos livres e espontaneos da elite intelectual que compareceu á eleição. Isto foi para mim motivo de muita satisfação e muita honra. E as minhas palavras neste momento valem como um comovido agradecimento às simpatias com que o meu nome foi acolhido.

Quizemos saber qual havia sido a situação do sr. dr. Arnulpho Mattos na gestão passada.

E o dr. Archimimo informou: Sou suspeito

para uma apreciação sobre o caso. Apenas poderia relembrar as palavras do nosso consocio dr. Heraclito Pereira, quando propoz fosse ele aclamado Presidente Honorario da nossa associação, honra que só conferimos aos mais velhos e abenegados servidores do Instituto.

— Creio, terminou o dr. Archimimo Mattos, Presidente do Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo, que já satisfiz a curiosidade do representante do «Diario da Manhã». Preciso, porém, deixar ainda bem claro que o exmo. sr. Governador Punaro Bley tem sido sempre solícito em atender ás necessidades do Instituto, concedendo-lhe subvenção para a publicação de sua Revista, convidando-o para para todas as festas de caracter civico a cargo do Estado e dispensando-lhe outras considerações. Ainda agora espera o Instituto que o Governo autorise as obras necessarias ás nossas novas instalações, carecedoras de serias modificações. Aqui deixo tambem o meu reconhecimento á imprensa local pelos beneficios prestados ao Instituto, já noticiando as nossas festas, enaltecendo os nossos intuitos ou exaltando as nossas realizações. Esperamos, com o apoio da imprensa e da opinião esclarecida das nossas classes intellectuais, poder cooperar para o engrandecimento do Estado e do Brasil».

Discurso pronunciado pelo Presidente honorario do I. H. G.
do Espirito Santo -- Dr. Antonio Francisco Athayde, na
sessão civica do dia 13 de Maio de 1938, em
comemoração da abolição dos escravos do Brasil.

Meus Senhores:

Vamos ler um capitulo
inédito dos Apontamentos da
Historia do E. Santo, em via
de publicação.

**BREVE NOTICIA SOBRE A ESCRA-
VIDÃO E A PROPAGANDA ABO-
LICIONISTA NO BRASIL E NO ES-
PIRITO SANTO**

O dia 13 de maio foi consagrado, pela Re-
publica, á commemoração da fraternidade dos
brasileiros. Essa data representa a grande victo-
ria do abolicionismo, que evoluiu em tres estos
fecundos: — com Euzebio de Queiroz, que prohibiu
o trafego dos escravos, em 1850; com o Viscon-
de do Rio Branco, que remiu o ventre da mulher
escrava, em 1871; e finalmente, com o ministerio
João Alfredo, em que a Princesa Izabel, a redem-
ptora, não trepidou em assignar a lei da extinc-
ção da escravidão, em 1888.

O Brasil não sustentou nenhuma guerra tre-

menda, como os Estados Unidos da America do Norte, na lucta da *seccessão*, em que os Estados do Sul desejavam conservar seus escravos, felizmente extinctos em 1865. Entretanto, muitos foram os episodios épicos dessa gloriosa conquista libertadôra no Brasil, nos varios surtos da nossa nacionalidade, da colonia ao imperio, nos quaes muitos dos ousados paladinos da nobre causa, tiveram que pagar, com sacrificio da propria vida, a coragem indomita dos seus commettimentos libertadôres.

Os açoites das senzalas já ecoavam nas ruas das cidades...

Em todas as provincias agitava-se a propaganda estrenua da libertação dos escravos. O Brasil não podia caminhar com essa peia aviltante.

Precisava-se rythmar essa desharmonia nacional, no concerto dos povos civilizados. O homem não podia ser propriedade de outro homem, e, nestas condições, o problema tinha que ser resolvido, custasse o que custasse, em prôl da dignidade humana.

Em quasi todas as fazendas de escravos, praticavam-se actos, os mais abominaveis, da mais requintada selvageria.

Do açoite á pena de morte, tudo se commettia com acquiescencia da propria autoridade civil e militar...

No Espirito Santo tambem desenrolaram-se scenas cruéis e angustiosas, como as da Rebelião do Queimado, em 1849 e Frei Gregorio de Bene, sem medir talvez as consequencias do seu gesto irreflectido, no desejo revelado de ter a igreja da parochia do Queimado terminada no dia 19 de março do mesmo anno, dia de São José, seu padroeiro — estimulára os escravos ao trabalho accelerado da sua construcção, dizendo-lhes que intercederia junto da Rainha, pela liberdade de todos, os que trabalhassem, com affinco, nas obras da predita igreja, até sua conclusão.

Concluidas as obras, effectivamente, a 19 de março, e não sendo possivel Frei Gregorio cumprir a promessa feita, rebentou a insurreição dos

escravos por todas as fazendas, mais ou menos, na circumscripção da freguezia do Queimado.

O panico foi horrivel por toda Provincia!... O governo imperial, por meio de tropas chegadas do Rio e do contingente militar de Victoria, conseguiu abafar logo, em começo, o movimento sedicioso, que projectava se alastrar por todos os flancos, em proporções assustadôras, capturando-se a maioria dos rebeldes, na fuga de muitos delles, pobres pretos, sedentos de liberdade—unico crime de sua rebellião.

Installou-se em Victoria o tribunal do Jury para julgal-os, de 31 de maio a 2 de junho, quando foi pronunciado o «veredictum»:—sentenciados á pena ultima (força) 5; 6 absolvidos e os demais, 25, a crueis açoites!...

Foi advogado da defesa o notavel padre Dr. João Climaco, que produziu uma longa e formosa oração, pedindo a absolvição dos accusados.

Frei Gregorio, já destituido das funcções de parochio da freguezia do Queimado, embarcára, por ordem da Presidencia da Provincia, a bordo do vapor de guerra *Guapiassu*, para a Côrte.

Deixemos, pois, os commentarios desse trisstissimo episodio e de outros de menos vulto das victimas da escravidão, e abordemos o movimento libertador, já intensificado por todo o Imperio, na propaganda de cada Provincia.

O Espirito Santo cumpriu o seu dever, enfileirando-se tambem na luta civica da abolição.

Faziamos parte da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, chefiada por José do Patrocinio; e do Centro Abolicionista da Escola Polytechnica, com Urbano de Vasconcellos, chefiada por Paulo de Frontin, Ennes de Souza, Agostinho dos Reis e André Rebouças, todos paladinos de saudosa memoria.

Representavamos, tambem no Rio, por occasião das festas libertadôras, as sociedades abolicionistas existentes em Victoria—«Domingos Martins», «João Climaco» e «Pessanha Povo»; e, bem assim, tinhamos a delegação da imprensa capichaba, abolicionista—«Folha da Victoria», redigida brilhantemente por Aristides Freire e Candido Costa.

Os espirito-santenses fundaram, no Rio, a exemplo de outros provincianos, uma sociedade libertadora para impulsionar o movimento abolicionista no Espírito, sendo eleita uma comissão de tres membros:—Urbano de Vasconcellos, Antonio Aguirre e Antonio Athayde.

Portanto, já honrados por todas as sociedades abolicionistas de Victoria, ao chegarmos em 1884, a esta nossa abençoada terra, fomos distinguidos, o que muito nos sensibilizou, com a presidencia da «Sociedade Libertadora Domingos Martins».

Para tornar a nossa conducta irreprehensivel e coherente com os destinos da sociedade, estabelecemos, como principio fundamental, que só seria socio da «Libertadora», quem remisse todos os seus escravos, no que fomos attendidos, calorosamente; porque, sem essa condição moralizadora, incorriamos em grave censura publica, que nos invalidaria na propaganda, como cúmplices do mesmo attentado.

Libertámos todos os nossos escravos, de herança paterna e materna, depois da emancipação legal, promanada da nossa formatura na E. Polytechnica, remindo assim todos elles, inclusive um bom amigo, ainda captivo, habil musico e pedreiro—o Benedicto. Recebeu carinhosa manifestação dos seus companheiros, por occasião de obter a sua carta de liberdade; a noticia dessa festa intima foi redigida pelo genial jornalista Pessoa Pova, de saudosa memoria, no seu reputado orgão—«Vasco Coutinho», em 1884.

Para darmos uma idéia approximada do entusiasmo empolgante com que exultava a nossa população nesses dias de franca propaganda, vamos transcrever 3 locaes de dois conceituadissimos orgãos da imprensa d'aquella época—«Folha da Victoria», redigida por Aristides Freire e Candido Costa, e «A Provincia do Espírito Santo» por Cleto Nunes e Muniz Freire, referentes ás sessões publicas, nos dias agitados da lucta redemptora.

Diz a «A Povincia»: — «**CONFERENCIA ABOLICIONISTA**»—Realiza hoje, ás 7 horas da noite (11 de maio de 1884) a sua 3a. conferencia publica, no paço da Municipalidade, a «Libertado

ra Domingos Martins», falando o seu presidente Dr. Antonio Athayde, sobre o thema :— «Reorganização social—locação de serviços—leis contra a vagabundagem.

O intelligente orador provará a conveniencia do ex-escravo, principalmente da lavoura, não dever ser incorporado immediatamente á sociedade brasileira, sem passar por um periodo de transição ou preparatorio, devido á aviltada educação que recebeu nas senzalas.

Demonstrará que a locação de serviços na lavoura resolve o problema, sempre em fôco, da falta de braços e evita a crise economica. Para sustentação desta these, o orador exhibirá o plano d'uma lei de locação de serviços, que representará a preparação.

Estudará a conveniencia da criação de colonias dirigidas por profissionaes, como um recurso a impedir a vagabundagem nas cidades, villas e povoados; bem assim, mostrará a conveniencia de estatuir-se no Paiz, um regimen fiscalizado pela policia para o serviço da criadagem.

Por esta ligeira noticia o leitor avalia do interesse, que sem duvida despertará na população a conferencia de hoje, que será abrilhantada pela entrega de 3 cartas de liberdade.

A excellente e muito applaudida banda dos Caramurús, prestar-se-á a deleitar o auditorio, com a exhibição de boas musicas do seu repertorio, recentemente avigorado.»

—Outra noticia d'«A Provincia» sobre o successo da 3a. conferencia :—«Libertadora Domingos Martins.»—«Esteve imponente a 3a. sessão publica que no domingo, á noite, no paço municipal, realizou a «Libertadora.» Além de grande numero de cavalheiros de elevada consideração social, concorreram á festa muitas senhoras que emprestaram o brilho de suas sympathicas presenças e seu generoso apoio á causa patriotica da redempção dos escravizados, sob a égide da ordem e da legalidade.

A's 8 horas foi aberta a sessão e logo em seguida pelo presidente da sociedade foi lido o reflectido discurso, que amanhã publicaremos, o qual

mereceu o assentimento unanime do auditorio que applaudiu o conferencista.

Concluida esta parte da sessão, o 1.º secretario procedeu á leitura de 5 cartas de liberdade enviadas á sociedade, sendo entregues em acto successivo 3 dellas aos respectivos libertandos.

O presidente da «Libertadora» precedeu este acto solenne de phrases cheias de cordura e prudente conselho, exhortando os redimidos a serem obedientes e leaes aos deveres da communhão social.

Na ausencia do orador da sociedade—Dr. Afonso Claudio, occupou a tribuna o socio Aristides Freire, saudando o feliz acontecimento ali celebrado.

Antes da entrega das cartas foi lido um officio do digno socio commendador Mercier, enviando 24\$800 réis, importancia relativa a 10 % do subsidio do 2.º mez da sessão da Assembléa Provincial, que recebeu na qualidade de deputado. Foi recebido com especial agrado, mencionando-se em acta o generoso auxilio.

A collecta feita por duas exmas senhoras, entre as pessoas presentes, produziu 39\$200 réis que, addicionados á offerta do commendador Mercier, elevou-se ao total de 64\$000 Rs.

A sessão foi encerrada, em seguida, por entre demonstrações sympathicas dos espectadores, erguendo o presidente da «Libertadora» vivas á Provincia do Espirito Santo.

A banda dos Caramurus, dirigida pelo conhecido professor João Azevedo, concorreu muito para o realce da sessão, tocando em occasiões opportunas musicas novas, de bellissimo effeito, que impressionaram agradavelmente o escolhido auditorio.»

—A «Folha da Victoria», depois de uma minuciosa e bem inspirada local sobre a festa da «Libertadora», referiu-se ao libertando Faustino, na entrega da carta, ponto esse que foi omittido na noticia d'«A Provincia», propositalmente, por ser o ex-senhor, o redactor desse diario.

Diz a «Folha da Victoria»: — «O redimido Faustino, depois de haver recebido a carta de sua liberdade, das mãos do presidente da sociedade,

entre expressões de conselhos, dirigiu-se ao seu ex-senhor, o nosso collega Cleto Nunes a beijar-lhe a mão, mas este não consentiu, dando-lhe a sua a apertar. Foi tocante para todos os circumstantes esse acto de reconhecimento por parte do libertando e de confraternização por parte do nosso collega.

Naquelle instante muitos corações pulsaram ao choque de um sublime sentimento.»

—Feitas estas transcripções de dois brilhantes órgãos da imprensa indigena d'aquella época, necessarias aos apontamentos da historia abolicionista da nossa terra, tivemos em vista tambem, assignalar os abnegados serviços prestados á causa santa dos escravizados pelos nossos consocios, arrostando odiosidades insuperaveis, nos varios estadios do movimento libertador, prejudicados em seus legitimos interesses.

Convidado o conselheiro Dantas para organizar o ministerio, no qual tinhamos esperanças para o exito da nossa causa, a «Libertadora» reuniu-se immediatamente em sessão solenne e fez lavrar um voto de louvor e confiança ao novo gabinete liberal, transmittindo-lhe o seguinte telegramma:—«Ao Exmo. Senador Conselheiro Dantas—«A Libertadora Domingos Martins» saúda em V. Exa. o restaurador da dignidade nacional.—Victoria, em 15 de julho de 1884—(assignados)—Antonio Athayde, Aleixo Netto, Candido Costa, Afonso Claudio, Lima Escobar, Ovidio dos Santos.»

Mas, não foi a libertação dos sexagenarios, que beneficiou o triumpho da causa. Não bastou esse acto de benemerencia, para arrefecer a propaganda.

O povo tornou-se mais insaciavel, com a represalia feita pelos escravocratas...

A supplica de Benjamin Constant, no Club Militar, em 1887, deferida pela generosa Princesa Izabel, da prohibição do emprego da força publica na captura de negros foragidos, que escapavam aos rigores do «tronco» das fazendas, foi o maior golpe de morte, vibrado na infamante instituição negreira.

Começou então a alliança de abolicionistas e republicanos no scenario politico, accelerando

a marcha dos acontecimentos, até que não houve mais dique que contivesse a impetuosidade da onda popular, que crescia dia a dia e que só clamava pela extinção immediata da escravidão no Brasil!

As provincias, com os seus clubs libertadores, intensificavam o movimento para o desfecho. Effectivamente, a abolição dos escravos foi uma victoria nacional.

Estão na memoria de todos, os serviços relevantes prestados aqui no Espírito Santo, à propaganda abolicionista, por Affonso Claudio, Candido Costa, Aleixo Netto, Aristides Freire, Lima Escobar, Ovidio dos Santos, Cleto Nunes, Urbano de Vasconcellos, Joaquim Ayres, José Candido, Pedro Lyrio, Lydio Mullulo, Amancio Pereira, Antonio Aguirre, Tiburcio de Oliveira, Paula Moraes e outros conterraneos nesta capital; no norte da provincia, entre alguns, Souza Lé e Vicente Lopes; no sul o advogado Gil Goulart e posteriormente, Leopoldo Cunha e o conselheiro Costa Pereira, ministro do Imperio do gabinete abolicionista João Alfredo.

E' facil ter incorrido em falta grave, na omissão involuntaria dos nomes de alguns dos devotados companheiros; porém, isso se nos desculpará, pois ficaram gravados seus serviços na consciencia de quem os recebeu; e esta é a mais legitima recompensa de quem trabalha só com amor pela felicidade humana.

Finalmente, naquella agitação constante pela solução do magno problema abolicionista, conservaram-se fieis, nos seus postos de combate dessa benemerita e patriotica cruzada até o ultimo dia, todos os dignos companheiros, até a hora derradeira do despontar da aurora da liberdade, do indescriptivel delirio nacional, em que a gloriosa Princeza Izabel, a redemptora—a emula de Izabel, a catholica—assignava com letras de luz, a lei da sua immortalidade, remindo para sempre o captivo da raça africana na nossa Patria, instituição essa maldita, que nos aviltava perante a Humanidade—a 13 de maio de 1888!

Com esta breve noticia, só tivemos em vista testemunhar as nossas respeitosas homenagens,

aos heroicos pioneiros da grande causa nacional da remissão dos captivos, evocando tambem, nesta hora, o glorioso passado do Espirito Santo, neste solenne culto civico, em que os filhos libertos de pais escravos de hontem, immortalizam, no escrinio dos seus corações agradecidos, o nome benedicto de IZABEL, a Redemptora!

Antonio Athayde

Climatologia Espírito-santense

Não tem sido fácil aos tratadistas precisar o padrão do clima brasileiro ou, mesmo, da América do Sul.

No Brasil, diz Rocha Pombo, não será possível, tão cedo, determinar a média aproximada quanto á temperatura do país.

A mesma dificuldade encontrará quem pretender reduzir a termo médio a diversidade das condições físicas das várias circumscrições territoriais espírito-santenses.

Região de zonas completamente opostas é bem de avaliar a variedade de climas.

Basta lembrar, sob o aspecto de altitude, que regiões existem abaixo do nível do mar, metade de uma centena de metros, e outras que se ostentam quasi á altura de mil metros.

Cidades procuradas pela salubridade, como, por exemplo, Guarapari, apenas se sobrepõem ao mar em 3 ms., como também Iconha, Nova Almeida e Santa Cruz.

Vitória, na sua parte baixa, Vila Velha, Benevente, não atingem a meia dezena de metros.

Em posição oposta acham-se arraiais, como o do Príncipe e o de São Pedro de Rates, elevando-se a 800 ms.

No Espírito Santo encontra-se o ponto mais alto do Brasil: o Pico da Bandeira, na serra do Caparaó, com seus 2.959 ms., sobrepujando-se ao Itatiaia, na Mantiqueira.

Está a Este do Rio de 5° 31' 299 em tempo e 1°, 22', 49", 350 em arco. Itaunas, ao contrario, demora a 14°, 39', 56", 85 em arco. Em latitude Sul de 17°, 52', 35", 390 se acha em Santa Clara,

ao passo que a Barra de Itabapoana a 21° 17', 56', 028.

A zona montanhosa que abrange o Pico da Chibata, o Pontão do Sul e o Pico da Bandeira é constituída de rochas de origem plutônicas, compostas de camadas de argilas ferruginosas e areias; ao passo que a zona baixa é constituída de rochas de origem netuniana e representam depósitos de aluviões antigos e modernos.

O Dr. Morize, citado na obra de Rocha Pombo, inicia o seu trabalho, sob climatologia, estudando os ventos que, em sua opinião, são os grandes modificadores dos climas. E tanta importância deu às correntes atmosféricas que, em regiões como o Amazonas, dividiu o ano meteorológico em duas épocas: a das grandes e das pequenas chuvas.

Ainda, sob este ponto de vista, é desigual a nossa região temperada que abrange duas zonas climáticas distintas a do litoral e a do interior. Na primeira é o clima quente e humido durante o inverno, e seco ao verão.

Na do interior é sempre o clima seco e agradável.

Rocha Pombo dá como comum nas regiões baixas do litoral espirito-santense as febres de fundo palustre, desinteria, hepatite crônica, bronquite, pneumonia, coqueluche, opilação e, em menor proporção, a morfêa e a tuberculose.

Otimista é o Barão Homem de Melo, quanto ao clima do Espírito Santo, ao afirmar, á pag. 42, da Geografia Atlas do Brasil: «Podemos certificar que os habitantes de Linhares, de Porto Mascarenhas — e do rio Guandú, logares que, no Sul, gozam dessa má reputação, têm apparencia de uma saúde excelente e que poucos denotam o individuo sujeito ás febres intermitentes.

Em algumas colonias, os colonos europeus aclimataram-se perfeitamente, e a prosperidade em que elas se acham, é o melhor atestado da salubridade do clima».

Não ha duvida, entretanto, que as febres intermitentes sucedem aos transbordamentos do Rio Doce no municipio de Linhares e ás cheias do Jucú e São Mateus.

Mas, em compensação, ha, no Estado, na zona do interior, climas verdadeiramente invejados, como o do Arraial do Principe no Rio Pardo e o de Santa Tereza.

Na comarca de Domingos Martins existem localidades como Araguaia, Santa Izabel, Marechal Floriano e Campinho cujo clima é, com plena confiança, procurado pelos valetudinarios.

O clima do Espirito Santo é, em geral, salubre e ameno, especialmente nos pontos mais elevados.

CARLOS XAVIER

PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES

— DA —

IMPrensa NO BRASIL

Foi uma pequena officina em Recife, utilizada para divulgar algumas orações religiosas, a mais remota tentativa de imprensa no Brasil. Desappareceu sequestrada em obediencia aos termos de uma Ordem Régia de 8 de Julho de 1706.

Quatro annos depois, distribuia-se no Mexico a primeira obra impressa em portuguez neste continente: — o *Luzeiro Evangelico*, de Fr. João Baptista Morelli.

Outra tentativa, esta no Rio de Janeiro, a officina de Izidoro da Fonseca, não poudé tambem ser mantida, em vista dos termos energicos da Carta Régia de 5 de Julho de 1747, reiterando determinações constantes da Provisão de 10 de Maio do mesmo anno.

A esse tempo, Rousseau escrevia as apreciações sobre a divulgação das artes e sciencias, como a imprensa permittia fazer, expostas no celebre discurso premiado, em 1750, pela Academia de Dijon....

Transferida a Côrte Portugueza para o Brasil, o jornalista Hippolyto da Costa, nascido na antiga colonia do Sacramento, sómente poudé commentar e criticar o que era a nova administração estabelecida aqui, imprimindo em Londres, a partir de 1 de Junho de 1808, o *CORREIO BRASILIENSE* ou *ARMAZEM LITTERARIO*. E' certo que outros periodicos, sobre as coisas do Brasil, foram publicados no estrangeiro: o *NYTHEROY*, editado em Paris, no anno de

1836, por Magalhães, Torres Homem, Porto Alegre e Eugène de Monglave; e, de 1870 a 1879, em New-York, *O NOVO MUNDO*, de José Carlos Rodrigues. Bem differentes eram, porém, os motivos....

Em 1807, o Pe. José Joaquim Viégas de Menezes imprimiu, em Minas, com algum material que aqui mesmo preparou, um opusculo do Dr. Diogo de Vasconcellos, em homenagem ao Governador, o futuro Visconde de Condeixa.

A Imprensa Régia sómente foi fundada a 13 de Maio de 1808, anniversario do Principe Regente, Aproveitou-se o material typographico que Antonio de Araujo de Azevedo, depois Conde da Barca, fizera transportar de Lisboa, quando veio a familia real, A iniciativa dessa creação é attribuida ao ministro Souza Coutinho, porque referendou a seguinte Ordem Régia, daquelle dia, mandando instalar o serviço:

«Tendo me constado que os prelos que se acham nesta Capital eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra; e attendendo á necessidade que ha da officina de Impressão nestes meus Estados; sou servido que a casa onde elles se estabeleceram sirva interinamente de impressão régia onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomaticos que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço, e se possam imprimir todas e quaesquer outras obras, ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração á mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra o tenha assim entendido e procurará dar ao emprego da officina a maior extensão e lhe dará todas as instruções e ordens necessarias e participará a este respeito a todas as estações o que mais convier ao meu real serviço».

A primitiva imprensa official foi installada no edificio á rua do Passeio, occupado durante alguns annos pelo Pedagogium e posteriormente sede da Directoria de Limpeza Publica e Particular.

Podia, como se vê, imprimir trabalhos particulares; deviam ser todos, porém, previamente approvados pela Mesa Censoria. A respectiva Junta Directora foi constituida, a principio, do desembargador José Bernardes de Castro, Mariano José Pereira da Fonseca, futuro marquez de Maricá, e José da Silva Lisboa, depois visconde de Cayrú. Este, refere Amoroso Lima, «desde a sua chegada ao Rio, em 1808, fôra nomeado membro da Junta Directora da Impressão Régia; nesse posto permaneceu por 18 annos, sem interrupção, comparecendo diariamente á typographia e dirigindo pessoalmente os seus trabalhos». Affirmou isso baseado em Valle Cabral, que, na «Vida e escriptos de José da Silva Lisboa», asseverou o seguinte:— «Pelos livros de registro, que felizmente ainda existem, se vê o interesse que elle revelava pelo bom andamento e progresso da nossa primeira officina typographica. Trabalhou e concorreu poderosamente Silva Lisboa para o engrandecimento da arte typographica entre nós»(1)

Ahi foram publicados o «Diccionario da lingua portugueza», de Moraes; a «Chorographia Brazilica», de Ayres de Casal; a «Historia do Brasil» de Southey; as «Memorias Historicas», de Monsenhor Pizarro; os «Annaes do Rio de Janeiro» de Balthazar Lisboa, etc.

No mesmo anno da fundação da imprensa régia foi distribuida a primeira obra impressa: era um *in folio*, de 27 paginas, constituindo a *Relação dos despachos*, desde a chegada do rei. Dessa publicação foram distribuidos 22 numeros, até 1815, editados nos anniversarios de pessoas da familia real. (2).

A 10 de Setembro ainda de 1808, a mesma typographia divulgou o primeiro periodico impresso no Brasil, a GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

A proposito dessa expressão *periodico*, o Dr. Cassiano Tavares Bastos teve occasião de observar o seguinte:

«Ao contrario da lei austriaca de 1862, que define em seu paragrapho 7 o que seja imprensa periodica, considerando como tal qualquer impresso que appareça, pelo menos uma vez por mez ainda quando em datas variaveis, a nossa lei silencia a respeito, distinguindo apenas os jornaes ou diarios, dos demais periodicos. (dec. leg. n. 4.743, de 31 de Out. de 1923, art. 5 § unico 13, 14, 16, 20, 28, 29, 34 e 36). Ruy Barbosa, em sua «Réplica» ás defesas da redacção do projecto do Codigo Civil, oppondo-se á inclusão das *revistas* e *jornaes* em o numero das *obras*, e alvitando a troca dessa palavra pela de *publicação*, assim define o *periodico*:— O periodico é uma exhibição quotidiana ou intercadente de factos e ideias rotulados com a marca e assignatura, continuamente mutaveis, dos seus expositores. Excepto o distico da *folha*, tudo alli se desloca incessantemente ou a espaços, inclusive até a individualidade do editor, eixo do seu movimento e principio da sua cohesão, mas susceptivel de variar, de um para outro movimento, por uma simples operação commercial». (3).

Esse primeiro periodico era propriedade dos officiaes da Secretaria dos Negocios Estrangeiros. Do tamanho de uma folha commum de papel al-masso, sujeito á censura, sahia aos sabbados e quartas-feiras. Custava \$080. Dirigido até 1812 pelo franciscano Fr. Tiburcio José da Rocha, depois pelo brigadeiro Manoel Ferreira de Araujo Guimarães e, por ultimo, pelo conego Francisco Vieira Goulart, desapareceu a 31 de Dezembro de 1822.

A Carta Régia de 7 de Janeiro de 1811 autorizou a publicação, sob censura, da IDADE D'OURO DO BRAZIL, primeiro órgão da Bahia. Bi-hebdomadario, foi mantido desde 14 de Maio desse anno até Junho de 1823. (4) Era impresso na typographia de Manoel Antonio da Silva Ser-

va, que obtivera autorização para divulgar igualmente obras aprovadas pelos censores que o Governador e o Bispo designassem.

Em 1813 appareceu, no Rio, o PATRIOTA, com o feitiço de revista literaria, politica e mercantil, fundado por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Como lemma, trazia os seguintes versos de Ferreira:

Eu desta gloria só, fico contente
Que a minha terra amei e á minha gente.

Sahia da Impressão Régia, e trazia o seguinte aviso: «a subscrição se faz na Loja da GAZETA ou na de Francisco Luiz Saturnino da Veiga, a 6\$000 pelos seis numeros. Cada numero avulso custa 1\$200 réis».

Continha, geralmente, uma resenha das noticias do estrangeiro e mais de cem paginas. No seu numero IV, correspondente a Abril de 1813, publicou uma Memoria Historica da Capitania do Espirito Santo; e em Setembro uma descripção topographica da mesma Capitania. Cessou essa publicação em fins de 1814.

A revolução pernambucana fez imprimir em Recife, pelo typographo inglez James Pinches, a 28 de Março de 1817, o «PRECISO dos successos que tiveram logar em Pernambuco, desde a faustosissima e gloriosissima revolução operada felismente na praça de Recife aos seis do corrente mez de Março em que o generoso esforço dos nossos patriotas exterminou, daquella parte do Brasil, o monstro infernal da tyrannia real»... Dominado o movimento, a typographia, que era de Ricardo Fernandes Catanho, licenciada desde 1816, foi requisitada para a Córte. O que della, entretanto, ficou em Pernambuco, permittiu organizar a Officina do Trem, destinada á divulgação dos actos officiaes.

«O *periodismo* politico, segundo Oliveira Lima, só surgiu no Brasil como effeito da revolução portugueza de 1821». Nesse anno, um decreto de 2 de Março dispensou a censura prévia. Pouco depois, a 28 de Abril, o Principe D. Pedro mandou observar aqui a lei sobre liberdade de imprensa, votada pelas Córtes Portuguezas, posterior á «Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão»

na Constituição franceza de 1791:— «Qualquer cidadão pôde falar, escrever imprimir livremente, respondendo pelo abuso desta liberdade». Essa lei aboliu definitivamente a censura.

Circulou em Março de 1821 o primeiro numero do semanario—AURORA PERNAMBUCANA, seguido da TYPHIS PERNAMBUCANA, de Frei Caneca, bem como do LIBERAL e SENTINELA DA LIBERDADE, do Pe. João Baptista da Fonseca.

Data ainda desse anno o primeiro diario (apenas não sahia aos domingos):— DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Lançou-o, no dia 1 de Junho, o typographo Zeferino Victor Meirelles. Impresso, a principio, na Real Typographia, teve, depois de Março de 1822, officina propria á antiga rua dos Barbonos, n. 72; era conhecido vulgarmente como «diario de vintem», devido ao custo, ou «da manteiga», porque trazia os preços dos principaes generos alimenticios. Mantido até 1878, ponde, entre os seus redactores, contar o grande jornalista republicano Quintino Bocayuva.

Do REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, o afamado quinzenario favoravel á Independencia, de Joaquim Gonçalves Lêdo e Januario da Cunha Barbosa, são conhecidos vinte (20) numeros, desde 15 de Setembro de 1821 até 8 de Outubro de 1822. Max Fleiuss, procurando mostrar a feição desse órgão, transcreve, do primeiro numero, a seguinte affirmativa:— «O Brazil já entrou no periodo de sua virilidade; já não precisa de tutella; a emancipação das colonias segue uma marcha natural e irresistivel, que jamais forças humanas podem fazer retrogradar». E reproduz tambem o seguinte appello, publicado quando D. Pedro voltou de Minas, em 1822:— «Principe! Não desprezes as glorias de ser o fundador de um novo Imperio!» Referindo-se a Gonçalves Lêdo, fallecido em 1847, Rio Branco assevera nas «Ephemerides» que «seus artigos no REVERBERO CONSTITUCIONAL inflamaram o entusiasmo de todas as classes sociaes no Rio de Janeiro, e tiveram immenso echo em todo o Brasil». (5).

Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, nas-

cido na Bahia em 1777, depois de ter sido redactor da GAZETA DO RIO DE JANEIRO e fundador do «O PATRIOTA», lançou a 1 de Outubro de 1821 «O ESPELHO», que, segundo um contemporaneo, «fazia mais damno aos luzitanos do que um exercito de 10.000 homens». Distribuiu 168 numeros, até 27 de Junho de 1823. (6) A assignatura custava 4\$000, por semestre, e cada exemplar 80 réis.

No Maranhão, o CONCILIADOR, manuscrito desde 18 de Abril, appareceu impresso a 10 de Novembro de 1821.

Em Dezembro ainda de 1821, surgiu no Rio o DESPERTADOR BRAZILIENSE, no qual o desembargador Francisco de França Miranda iniciou sua campanha em prol da Independencia. Deu ensejo ao portuguez José Pinto da Costa e Macedo (Philomeno) distribuir, no anno seguinte, em folheto, o DESPERTADOR BRASILIENSE REFUTADO EM FAVOR DOS POVOS.

Outro portuguez, Luiz Augusto May, antes de findar o anno de 1821, fez circular, no Rio, o MALAGUETA, do qual em 1822 alguns numeros sahiram como MALAGUETA EXTRAORDINARIA. «Nem as cinzas dos mortos respeitava» — escreveu um jornal noticiando o assassinato de May, a 26 de Agosto de 1829, quando, como deputado, sahia da Camara. O periodico desapareceu depois desse facto.

No anno anterior ao da Independencia, foram publicados em Pernambuco o SEGARREGA, propriedade de um portuguez, favoravel á causa do Brasil; e o RELATOR VERDADEIRO, órgão semi-official da Junta Governativa. Ambos desapareceram no anno seguinte.

Realizada a solennidade do *Fico*, a 9 de Janeiro de 1822, o entusiasmo da HEROICIDADE BRASILEIRA, ao noticiar o facto, levou o ministro Francisco José Vieira a baixar, no dia 15, uma portaria á Junta Directora da Typographia Nacional, prohibindo aquella publicação e a divulgação de escriptos anonymos. Entrando para o governo a 19, José Bonifacio logo revogou esse acto porque—«o Principe, declarou, não deve embaraçar a impressão dos escriptos anonymos», pois, segun-

do logo accentuou — «pelos abusos que contiverem deve responder o autor, ainda que o seu nome não tenha sido publicado; e, na falta deste, o editor ou o impressor, como se acha prescripto na lei que regulou a liberdade de imprensa.»

Alludia, provavelmente, á lei das Côrtes Portuguezas, baixada no anno anterior.

Em Março, o Pará viu distribuir-se o primeiro numero do PARAENSE.

A 3 de Junho de 1822 A GAZETA DO RIO, anteriormente GAZETA DO RIO DE JANEIRO, começou a circular ás terças, quintas e sabbados. A 14 de Novembro trouxe no cabeçalho as armas do novo Imperio, e desapareceu em Dezembro.

Um decreto de 18 de Junho submetteu os delictos por abuso da liberdade de imprensa, no Brasil, ao julgamento por juizes de facto.

Em 1821 e 1822, além dos órgãos já salientados, outros muitos circularam no Rio: — JORNAL DE ANNUNCIOS; AMIGO DO REI E DA NAÇÃO; O PAPAGAIO; O CONCILIADOR DO REINO UNIDO, do qual são conhecidos 7 numeros: nelle José da Silva Lisboa defendia conciliadoramente o reino unido, tendo o Rio como capital; (7) SABBATINA FAMILIAR DOS AMIGOS DO BEM COMMUM, (1821-1822) e BEM DA ORDEM, tambem do futuro visconde de Cayrú; RECLAMAÇÃO DO BRASIL, do qual vimos alguns exemplares no Archivo da Prefeitura do Districto Federal, periodico dos mais criteriosos daquella época, attribuido a Cayrú; o CONSTITUCIONAL, publicado cinco vezes; o CORREIO DO RIO DE JANEIRO; O MACACO BRASILEIRO; ANNAES FLUMINENSES, verdadeira revista de sciencias, artes e literatura; COMPILADOR CONSTITUCIONAL; MEMORIAL APOLOGETICO; REPUBLICANO LIBERAL; ROTEIRO BRASILICO, ainda de Cayrú; PERIQUITO DA SERRA DOS ORGÃOS; O VOLANTIM, cujo primeiro numero data de 1 de Setembro e o ultimo de 31 de Outubro de 1822; O REGULADOR BRASILICO-LUSO (8), redigido por Fr. Francisco de Sampaio e Antonio José Loureiro, cujo primeiro numero, de 29 de Julho de 1822, foi distribuido pelas Provincias acompanhado de uma carta de José Bonifacio, recom-

mendando-o, e mantido, por ultimo, até 12 de Março de 1823, apenas com o nome de REGULADOR BRASILEIRO.

José Verissimo, na sua conhecida memoria sobre a Imprensa, procurou dar uma relação minuciosa dos periodicos dessa epoca. E salientou a maneira como traduziram bem o sentimento nacional, facto apreciavel até pela identidade dos titulos com os quaes surgiram aqui e em varios pontos do paiz.

Quando se observa o apparecimento de tantos jornaes, durante os mezes que precederam á proclamação da Independencia, não se pôde deixar de recordar a influencia que Stefan Zweig, em «Maria Antonieta», attribuiu aos jornaes, ao descrever o avanço da Revolução Franceza: — «Os jornaes rufam os tambores para a continua avancada; aquelles garotos, aquelles malandros da revolução corriam barulhentos e indisciplinados na vanguarda do verdadeiro exercito. Um unico traço de penna tinha conferido á palavra escripta e falada aquella liberdade que no primeiro impeto se torna sempre irrefreavel. Dez, trinta, cincoenta jornaes surgiram de repente.»

Se aqui não tiveram de marchar á frente do exercito, não se mostraram os seus fundadores menos inspirados que Mirabeau, Desmoullins, Brissot, Loustalot, Marat...

«Como todos elles, segundo imaginou Stefan Zweig, chamam berrando os leitores, e procuram dominar os concorrentes com rufos de tambores, o barulho é indescriptivel; em todo o paiz não se ouve senão elles.»

Assim tambem, entre nós, foi o patriotico trabalho da imprensa em prol da Independencia Nacional...

* * *

Proclamada a Independencia Nacional, desapareceu em Londres o CORREIO BRASILIENSE. A 11 de Setembro do anno seguinte, com 49 annos de idade, falleceu Hippolyto da Costa, o brilhante jornalista que o mantivera.

A 20 de Outubro daquelle anno, poucos dias

antes dos acontecimentos que determinaram a volta dos Andradas ao governo, ainda mais prestigiados, José Bonifácio mandou que o Intendente Geral da Policia fizesse o jornalista João Soares Lisboa, redactor do CORREIO DO BRASIL, assignar um termo obrigando-se a suspender a publicação da folha, e a partir para a Europa no primeiro navio... Na França, em 1799, durante o Directorio, Joseph Fouché, ministro da Policia, restringira tambem a liberdade da imprensa...

A 2 de Janeiro de 1823 o DIARIO DO GOVERNO veio substituir a primitiva GAZETA. Cedo mostrou-se apaixonado, não obstante official: ridicularisava a opposição; considerava o veto absoluto essencial á monarchia constitucional, e pleiteava poderes quasi dictatoriaes para o Imperador, porque este, allegava, sem o Congresso, outorgaria a desejada Constituição. O ultimo numero é de 19 de Maio de 1824.

Animados logo os debates apaixonadamente, iniciou-se o movimento do qual deveria advir a verdadeira imprensa politica.

Uma carta do Imperador, contra os Andradas, publicada por Luiz Augusto May no MALAGUETA de 5 de Junho de 1823, fel-o soffrer, á noite, uma aggressão por quatro homens armados, em sua propria residencia, um sobrado á rua de S. Christovão, afastado do logradouro. Não era sem razão que, na França, Napoleão notára, por sua vez: — «parece-me que a policia não vigia a imprensa com o vigor necessario»...

Pouco mais de um mez depois dessa aggressão, a 17 de Julho, os Andradas deixavam o governo.

Redigida por Cypriano José Barata de Almeida, A SENTINELLA DA LIBERDADE A' BEIRA DO MAR DA PRAIA GRANDE é, pela primeira vez, distribuida a 5 de Agosto.

Trazia a epigraphe: «Alerta está». Impressa na typographia Nacional, dava 3 edições por semana. São conhecidos 27 numeros, até 25 de Outubro de 1823.

A 12 de Agosto, o Cons. Drummond e o Dezembargador Francisco de França Miranda lan-

çaram o TAMOYO. Para elle, José Bonifacio suggeriu a seguinte epigraphe:

«Tu vois de ces tyrans la fureur
despotique.

Is pensent que pour eux le ciel
fitt l'Amerique».

A principio sahia somente ás terças-feiras; por ultimo, tres vezes por semana. Impresso na officina de Silva Porto & Cia., o ultimo numero foi publicado a 11 de Novembro. Um dos redactores, Antonio José de Paiva Guedes, fôra da redacção do DIARIO DO GOVERNO. Um artigo escripto no SENTINELLA provocou, a 10 de Setembro, o incidente Pamplona.

Alem do DIARIO DA ASSEMBLEA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA, appareceram, ainda em 1823, a ESTRELLA BRASILEIRA, do francez Mr. de Loy, que aconselhava a dissolução da Constituinte; o SEMANARIO MERCANTIL, ambos mantidos até 1824; e O SYLPHO, de curta duração.

Reunida em 1823 a primeira Constituinte, Gonçalves Lêdo apresentou um projecto de lei de imprensa e nessa occasião affirmou o seguinte:— «Puz o mais longe que é possivel as balisas dessa liberdade: o escriptor instruido, o patriota liberal, o publicista corajoso, o censor justo, nenhuma pêa encontrarão; mas o sedicioso, o malevolo, o impio, o calumnioso serão punidos com todo o rigor, como merecem».

Os decretos emanados da Constituinte não dependiam de sancção imperial; mas D. Pedro, dissolvida a Assembleia, transformou uma resolução della na lei que, a 22 de Novembro, baixou sobre a liberdade de imprensa. Esse novo acto, porém, nenhuma confiança inspirou pois somente as folhas que applaudiam o Imperador sentiam-se seguras. Dahi o desabafo dos pasquins, dos impressos anonymos, que tão notavel exito haviam tido na França, contra Maria Antonietta.

Sylvio Romero não poudé louvar os jornaes dessa epoca agitada, sem orientação douctrinaria, sem a necessaria calma e conveniente elevação de vistas no estudo dos principios em discussão;

antes dos acontecimentos que determinaram a volta dos Andradas ao governo, ainda mais prestigiados, José Bonifácio mandou que o Intendente Geral da Policia fizesse o jornalista João Soares Lisboa, redactor do CORREIO DO BRASIL, assignar um termo obrigando-se a suspender a publicação da folha, e a partir para a Europa no primeiro navio... Na França, em 1799, durante o Directorio, Joseph Fouché, ministro da Policia, restringira tambem a liberdade da imprensa...

A 2 de Janeiro de 1823 o DIARIO DO GOVERNO veio substituir a primitiva GAZETA. Cedo mostrou-se apaixonado, não obstante official: ridicularisava a opposição; considerava o veto absoluto essencial á monarchia constitucional, e pleiteava poderes quasi dictatoriaes para o Imperador, porque este, allegava, sem o Congresso, outorgaria a desejada Constituição. O ultimo numero é de 19 de Maio de 1824.

Animados logo os debates apaixonadamente, iniciou-se o movimento do qual deveria advir a verdadeira imprensa politica.

Uma carta do Imperador, contra os Andradas, publicada por Luiz Augusto May no MALAGUETA de 5 de Junho de 1823, fel-o soffrer, á noite, uma aggressão por quatro homens armados, em sua propria residencia, um sobrado á rua de S. Christovão, afastado do logradouro. Não era sem razão que, na França, Napoleão notára, por sua vez: — «parece-me que a policia não vigia a imprensa com o vigor necessario»...

Pouco mais de um mez depois dessa aggressão, a 17 de Julho, os Andradas deixavam o governo.

Redigida por Cypriano José Barata de Almeida, A SENTINELLA DA LIBERDADE A' BEIRA DO MAR DA PRAIA GRANDE é, pela primeira vez, distribuida a 5 de Agosto.

Trazia a epigraphe: «Alerta está». Impressa na typographia Nacional, dava 3 edições por semana. São conhecidos 27 numeros, até 25 de Outubro de 1823.

A 12 de Agosto, o Cons. Drummond e o Dezembargador Francisco de França Miranda lan-

çaram o TAMOYO. Para elle, José Bonifacio suggeriu a seguinte epigraphe:

«Tu vois de ces tyrans la fureur
despotique.

Is pensent que pour eux le ciel
fitt'Amérique».

A principio sahia somente ás terças-feiras; por ultimo, tres vezes por semana. Impresso na officina de Silva Porto & Cia., o ultimo numero foi publicado a 11 de Novembro. Um dos redactores, Antonio José de Paiva Guedes, fôra da redacção do DIARIO DO GOVERNO. Um artigo escripto no SENTINELLA provocou, a 10 de Setembro, o incidente Pamplona.

Alem do DIARIO DA ASSEMBLEA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA, appareceram, ainda em 1823, a ESTRELLA BRASILEIRA, do francez Mr. de Loy, que aconselhava a dissolução da Constituinte; o SEMANARIO MERCANTIL, ambos mantidos até 1824; e O SYLPHO, de curta duração.

Reunida em 1823 a primeira Constituinte, Gonçalves Léo apresentou um projecto de lei de imprensa e nessa occasião affirmou o seguinte:— «Puz o mais longe que é possivel as balizas dessa liberdade: o escriptor instruido, o patriota liberal, o publicista corajoso, o censor justo, nenhuma pêa encontrarão; mas o sedicioso, o malevolo, o impio, o calumnioso serão punidos com todo o rigor, como merecem».

Os decretos emanados da Constituinte não dependiam de sancção imperial; mas D. Pedro, dissolvida a Assembleia, transformou uma resolução della na lei que, a 22 de Novembro, baixou sobre a liberdade de imprensa. Esse novo acto, porém, nenhuma confiança inspirou pois somente as folhas que applaudiam o Imperador sentiam-se seguras. Dahi o desabafo dos pasquins, dos impressos anonymos, que tão notavel exito haviam tido na França, contra Maria Antonietta.

Sylvio Romero não poudé louvar os jornaes dessa epoca agitada, sem orientação douctrinaria, sem a necessaria calma e conveniente elevação de vistas no estudo dos principios em discussão;

—usavam, em geral, diz elle, «a linguagem grosseira de espiritos bulhentos que se insultavam».

Ainda em 1823, João Chrispim Alves de Lima, advogado portuguez, publicou no Maranhão o *Amigo do Homem*, o mais antigo órgão abolicionista ou emancipador, no paiz, isto é, sem contar o *Correio Brasiliense* — «o precursor da prapaganda da abolição da escravidão no Brasil, feita pela imprensa», no dizer de José Verissimo.

Appareceu em Villa Rica, a 13 de Outubro de 1823, o *Compilador Mineiro*, primeiro jornal de Minas. A *Abelha de Itacolomy*, que, conforme declarou, veio substituil-o, começou a circular a 14 de Outubro de 1824.

Sahia da officina de Barboza & Cia. officina denominada «Patícia», porque fôra installada com recursos e artigos obtidos, exclusivamente, no Brasil. Distribuida tres vezes por semana, a *Abelha de Itacolomy* poude ser mantida até meados de 1825.

A Constituição outorgada a 22 de Março de 1824 prescreveu no art. 179, n. 4:

«Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras e escriptos e publical-os pela imprensa, sem dependencia de censura, comtanto que hajam de responder pelos abusos que commetterem no exercicio desse direito, nos casos e pela fórma que a lei determinar».

Ceará viu publicar o *Diario do Governo do Ceará*, do Pe. Mossoró, o seu primeiro jornal, a 1 de Abril de 1824. O material fôra enviado por Paes de Andrade, chefe da revolução pernambucana.

No intuito de evitar a supposição de que o *Diario do Governo* fosse official, uma portaria do ministro João Severiano Maciel da Costa fello transformar-se, em Maio de 1824, no *Diario Fluminense*, mantido até 19 de Maio de 1831.

Precedido pelo *Clamor Nacional*, a 1 de Julho de 1824 foi distribuido o *Spectador Brasileiro*, de Pedro Plancher. A *Folha Mercantil* e O *Caboclo* são tambem desse anno, quando foi ain-

da distribuido o primeiro *Annuario Historico Braziliense*.

Em 1825, quando Antonio José de Miranda Falcão fundou o *Diario de Pernambuco*, o segundo do Brasil, o Rio viu circular mais o *Despertador Constitucional Extraordinario* e o *Diario Mercantil*, este mantido até 1827, e aquelle até 1826.

Com a *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*, em 1826 mais uma Provincia foi dotada de imprensa. Deve-se essa iniciativa a Walter Boardman. No Rio de Janeiro, nesse anno, Antonio José do Amaral e Joaquim José Vieira Souto lançaram a *Astrea*, que circulou até 1832; e, alem dos *Diarios das Camaras dos Deputados á Assembleia Geral Legislativa* e *Dos Senadores*, surgiram ainda a *Atalaia da Liberdade*; o *Constitucional Brasileiro*; o *Sello Hermetico*; e mais dois órgãos pertencentes a estrangeiros — o *Courrier du Brésil*, do coronel Plasson, e o *Verdadeiro Liberal*, de Pedro Chapuis, deportado logo depois.

O *Farol Paulistano*, do futuro marquez de Monte Alegre, primeiro periodico de S. Paulo, bi-hebdomadario, appareceu a 7 de Fevereiro de 1827. Custava 80 réis.

No Rio Grande do Sul, parece, aproveitaram uma typographia que o Marquez de Barbacena havia levado afim de distribuir boletins ao Exercito em campanha, e imprimiram o *Diario de Porto Alegre*, desde 1 de Junho de 1827 até 1828. (9)

Mattoso Maia affirma que em 1827 Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraahy, redigiu um órgão liberal moderado, o *Independente*.

Na capital do Imperio, surgiram nesse anno a *Minerva*, de curta duração; *L'echo de L'Amerique du sud* e a *Gazeta do Brasil*, ambos distribuidos até 1828; *Espelho Diamantino*, de litteratura, modas, etc., para senhoras; e o *Propagador das Sciencias Medicas*, que o Dr. José Francisco Sigaud conseguiu sustentar até 1829.

O anno de 1827, ficou assignalado pelo apparecimento, a 1 de Outubro, do secular *Jornal do*

Commercio. Houve, porém, outro facto a assinalal-o.

«Um jornal começára a circular, escreve Calogeras, a *Aurora Fluminense*, visando a discussão serena e clara dos factos, e condemnando o processo de insultar e provocar os adversarios. Desde logo, provou immenso seu influxo na opinião. Seu proprietario, Evaristo Ferreira da Veiga, um livreiro, agia de accordo com a opinião do senador Vergueiro; tal associação de pareceres dava peso immenso aos elementos conservadores da epoca, e dentro em prazo breve, foi-se constituindo um nucleo de politicos serios, energicos, calmos e previdentes, á distancia igual da demagogia e do absolutismo, um grupo ao qual o Brasil ficou a dever os mais proeminentes serviços á causa publica em momentos difficeis da vida constitucional.» (10)

Propriedade de brasileiros, a *Aurora Fluminense*, que data de 21 de Dezembro de 1827, foi, para Sylvio Roméro—«a primeira manifestação seria do jornalismo indigena.» Antes de Evaristo, teve como redactores o Dr. Sigaud, Francisco Chrispiniano Valdetaro e o jornalista rio-grandense José Appelinario Pereira de Moraes. (11) Viriato Corrêa reconheceu a influencia da *Aurora* até sobre o jornalismo provinciano; este, á vista desse nobre exemplo, procurou corresponder melhor á importancia da missão que lhe estava reservada. O jornalismo, nessa epoca, já havia surgido em 6 Provincias do norte: Bahia, Pernambuco, Máranhão, Pará, Ceará e Parahyba; em duas meridionaes — S. Paulo e Rio Grande do Sul; e em Minas Geraes.

A paz, na lucta do sul, concluida pelo tratado de 27 de Agosto de 1828, provocou serios ataques ao governo, partidos da imprensa carioca, impressionada com a attitudo da Inglaterra, julgada desfavoravel á influencia do Brasil até o Prata.

A *Aurora* e a *Astrea* foram varias vezes processadas.

Na Provincia do Rio, escreveu recentemente Mattoso Maia, a imprensa appareceu em 1829 com o *Eco da Villa Real da Praia Grande*, cujo primeiro numero sahiu de uma typographia da rua do Vasco, a 29 de Maio.

Desse mesmo anno é a *Luz Brasileira*, interessante periodico, no conceito de C. Berlink, do qual foram impressos, no Rio de Janeiro, desde 11 de Setembro, 89 ou 90 numeros, contra os «Negros Absolutistas, Recolonizadores, Inimigos do Brasil.»

A esse tempo o Imperador já não procurava disfarçar sua má vontade ou notoria indisposição com a imprensa. O visconde de Cayrú, discutindo, em 1829, no anno do assassinato do redactor do *Malagueta*, um novo projecto de lei sobre a liberdade de imprensa, affirmou que essa liberdade produzia menos bem do que males... O marquez de Caravellas, considerando-a fundamental nas instituições monarchico-representativas, desejava que os casos puniveis ficassem clara e expressamente definidos. Essa liberdade era realmente, segundo Guizot, uma das bases do parlamentarismo, regime trabalhado ou agitado sempre por discussões sobre problemas de interesse publico. «A imprensa politica, escreveria alguns annos depois Pimenta Bueno, é tambem assás preciosa; não menos do que o direito que tem e deve ter o cidadão de participar publicamente o que pensa sobre os grandes interesses da sociedade de que é membro activo. E' um direito, antes politico do que natural ou individual... A imprensa politica é a sentinella da liberdade, é um poder reformador de abusos e defensor dos direitos individuaes e collectivos.»

Estavamos distanciados um seculo da epoca em que Carl Schmitt faria observar como é precaria a liberdade de imprensa e da palavra, desde que possa constituir um perigo para quem detiver o poder, e mostraria, além disso, como ninguem mais acredita que a legislação e a politica possam ser guiadas por artigos de imprensa, discursos em meetings ou debates parlamentares. Acreditar nisso, diz elle, é crer no parlamentarismo, quando o parlamento perdeu a propria significação, afastan-

do-se dos seus propositos sociologicos e espiritu-
aes; ou ainda quando a publicidade e a discussão.
na pratica parlamentar, converteram-se effectiva-
mente em uma formalidade vasia e nulla...

Naquella mesma occasião, o marquez de Que-
luz pretendeu que somente fossem considerados
delictuosos os impressos incendiarios, quando
pregassem abertamente a revolução; e pleiteou
que os escriptos politicos, em geral, ficassem —
«fóra da alçada da lei, afim de que se não coar-
ctasse o pensamento humano».

O projecto não logrou ser transformado em
lei; e o Imperador, abrindo a Assembléa, em
Maio de 1830, salientou a necessidade do Poder
Legislativo reprimir os abusos da liberdade de
imprensa, para evitar os grandes males que, em
consequencia dessa liberdade, ameaçavam o Im-
perio. D'ahi resultou a lei de 20 de Setembro de
1830. Pedro I parecia tender para uma dictadura
partidaria, como a que foi observada por Hans
Kelsen, dirigindo-se «— em primeiro logar contra
a liberdade de imprensa, porque conhece a im-
portancia extraordinaria da opinião publica para
a solidez do poder; e, por isso, abafa sem con-
templações qualquer manifestação adversa ou
simplesmente desfavoravel».

A primeira folha de Goyaz, *Matutina Meia-
pontense*, appareceu em 1830, na cidade de Meia-
Ponte.

Nesse anno, escreveu Calogeras — «cincoenta
e tres eram os jornaes publicados em todo o
Imperio; desse numero somente onze eram par-
tidarios do governo. A orientação geral era op-
posicionista, indo até o limite da federação e da
republica».

Quanto ao ideal republicano, como era de-
fendido nessa epoca, accrescentou: — «ideia pre-
matura si tivesse vencido; pois teria destruido a
unidade nacional e a paz interna. A Vergueiro
e a Evaristo, á sua prudencia e seu espirito con-
servador, occorreu logo que seu dever seria evi-
tar semelhante desastre. Cumpriram-no brilhante-
mente».

A 1 de Janeiro de 1831, Campos viu impres-

so o seu primeiro jornal o *Correio Constitucional Campista*.

Com o apparecimento ainda em 1831, do *Catharinense* e da *Iris Alagoense*, mais duas Províncias tiveram os seus primeiros periodicos.

Firmada a Abdicação do primeiro Imperador, o *Diario Fluminense*, que publicava os actos officiaes, no dia 23 de Abril deixou de circular. A 25 de Maio reapareceu o *Diario do Governo*.

Nos primeiros dias da Regencia a imprensa moderada começou a ter algum prestigio. Infelizmente, porém, os periodicos politicos do Rio não abandonaram a antiga orientação, e continuaram commettendo excessos: *Jurujuba*; *Matraca dos Farroupilhas*; *Enfermeiro dos doidos*; *Dois Compradores Liberaes*; *Doutor Tira-Teimas*; *Medico dos Malucos*; *Busca-Pé* e *Brasil Afflicto* atacavam com violencia os homens do governo. Clemente Oliveira, que, como redactor do ultimo, procurára difamar senhoras da familia de um dos Regentes, foi assassinado, em 1833, por um filho do Regente vizado. O facto occorreu em uma pharmacia no largo da Carioca, entre as actuaes ruas Gonçalves Dias e Uruguayana.

Em Outubro de 1831 as guarnições da *Presiganga* e da ilha das Cobras revoltaram-se. O ministro Feijó, ligando o facto ás explorações politicas que pregavam a propria mudança do regime, affirmou á Camara o seguinte: -- «Quatro periodicos, ecos desse partido anarchico, entretêm e conservam no espirito da população a insubordinação, o desprezo das leis, o nenhum caso das autoridades e, por consequencia, a verdadeira anarchia. Não é ao governo que compete puni-los; a Lei e os jurados são insufficientes e o Codigo Criminal é em muitos casos irrisorio pela leveza das penas; e o nosso processo eterno e cercado de mil tortuosidades abre a porta á impunidade; e, quando a agitação tem chegado ao termo actual, não são medidas ordinarias que podem salvar o Estado: o governo já tem proposto algumas medidas, e mais seriam propostas si esperanza houvera de ser attendidas e si já semelhantes não fossem desprezadas».

Encontram-se a pag. 144 do volume II da

antiga revista *Archivo do Districto Federal*, entre outras, as seguintes notas curiosas de matriculas das cadêas da Relação do Rio de Janeiro:

«Em 27 de Abril de 1832 — Eleuterio José Garcia, redactor responsavel do periodico *Caramuru*; veio preso á disposição do J. de Dto. Foi cumprir sentença de um anno de prisão na Ilha das Cobras e a multa correspondente á metade do tempo, a que foi condemnado a 8 de Novembro de 1832».

E adeante:

«Em 26 de Junho de 1832, José Joaquim de Abreu Gama, branco, portuguez, 36 annos, caixeiro. Preso por ser accusado, no Juizo dos Jurados, como redactor do periodico *Caramuru*. Solto por alvará do Juiz Municipal, de 13 de Agosto de 1833, por ter cumprido o tempo de prisão a que fôra condemnado e ter pago a multa».

A 10 de Novembro de 1832, Evaristo da Veiga conversava na livraria do irmão, João da Veiga, após o jantar, quando, da rua, dispararam contra elle tres tiros, ferindo-o no lado esquerdo do rosto. Nessa occasião, como deputado por Minas, combatia a facção restauradora, da qual fazia parte Martim Francisco. (11)

Tendo sido condemnado o redactor da *Matraca*, incurso tambem na lei de imprensa, desapareceu essa gazeta. No mesmo anno deixaram de circular os órgãos do partido exaltado, deante das resoluções do governo, interpretadas como perseguições. Como opposicionistas, ficaram as folhas restauradoras, orientação a que obedeciam o *Diario do Rio de Janeiro*, *Caramuru*, *Carijó* e *Paraguassú*. Estes accusavam tambem a Regencia de desejar ou pretender a Republica.

Em 1832 ainda era mantido o segundo jornal paulista, fundado em 1829, o celebre *Observador Constitucional*, do Dr. Libero Badaró. Nesse anno appareceram o *Natalense*, o primeiro jornal do Rio Grande do Norte, iniciativa do allemão Car-

los Eduardo Müller; e, na Bahia, um órgão técnico — o *Jornal da Sociedade de Agricultura-Commercio e Industria*.

Suspensa, em 1833, a publicação do *Diario do Governo*, o Ministro do Imperio, pela decisão n. 324, de 20 de Junho, autorizou o *Correio Official* a usar as armas imperiaes: era um jornal que Thomaz Hunt & Comp. haviam feito circular no dia 1 do mesmo mez, sem auxilio ou subvenção do Thesouro. Como houvesse logo depois publicado umas expressões consideradas attentatorias ao Governo, pela decisão n. 481, o mesmo Ministro ameaçou suspender a faculdade que lhe havia concedido.

O *Raio de Jupiter* continuava atacando os elementos que haviam concorrido para a Abdicação do primeiro Imperador. Seguindo uma orientação a que não era indifferente a Regencia, os politicos procuravam, porém, formar correntes conciliatorias, vizando dirimir algumas divergencias partidarias. A morte do ex-Imperador, a 9 de Setembro de 1834 viera favorecer esse movimento. Com essa preocupação patriotica, Evaristo da Veiga, receiando que, sob a mesma orientação, a *Aurora* pudesse vir a ser um obstaculo á realização desse desejo, cada vez mais intenso no paiz, resolveu retirar-se da imprensa. Com esse afastamento, desapareceu em 30 de Dezembro de 1835 o órgão que fôra a primeira manifestação séria do jornalismo no Brasil.

Escrevendo ao irmão, em 1836, assim justificou esse afastamento:

«Falei na cessão da *Aurora*, passo que tu não approvaste, e que com effeito será censurado por muitos. Contava com isso, mas pensei bastante antes de faze-lo. Razões tive que nem ao papel fechado de uma carta convem declarar-se; as mais patentes são as que seguem e que abreviadamente te exponho. A minha saude soffre, o meu animo se acanha em consequencia de uma lucta de oito annos, quasi toda pessoal, tão odiosa, tão semeada de contradicções e desgostos. Repetidos ataques melancolicos

e certo abatimento de espirito me avisam de que é preciso dar treguas em tão aturada peleja». (12).

Circularam em 1835 o *Noticiador Sergipense*, primeiro periodico de Sergipe; e o *Correio da Assembleia Legislativa da Provincia do Piahy*. No Rio, o *Defensor da Legalidade*, mantido apenas até 2 de Setembro; e o *Paquete do Rio*, até 30 de Setembro do anno seguinte. (13)

Impressa na officina de Claudio Dubreuil, á rua da Alfandega 131, reappareceu no Rio, de Fevereiro até Dezembro de 1836, com o nome de *Sentinella Riograndense*, a *Sentinella da Liberdade (sentinella da liberdade na guarita ao ao norte da Barra de S. Pedro do Sul)*, publicada desde 1830 no Rio Grande do Sul, onde voltou a ser impressa. (14)

Feijó, quando Regente firmou contra a imprensa o decreto de 18 de Março, logo arguido de nullidade na Camara, e o de 24 de Setembro de 1837, ambos revogados pelo novo Regente.

A republica riograndense teve tres órgãos: — *O povo*, *O Americano* e *Estrella do Sul*. Os dois ultimos sahiram de Alegrete; o primeiro, o mais antigo «jornal politico, literario e ministerial da Republica Riograndense», foi publicado em Piratini desde 1 de Setembro de 1838, e, por ultimo, até 2 de Fevereiro seguinte, em Caçapava.

Com a decretação da Maioridade do segundo Imperador em 1840, registra José Verissimo, cessou a agitação que vinha alimentando principalmente o jornalismo politico.

A *Revista do Instituto Historico*, que data de 1839, inspirou a organização de diversas publicações especializadas.

A *Minerva Braziliense*, «jornal de sciencias, lettras e artes, publicado por uma associação de litteratos», entre os quaes Domingos de Magalhães, Torres Homem, e Joaquim Norberto, perdurou desde 15 de Novembro de 1843 até 1845. «Nos dois ultimos numeros, escreve Berlink, a *Minerva Brasiliense* torna-se mais accentuadamente revista, termo que occorre accidentalmente no proprio periodico». Do mesmo genero foi o *Os*

tensor Brasileiro, litterario e pictorial, publicado aos sabbados, em 1845 e 1846.

No Espirito Santo houve em 1840 uma tentativa de imprensa, devida ao alferes Ayres Vieira de Albuquerque Tovar, que, tendo contractado a publicação dos actos officiaes, conseguiu distribuir um numero do *O Estafeta*. O segundo jornal espirito-santense, o *Correio da Victoria*, de larga duração, appareceu em 1849.

Matto Grosso teve o seu primeiro periodico *Themis Mattogrossense*, no anno em que foi publicado o unico numero da primeira folha espirito-santense.

Mais um orgão do Governo, a *Gazeta Official do Imperio do Brasil*, fundado a 1 de setembro de 1846, veiu até 1848.

Do grande numero de publicações dessa época subsistem, no Rio, o *Jornal do Commercio* e a *Revista do Instituto Historico*; no Norte o *Diario de Pernambuco*, decano dos jornaes latino-americanos; no Estado do Rio o *Monitor Campista*, desde 1834.

Alcançaram a segunda metade do seculo o *Diario do Rio de Janeiro*; o *Correio Mercantil* e a *Actualidade*. Este ultimo era um jornal politico e, segundo José Verissimo, de idéas adeantadas. Em «Minha Formação», Nabuco chegou a consideralo o primeiro jornal de inspiração verdadeiramente republicana, e affirmou — «a semente que germinou depois, em meu tempo, foi toda espalhada por elle.»

Em 1834 houve no Rio Grande um jornal intitulado *O Republicano*. Como não são conhecidos exemplares d'elle, é *O Apostolo*, de Ouro Preto, fundado em 1850 por Domingos Soares Ferreira Penna, geralmente considerado o primeiro orgão republicano provincial.

Somente em 1852, com o *Dezenove de Dezembro* appareceu a imprensa no actual Estado do Paraná. E ainda dois annos depois, a 10 de Janeiro de 1854, a *Estrella do Amazonas*, nessa nova Provincia creada em 1852.

Na segunda metade do seculo, a imprensa brasileira contou na campanha abolicionista alguns de seus mais brilhantes feitos.

A Republica foi outro ideal a cuja propaganda a imprensa esteve intimamente ligada.

Promulgado o novo regime, o idealismo philosophico que predominou nos seus primeiros tempos e influiu nas suas primeiras leis respeitou sempre a liberdade de imprensa. Quando, por exemplo, o decreto n. 295, de 29 de março de 1890, estendeu á imprensa as rigorosas disposições da lei contra os que aconselhassem a revolta civil ou pregassem a indisciplina militar, um dos considerandos resalvava logo que o Governo não pretendia — «impedir, nem oppôr pêas ao exercicio do direito, aliás reconhecido, da livre discussão sobre os seus actos.»

Por isso, segundo a alludida resolução, não seria punida — «a analyse ou a discussão oral ou escripta, por mais severa que seja, sobre os actos do Governo, tendo por fim denunciar, corrigir ou evitar os erros da publica administração, comtanto que não contenha injuria pessoal.»

A esse tempo, porém, João Barbalho já fazia restricções á faculdade dos estrangeiros exercerem o jornalismo. Começavam a ser abandonados os ensinamentos de Pimenta Bueno, que pregára a livre expressão da intelligencia, como direito proprio do homem, qualquer que fosse a nacionalidade — «desde que não se envolva no Governo politico do paiz.» Como é realmente difficil manter um jornal nessas condições, essa licção mesmo do notavel Professor de Direito pôde ser invocada para justificar a prohibição afinal contida na Constituição de 1934, e hoje mais claramente expressa no art. 122, letra g, da Constituição de 10 de Novembro :

«Não podem ser proprietarios de emprezas jornalisticas as sociedades por accções ao portador e os estrangeiros, vedado tanto a estes como ás pessoas juridicas participar de taes emprezas como accionistas. A direcção dos jornaes, bem como a sua orientação intellectual, politica e administrativa só poderá ser exercida por brasileiros natos.»

Depois das prescripções doCodigo Penal e dos preceitos da primeira Constituição republica-

na, a revolta de 1893 fez presentir o perigo da antiga orientação liberal, e impoz as disposições especiaes reguladoras do exercicio da imprensa durante o estado de sitio, consoante a lei n. 1.565, de 13 de Outubro daquelle anno.

Outras imposições foram admittidas, nem sempre inspiradas sómente na preocupação de assegurar a ordem publica. Prepararam o ambiente dentro do qual surgiram as regras da Constituição de 1934. Posteriormente, a segurança publica exigiu uma legislação excepcional.

Exercendo agora uma função de character publico, nos termos do art. 122, n. 15 da Constituição de 1937, a imprensa deverá vizar, exclusivamente, o bem colectivo, isto é, a garantia da paz, da ordem e da segurança publica.

O regime comporta, todos affirmam, o classico conceito que estende a liberdade individual até o ponto extremo onde possa collidir com a de outrem; exige, porém, que ambas, melhor diremos — que todas as liberdades actuem subordinadas aos principios admittidos e acceitos como expressão do bem publico. O jornal, de simples — «instrumento de impressões e de conselhos rapidos, variaveis, naturalmente superficiaes e versateis» — como Alberto Torres o via, passará a ser uma força, mais do que outr'ora, disciplinada para o bem, altamente moralisadora e educadora. Em seu sector não caberá mais a dispersão de actividades para servir a interesses que não sejam de ordem geral.

Não deverá o Estado, porém, embaraçar qualquer manifestação superior da intelligencia, fazendo, nesse terreno intervenções arbitrarías. Essa foi a inspirada licção, ainda ha pouco divulgada no ultimo livro tão justamente apreciado de Azevedo Amaral. «Se os intellectuaes têm a exercer a funcção exclusiva de tornar a Nação e o Estado conscientes da sua realidade e dos rumos que têm a seguir para desenvolver as possibilidades contidas nas instituições nacionaes, é claro que as prerogativas espirituaes da elite não podem ser sujeitas a quaesquer restricções.»

Mario A. Freire.

NOTAS

- (1) — «Jornal do Commercio» de 1-XI-1936.
- (2) — Valle Cabral, «Annaes da Imprensa Nacional», *apud* Francisco Marques dos Santos, no «Jornal do Commercio» de 17-V-1936; Cassius Berlink affirma que a primeira RELAÇÃO appareceu depois de Maio e antes de 10 de Setembro de 1808: «Annaes da Bibliotheca Nacional», XLIX, pag. 415; Antonio Cicero, «A imprensa hontem e hoje no Brasil».
- (3) — «Estatistica da Imprensa Periodica no Brasil», publicação do Departamento Nacional de Estatístico, em 1931.
- (4) — A' pag. 511 do vol. IX da «Historia do Brazil», Rocha Pombo, transcrevendo José Verissimo, refere que a IDADE DO OIRO DO BRAZIL, (*sic*) sahio a 7 de Janeiro de 1812, e durou até 1823. Berlink registra, porém, ás pags. 396 e 399 dos «Annaes» citados a verdadeira data do primeiro numero da IDADE D'OURO DO BRAZIL: — 14 de Maio de 1811.
- (5) — *Apud* Max Fleiuss, no «Jornal do Commercio» de -IX-1922.
- (6) — Basilio de Magalhães, no «Jornal do Commercio» de 6-VI-1937.
- (7) — «Jornal do Commercio» de 1-XI-1936.
- (8) — Em 1822, segundo José Verissimo, houve na Bahia um periodico com o titulo REGULADOR BRASILICO-LUSO.
- (9) — Notas de Aurelio Porto ao Processo dos Farrapos, no vol XXX das «Publicações do Archivo Nacional».
- (10) — «Formação Historica do Brasil», pag. 144 e 145.
- (11) — Rubens Lisboa, no «Correio da Manhã», de 24-V-1936.
- (12) — V. Corrêa Filho, no «Jornal do Commercio» de 10-V-1936.
- (13) — C. Berlink, «Annaes» citados, pag. 411 e 412.
- (14) — Notas citadas de A. Porto, «Publicações do Archivo Nacional», vol. XXX, pag. 345.
- (15) — O illustrado Dr. Francisco Prisco, em «José Verissimo», enumerando a *opera minor* desse escriptor, affirmou á pag. 95 que o scientista Domingos Soares Ferreira Penna «fundou depois em Ouro Preto, em 1850, O APOSTOLO, primeiro jornal republicano

apparecido na provincia». Como houvessemos suscitado uma pequena duvida sobre essa data, apoiado em Rocha Pombo, o Dr. Francisco Prisco nos respondeu em carta da qual estamos autorizado a divulgar o seguinte:

«No LIVRO DO CENTENARIO, José Verissimo dá O APOSTOLO com a data de 1851-1852. Mas no trabalho sobre Ferreira Penna escreve o seguinte:... «demittido em 1850 pelo partido conservador. E fundou então O APOSTOLO»...

Ora, este *então* deixa duvidas. Tratei de pesquisar outras fontes. O Blake consigna 1850-1852. Mas o Blake não é seguro. Serve apenas como elemento subsidiario. Já o Xavier da Veiga creio que é homem de peso. Nas EPHEMERIDES MINEIRAS, vol. I, pag. 25, elle escreve:... «fundando (1850) e redigindo O APOSTOLO, o primeiro orgão de propaganda republicana que appareceu na imprensa da provincia»...

No livro IMPRENSA MINEIRA de S. Campos e A. Lobo, ha um artigo de collaboração do Basilio de Magalhães intitulado A IMPRENSA REPUBLICANA EM MINAS GERAES, onde ha o seguinte: «O APOSTOLO.—Foi em Ouro Preto que repontou o primeiro periodico republicano editado na terra dos inconfidentes. Fundou-o alli, em 1850, Domingos Soares Ferreira Penna». (Pag. 141). Mario de Lima na HISTORIA LIT. DE MINAS, pag. 53, dá O APOSTOLO, orgão republicano, com a data de 1850-1852. Engana-se o autor no nome do jornalista: escreve Domingos Soares *Martins* Penna. Estava de certo pensando no comediographo... Ahi estão os informes em que me baseiei para datar O APOSTOLO de 1850. Não conheço a referencia do Rocha Pombo».

A Comemoração do 15 de Novembro, no Instituto Historico

**LEGITIMAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO SUCCES-
SOR DO PRESIDENTE DA REPUBLICA**

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR.
ARCHIMIMO MATTOS**

Por ocasião das solenidades comemorativas da data da Proclamação da Republica, levadas a efeito pelo Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo, com grande brilhantismo, o seu digno e ilustrado presidente, sr. dr. Archimimo Martins de Mattos, momentos antes de encerrar os trabalhos, pronunciou o seguinte magnifico discurso:

Agradecimento — A palavra do orador — O Esp. Santo acompanha o surto ascensional do Paiz — As energias moças — Os nossos ideais — A implantação da Republica — A agitação espiritual — Ataque aos reductos monarchicos — A propaganda republicana — Affonso Claudio — Antonio Aguirre, Bernardo Horta — Carinhosa lembrança — 1 fenomeno sociologico — A Constituição de 91 — A de 34 — Desadaptação das mesmas — Costume e direito — O novo regimem — A defesa das nossas instituições.

«Ao presidente do Ins. Hist. e Geog. do E. Santo, antes de dar por encerrada a presente ses-

são, impõe-se o dever, de que me desempenho prazerosamente, de agradecer ás altas autoridades aqui presentes, como a quantos nos honram em ouvir-nos, o comparecimento á comemoração que hoje aqui fazemos, nem só em virtude da propria finalidade da nossa instituição, como pelos imperativos da nossa consciencia de cidadãos deste grande Pais a que orgulhosamente vamos servindo na medida dos nossos esforços, como dos nossos valores.

Ouvimos pela palavra fluente e acatada do nosso orador o relato e a interpretação do feito de 15 de novembro de 1889, quando se implantou nas terras dadivosas do Brasil o regimen republicano democratico.

Pezar-nos-ia porém, deixar em olvido nesta hora, aqueles que, menores embora em sua projeção no cenario politico nacional, foram imensamente grandes para nós na relatividade do meio em que agiram.

O Espirito Santo que jamais deixou de acompanhar apaixonadamente o surto ascencional da grande Patria, igualmente se penetrou dos novos ideais que agitavam as massas no ultimo quartel do II imperio e, por isso mesmo, tomou-se tambem dessa profunda emoção, prologo do grande drama civico de que resultaria a implantação da Republica dos E. U. do Brasil.

Tambem aqui chegavam os ecos da campanha conclamadora das energias moças, em pródos novos ideais por que se norteariam os destinos da nação, e, agitados os espiritos na ancia de propagar os principios por que nos regeríamos de futuro, teve, a republica sonhada, seus maiores pregoeiros na estuante mocidade de então, cujos representantes maximos levaram a palavra corajosa e ardente aos centros de maior resistencia monarchica, abrindo constantes e repetidas brechas nas ultimas muralhas em que se acastelava o velho regimen.

E foi então a marcha triunfante da intelligencia moça, prenhe do mais santo entusiasmo, a conquistar os ultimos redutos das instituições monarchicas, de modo a se constituir o E. Santo um

dos mais fervorosos centros de propaganda Republicana.

Affonso Claudio, rompendo com a tradição de uma velha fidalguia rural de que descendia, Antonio Aguirre, trazendo em suas veias o sangue quente dos peninsulares ibericos; Bernardo Horta, desprezando as comodidades e vantagens que resultariam de sua descendencia de nobres e validos da monarchia, se fizeram os gigantes do pensamento republicano no E. Santo e, secundados por partidarios diversos, nem menos entusiastas, nem menos sinceros, constituiram clubes, fundaram gremios republicanos em diversos dos mais importantes centros politicos do E. Santo.

E, neste momento srs., que assim pensamos exaltar a memoria dos que se foram na viagem dos tempos, justiça será não nos deslembrarmos de um que nos acontecimentos da epoca heroica que passou, continua através de todas as vicissitudes da vida politica do Brasil, a manter o fogo sagrado dos ideais de então, sempre fiel aos postulados que tambem pregára, animado sempre do mesmo espirito publico que levára o moço de então a tomar parte no movimento; espirito sempre moço atravez dos anos, sempre rejuvenecido para servir o Estado e a Patria.

Referimo-nos srs. ao nosso muito querido companheiro Antonio Athayde, republicano dos da primeira hora e, ainda agora cheio desse ardor civico que o torna tão querido de quantos comungam connosco no culto ao passado da nossa nacionalidade, na dedicação á encantadora terra de Chanaan, onde viu ele pela primeira vez a luz do dia.

A implantação da Republica no Brasil, produto da exaltação da elite intelectual da época, não se podendo caracterizar embora como a solução inevitavel no tempo, de um fenomeno sociologico puro, se pode afirmar a resultante de um grande abalo economico, pela consequencia da libertação do trabalho humano, a operar entre nós uma enorme reviravolta nos espiritos, trabalhados daí vantajosamente pela intelligencia dos

oradores, professores, jornalistas etc., o que lhe empresta as características do triunfo das camadas intelectuais do País.

Ressentiu-se, por isso mesmo, da situação de idealismo que a inspirou e estabeleceu, tateando através dos tempos á procura de rumos definitivos, consagradores, na pratica, dos postulados teóricos cristalizáveis na realidade da vida, em formas legais interpretativas dos fenomenos sociais em repetida ebulição.

Assim, a Constituição de 91, como lei fundamental, satisfazendo sob alguns aspectos as aspirações da alma nacional, na pratica diurna de seus principios, passou a não rezistir os ataques da propria evolução dos povos sob sua protecção.

Lei basica, portanto mais que nenhuma outra tendo que relletir fenomenos, afastava-se de dia para dia do conceito de Montesquieu, considerando as leis como «relações necessarias derivadas da natureza das coisas» ou ainda da conceituação de lei social, como relação de coexistência ou de sucessão entre os fatos da sociedade».

Tornou-se, consequentemente, defeituosa deante do principio científico, por não atender mais á natureza dos fenomenos que devia interpretar.

Dai, os abalos consistentes nos diversos surtos revolucionarios, aproveitados por espiritos demagogicos, os altos e baixos da situação economica do País; dai a propria revolução de 39, processada sobretudo em nome do respeito a um principio talvez illusorio, de não ser permitido ao chefe do Estado a recomendação ou a simples apresentação do nome do seu sucessor na curul presidencial.

A Constituição de 34, incidindo na mesma interpretação da atuação politica dos governantes, agravada com a ausencia de unidade na sua propria estrutura, considerada pelos mestres como verdadeira colcha de retalhos ou mozaico de quadros paradoxais, vinha produzindo já um indifereçavel mal estar, proveniente da desadaptação do estatuto fundamental ao fato social expontaneo por excelencia—o costume.

Embora não consagrado na lei basica e condenado até pelos interessados de momento, cons-

tituia costume o fato dos chefes de governo indicarem o seu sucessor, embora esse mesmo fato apparecesse quasi sempre revestido de disfarces que não conseguiam mascarar inteiramente a ação ou contrariar o fenomeno, olhado já por muitos como importante e valioso, não constituisse embora ainda um direito.

Este veio porém a encontrar a sua consagração no dispositivo claro, franco, leal, da actual Constituição que outorgou ao presidente da Republica o direito de apresentar o nome de um dos candidatos á sua successão na alta governança do Pais.

Saímos assim de uma situação de fato, mais condenada pelos interessados na manutenção de formulas mais ou menos irreais na pratica, para ingressarmos franca e corajosamente numa situação de Direito.

Entre outros este é um principio reforçador da autoridade politica do chefe da nação, que sem se afastar de normas democraticas, ora se vê armado com melhores armas para a defesa do regimen republicano, ameaçado pela intromissão de elementos anarquisadores e cuja condenação devemos fazer, por todos os meios e modos ao nosso alcance, porque, srs., como já o dissemos em documento publicado a 16 de outubro do anno passado, «a defesa da nação, da nossa raça, da nossa cultura, das nossas tradições, da nossa alma e dos nossos lares, terá de ser feita primarcialmente com a defesa do regimen que nos embalou os primeiros sonhos, que nos guiou os primeiros passos, que norteou, até hoje, os destinos do Brasil.

Nesta hora, meus srs., em que comemoramos mais um anno da implantação do regimen republicano democratico entre nós, unamo-nos todos, patricios e amigos, com um só pensamento, um só ideal em torno dos grandes defensores do Brasil republicano, do Brasil democratico, sem idéas preconcebidas, sem vacilações nem disfarces, sacrificando mesmo os nossos interesses privados, como as nossas vaidades pessoais, porque na defesa entusiastica, apaixonada até o delirio, do regimen, encontraremos forças para nos tornarmos sempre, e cada vez mais brasileiros, e sempre altivamente brasileiros».

JOSE' DE ANCHIETA, **SUA VIDA E SUA OBRA**

Conferencia feita no salão nobre do Gymnasio Municipal e Escola Normal de Muquy pelo professor José Victorino, lente de Literatura, Caliphasia e Historia da Civilização, no dia 23 de Maio de 1935, em commemoração do 4.º Centenario da Colonização Espirito Santense.

Exmas. Senhoras e Senhores,
Carissimos alumnos:

Terminam hoje os festejos com que o capicha-ba commemora com entusiasmo o seu 4.º Centenario da Colonização Espirito Santense. O Gremio Literario «Euclides da Cunha», do Gymnasio Municipal e Escola Normal de Muquy quiz tambem testemunhar o valor da data e o seu presidente foi escolhido para falar sobre o mais extraordinario homem do seu tempo—José de Anchieta.

O Brasil, na sua primitividade, vivia isolado, desconhecido, ignorado, sem recursos e sem orientação. Era desconhecido mesmo por aquelles que o habitavam. A luta entre os nativos e estrangeiros era tremenda. Não se comprehendiam. Os potiguares lutavam com os cahetés; os tupiniquins esfolavam os tupinambás; os tamoyos viviam em guerra constante com os portuguezes e com guayanazes; os aymorés e os coroados sangravam-se mutuamente em lutas titanicas; os chavan-

tes e os bororós guerreavam ao mesmo tempo que os guaycurús e os guayapós. Não sabiam a razão de ser da existencia humana e tinham como principio basico a destruição de todos os elementos extranhos ás suas tabas. Dest'arte, difficil era o progresso e horrivel a sua conquista.

E' quando D. João III, tendo em vista os resultados satisfatorios obtidos pelo padre Francisco Xavier, na conquista e na catechese dos indigenas da Asia, lembra-se de enviar para o Brasil, em companhia de Thomé de Souza, 1.º Governador Geral do Brasil, os padres Manoel da Nobrega (dirigente), Leonardo Nunes, João de Aspicuelta Navarro, Antonio Pires e 2 irmãos.

Chegados aqui a 29 de março de 1549, tratou Nobrega de dar inicio á sua obra evangelisadora. Como iniciar? — Foi o que pensou o veneravel missionario da Comp. de Jesus. Espirito dinamico e realizador, não desanima, e diz para o padre Navarro: *sem a construcção de uma egreja e uma casa para a Comp. de Jesus, os nossos castellos fatalmente ruirão por terra.*

Animados com a palavra de fé e de encorajamento de Nobrega todos os cinco jesuitas começaram as obras e em pouco tempo viram os seus desejos realizados.

Dois mezes depois era celebrada a primeira missa na Egreja de N. S. da Ajuda. Resolve o padre Manoel da Nobrega transformar a casa e a Egreja numa Cathedral e fez construir uma outra casa para a Comp. no Monte Calvario, perto das florestas.

Dentro de poucos mezes todos os padres fallavam tão bem quanto o portugez a lingua tupy e entre elles apparecia como o que fallava com maior desembaraço o padre Navarro. Entrando assim em contacto directo com os tupini quins com os tupinambás, trataram de executar o programma traçado: a catechização dos aborigenes. Tarefa facil? — Perigosissima!

Começaram por agradar as creanças e os velhos das tribus. Não tardou a surgir o resultado premeditado. Pela facilidade com que fallava aos indigenas, expressando-se sem a menor affectação, com a pronuncia tão igual á dos nativos, o padre

Navarro fez com que desaparecesse parte do receio dos nativos. Os padres, reconhecendo que consistia um grande perigo á Comp. de Jesus a não catechização do índio Pedro Corrêa, trataram de fazer todo o possível de tornal-o christão. Conseguiram evangelizal-o e educal-o, tendo prestado depois inumeros serviços aos padres da Comp. de Jesus.

O 1.º Governador Geral, satisfeito com a actuação dos jesuitas, pediu mais padres e, em 1550, chegaram os seguintes jesuitas: Manoel de Paiva, Salvador Rodrigues, Affonso Braz e Francisco Pires.

O lado moral dos indigenas era o maior embaraço para a immediata catechização. Criaram duas divisões: uma para occupar-se dos indigenas no tocante aos costumes dos civilizados e a outra para cuidar da assistencia moral e religiosa. Resolve Manoel da Nobrega ir em 1551 para Pernambuco em companhia de Antonio Pires. Elle sabia que os cahetés e os tabajares necessitavam de sua assistencia e não olhou se havia ou não sacrificios; para lá se dirigiu. O donatario de Pernambuco já era sabedor do grande serviço que vinham prestando ao Brasil os padres da Companhia de Jesus e procurou ajudar Nobrega, facultando-lhe o direito de pedir auxilio ao governo, quando, para serviço, fosse necessario. Todavia encontrou Nobrega um grande obstaculo: os indios de Pernambuco eram mais exaltados. De que modo resolver o dilemma? Voltar para a Bahia ou arriscar a vida em proveito da religião? O padre Antonio Pires acha conveniente tratar-se em 1.º lugar da educação dos filhos dos indigenas. Promptificaram-se a educar os filhos dos nativos e grande foram as satisfações quando abriram um collegio e teve logo de inicio a matricula de 20 creanças. E assim triumphou em Pernambuco. Educou os filhos dos nativos e estes catechizaram os cahetés e os tabajares.

Tendo Thomé de Souza conseguido que o Brasil passasse á cathegoria de bispado, a 25 de fevereiro de 1551, chegava á Bahia, a 22 de junho de 1552, o 1.º bispo brasileiro, D. Pero Fernandes Sardinha.

No dia 3 de julho de 1553 Nobrega foi no-

meado 1.º Provincial do Brasil. A 8 de maio de 1553 embarcava em Portugal com destino ao Brasil, de ordem do Padre Simão Rodrigues, Provincial de Portugal, o padre José de Anchieta, em companhia dos jesuitas Luiz Grãa, Braz Lourenço, Irmãos João Gonçalves, Antonio Blasques e Gregorio Serrão, chegando á Bahia no dia 13 de julho do mesmo anno.

Nobrega, ao receber a noticia que o padre José de Anchieta tinha sido designado para vir, ficou contentissimo, pois, já sabia, as suas qualidades moraes e a sua intelligencia fecunda. O Provincial brasileiro sabia que Anchieta vinha para o Brasil por motivo de saude e nunca julgou que Anchieta fosse capaz de prestar tão relevantes serviços.

Quando o padre Anchieta, por fins de 1553, chegou a S. Vicente, Nobrega declarou: *E' por aqui a porta e o caminho mais certo para entrar nas gerações futuras.*

No anno seguinte, após a chegada de Anchieta, Piratininga soffreu um assalto. Existiam centenas de indios que se haviam tornado christãos e sobre esse ataque escreveu para Portugal o seguinte: *«Entrando os indios em catechese e apparecendo a immensa multidão de inimigos, os nossos, abalados pelo medo e pelo terror, começaram a perder o animo. Vendo isto, a mulher do capitão desta aldeia, que já era baptizada e partira com seu marido para a guerra, aconselhou a todos com animo varonil que fizessem nas fronteiras o signal da cruz para perderem o temor; e assim dois somente, que o não quizeram fazer, foram feridos e um succumbiu. Os inimigos foram dispersados e desbaratados pelos restantes».*

A PRIMEIRA MISSA

Quando celebrou Anchieta a sua primeira missa no Brasil e em que logar? No dia 25 de janeiro de 1554, no collegio de Piratininga, entre o Tamanduatehy e o Anhangabahú. O seu sermão versou a respeito do Apostolo Paulo. E terminou o sermão dizendo que o nome do Collegio passa-

ria a denominar-se S. Paulo em homenagem da conversão do Apostolo Paulo.

Anchieta escreveu para Portugal, relatando o acontecimento da primeira missa, dizendo que «a primeira missa celebrou se no dia da conversão de S. Paulo, em um altarinho que para isso se apparellhou, porque não havia ainda egreja».

Desenvolvendo-se cada vez mais os trabalhos, em 1554, já existiam no Brasil, os seguintes jesuitas: 13 em Piratininga, 5 em S. Vicente, 2 em Porto Seguro, 2 no Espírito Santo e muitos outros noviços que já auxiliavam os padres.

Ficou, a principio, como superior da missão em Piratininga o padre Manoel de Paiva.

Anchieta dedicava-se ao magisterio e reunia o maior numero de cadeiras no Collegio S. Paulo, ensinando hespanhol, latim, lingua brasileira e doutrina christã. Talvez tenha sido pela satisfação de levar ao conhecimento de seu Superior do aproveitamento que vinham tendo os seus educandos, que escreveu, a 15 de março de 1555, o seguinte: «Estamos, como lhes tenho escripto, nesta aldeia de Piratininga, onde temos uma grande escola de meninos, filhos de indigenas, ensinados já a ler e a escrever. Aborrecem muito os costumes de seus paes e alguns sabem ajudar a cantar a missa. Estes são nossa alegria e consolação, porque seus paes não são mui domaveis, posto que sejam mui differentes das outras aldeias, porque já não matam nem comem os contrarios, nem bebem como dantes».

Muitos pensam que Anchieta vivia na opulencia e com todo o conforto. Pelo contrario, residia, logo a principio, numa pequena habitação lacustre, sem recursos e a sua propria roupa era de qualidade inferior e não possuia mesmo cobertas necessarias e indispensaveis para abrigar-se do intenso frio de Piratininga. E a sua alimentação? Alimentava-se do peixe e da caça.

O SEU NASCIMENTO

Quando nasceu Anchieta? Ha diversos dias e annos citados pelos historiadores nacionaes e

estrangeiros. Não tenho a menor duvida em afirmar que o verdadeiro é o de dezanove de março de 1534, na Ilha de Tenerife, sendo seus progenitores D. João de Anchieta e D. Mencia Diaz de Clavijo Llarena.

Charles Sainte-Foy diz ter nascido a 7 de abril de 1534, confundindo-se com a data do baptismo, que foi exactamente a 7 de abril do mesmo anno.

O escriptor Balthazar de Anchieta affirma ter nascido a 19 de março de 1534. E' da mesma opinião Brasílio Machado. O Barão do Rio Branco endossa o 19 de março de 34. Celso Vieira e Luiz Guimarães, nos trabalhos que escreveram citam 19 de março de 1534. Conde Affonso Celso, auctoridade de reconhecido merito, presidente da Academia Brasileira de Letras e do Inst. Hist. e Geographico Brasileiro, por occasião do 4.º Centenario do nascimento de Anchieta, falou que nasceu no dia de S. José de 1534. Antonio de Alcantara Machado, Pedro Calmon, Max Fleiss, Mario Freire, Assis Memoria, Frota Gentil e Alberto Lamego escreveram: 19 de março de 1534.

Quaes os que, embora citem 19 de março, acham não ser de 1534? Leia-se Ronald de Carvalho na sua *Pequena Historia da Literatura*, á pag. 72, que é de opinião de ter nascido no anno de 1530. No *Grande Diccionario de Larousse* é encontrado o mesmo erro. Rocha Pombo já é pelo 1533. Marques da Cruz tambem. E, o que é mais interessante, mesmo alguns jesuitas, escreveram 19 de março de 1533. Jayme de Seguiuer no seu *Diccionario Encyclopedico* annota 1533.

Estou com a opinião do douto historiador João Ribeiro, que escreve 19 de março de 1534.

Citaria, se quizesse, dezenas de opiniões, favoraveis ao 1533 e outras dezenas que affirmam com documentos irrefutaveis que é verdadeira a data 19 de março de 1534.

Ahi está um caso em que não podemos applicar o proverbio latino *verba volant, scripta manent*. Porque de todos os lados estão nomes que merecem o maior acatamento. Salvo se qui-

zermos seguir a maxima de Quintiliano *scribitur ad narrandum, non ad probandum*.

Julgo, como já affirmei a principio, acertada a data de 19 de março de 1534. A melhor prova é que o Governo brasileiro, em homenagem ao grande evangelizador das selvas, decretou, o anno passado feriado, o dia 19 de março, declarando mesmo *que se commemorará a data do 4.º Centenario do nascimento do Veneravel José de Anchieta, cuja vastissima obra de missionario christão, lhe valeu o titulo de Apostolo do Novo Mundo e que são justificadamente merecidas todas as homenagens prestadas, pela nação, á memoria do grande missionario, a quem deve o Brasil o seu primeiro e mais forte impulso civilizador e ainda que, semeando a fé, Anchieta e seus heroicos companheiros, foram, ao mesmo tempo, os criadores dos primeiros nucleos de ensino, de onde se irradiou a nossa cultura, a lingua e a fé commum e que a sua grande obra de inspiração e catechese teve notavel influencia na formação da nacionalidade*».

Poderão dizer alguns iconoclastas que o Brasil foi descoberto a 22 de abril e no entretanto commemoramos erradamente a 3 de maio. E' bem possivel que haja entre os presentes um que se levante e diga: *naquella epoca seguiamos o calendario juliano e estamos no gregoriano*. Responderei que a reforma do calendario foi apenas de 10 dias e não de 11 e, feita a correcção devia ser commemorado a 2 e não a 3 de maio.

COMPANHIA DE JESUS

Quando ingressou Anchieta na Companhia de Jesus? Outras tantas divergencias na data attribuida ao ingresso do Apostolo do Novo Mundo. Ha quem diga ter sido em 1551; outros em 1550 e encontro até quem escreva 1545. Deixo de fazer o historico a respeito de todos para não cansar o distincto auditorio que me ouve. Cito apenas 2 opiniões chocantes. Escragnolle Doria, em trabalho escripto para a *Revista da Semana*, noticia a data de 1.º de março de 1551. E o nosso confrade A. F. de Oliveira, estudioso da historia capichaba,

commentando pelo *Diario da Manhã* a vida de Anchieta escreve que foi para a Companhia de Jesus no dia 12 de maio de 1551.

*
* *

Anchieta foi um espirito lucido. Era o prototypo do *amicus humani generis*. Era um orientador fiel aos seus postulados e aos seus principios ideologicos. Onde sabia que a sua palavra e a assistencia moral e religiosa eram necessarias ia-se, caminho em fóra, esquecendo-se de si proprio. Os seus costumes simples, o seu devotado carinho á religião e ao saber, o modo carinhoso com que tratava os velhos, as creanças, as mulheres, os enfermos, os prisioneiros das tribus inimigas e a sua dedicação impar em defesa dos nativos, fez com que estes o admirassem como um enviado de Guaracy (o sol), Jacy (a lua) e Rudá (divindade do amor).

Delle disse acertadamente o historiador capichaba Antonio Athayde, presidente do Inst. Hist. e Geog. do Espirito Santo, o seguinte: «*Viveu cultuando a virtude, estará eternamente em nossa memoria, viverá na gloria*—«virtute vixit, memoria nostra supérerit, gloria vivet»!

*
* *

Anchieta, querendo facilitar a obra de evangelização, ficou localizado a 3 kilometros de Piratininga e a 18 da villa de João Ramalho. Convenceu os chefes Tybiriçá, sogro de João Ramalho, e Caiuby, da conveniencia de irem ficar onde estava a casa de Deus e os dois chefes abandonaram os seus logares e passaram a morar na nova estancia com as suas familias. O pessoal que obedecia a João Ramalho vivia sempre a querer assaltar o Collegio São Paulo.

Os guayanazes eram guerreiros e, não raras vezes, Anchieta, sosinho, confiante apenas no seu Deus, ia até a tribu e lá conversava com o chefe, mostrando-lhe a conveniencia de uma alliança com os portugueses e com os tamoyos. Vencia todas as etapas difficeis. Vencia, não pelas armas,

mas pelo coração. O seu cerebro era mais forte do que todas as flexas.

*
* *

Em abril de 1563, Anchieta e Nobrega vão ter com os indios no sentido de conseguirem a paz e chegam a Iperoyg no navio genovez José Adorno, a 4 de Maio de 1563. Cunhambebe, indio guerreiro, de absoluta confiança da tribu, offerece-se para ir assignar em S. Vicente a paz prometida por Nobrega e Anchieta, ficando este responsavel pela não volta de Cunhambebe. No dia 9 de maio, Anchieta celebra a sua primeira missa em Iperoyg (Ubatuba ou Itanhaen).

Cunhambebe chegou a São Vicente manso e já não parecia aquelle chefe temivel.

Em Iperoyg, situada a 155 kls. ao nordeste de Santos, escreveu o thaumaturgo brasileiro o seu grande poema latino com 4.172 versos, dedicado á Virgem Santissima e que conservava de memoria.

Que tempo permaneceu Anchieta em Iperoyg? Escriptores ha que escrevem 3 meses. Por que 3 meses? Foi elle perseguido? Não vale nada a opinião do Chefe? Permaneceu o illustre missionario de Christo 5 meses e não 3. Se elle foi em Março e só voltou em Setembro, por que 3 meses? Quanto a perseguição, é verdade. Tendo chegado a noticia de que um dos guerreiros de Aimbire tinha sido morto, os nativos quizeram assassinar Anchieta e só não levaram a effeito, porque Pindobussú os acalmou, allegando ser falsa a noticia espalhada. Sabendo do acontecido, foi rezar numa *oca* e minutos após recebeu ali o chefe Pindobussú. O valente chefe guerreiro animou Anchieta dizendo lhe: *Filho José, não te nhas medo, roga a teu Deus que me dê larga vida; não te hão de matar, ainda que seja verdade que os teus tenham morto os nossos em São Vicente*».

Felismente, a 21 de setembro, foi celebrada a paz, voltando Anchieta para São Vicente, depois de ter passado 5 meses de ausencia. Sobre o armisticio assignado, o Estado de S. Paulo possui

um monumento dedicado a Anchieta, Nobrega e Tibyriçá.

Dias após a chegada, quando estava conversando com Nobrega, dentro de casa, ouviu lá fora um vozerio e chama a atenção de Nobrega para saber o que se estava passando. Vão até a calçada e notam que o barulho era motivado pela prisão de um guayanaz. Ambos vão em socorro do prisioneiro e conseguem arrancá-lo dali, afastando ainda as velhas índias encarregadas de repartirem as carnes humanas.

Por que os aborígenes não se revoltaram contra os dois inoffensivos soldados da religião cristã? Não possuíam elles toda a força necessária? Raciocinaram e sabiam que a morte dos 2 missionários representava o aniquilamento de sua tribu. Quem cuidaria depois da assistência moral e religiosa?

Os brasileiros muito devem á Companhia de Jesus. Os primeiros padres vindos para o Brasil foram os primeiros martyres da Pátria brasileira. Cuidavam de um tudo e não visavam lucro absolutamente algum. Leia-se, por exemplo, a carta que o autor escreveu no mez de março de 1562: *«Em S. Vicente se visitam os engenhos, com doutrinas e confissões, e tres povoações dos portuguezes que estão cinco e seis leguas distantes entre si... Em Piratininga acudimos a todo o genero de pessoas, portuguezes e brazis, servo e livre, assim nas coisas espirituaes como nas corporaes, curando-os e sangrando-os porque não ha que o faça»*.

Era Anchieta egoísta? — Não. Sabendo dos serviços prestados aos índios pelo padre Diogo Jacques, aqui no Espírito Santo, foi o primeiro que fez questão de salientar o papel do veneravel irmão da Companhia de Jesus, durante a peste de bexigas, que houve aqui no Estado e os chefes Maracaiá Guassú e Pirá-Obig viram, com os olhos vertendo lagrimas, Anchieta ajoelhar-se na capella de S. Thiago e rezar pela alma do padre Jacques.

ANCHIETA NATURARISTA E POETA

O poeta Almeida Cousin, legitima expressão cultural da poesia contemporânea, no seu livro *Itamonte*, faz o retrato fiel de Anchieta, com o presente soneto :

ANCHIETA

Renegaste, abnegado apóstolo, a família,
O mundo, a sociedade, a civilização.
Não tiveste o carinho ingenuo de uma filha,
Nem um beijo de esposa ou um abraço de irmão.

Olhos fitos no céu—na corôa que brilha
Na fronte do martyrio em tua Religião,
—Emprehendeste na terra a estranha maravilha,
De, homem só, conquistar os índios e o Sertão!...

Singular bandeirante, audaz e humilde, brando
E forte, penetraste, almas virgens buscando,
A' inhospita floresta, empunhando uma cruz...

E, assim, abriste o céu num milagre de Graça,
—Si não tiveste esposa, esposaste uma Raça,
Sem ter um filho, foste o Pae dos índios nós...

Para dizer do valor de Anchieta, bastaria transmitir algumas opiniões valiosas escriptas sobre o grande evangelizador das nossas selvas.

Quando ainda um theophilanthropico, agitei a idéa de ser erigido o busto de Anchieta na cidade de Carangola, no Estado de Minas Geraes. O seu nome não deveria ser esquecido pelos mineiros, porque permaneceu o irmão da Companhia de Jesus alguns dias no trecho da estrada, nas margens do rio do mesmo nome.

O nosso historiador Varnhagem quiz synthetizar o valor de Anchieta, dizendo que *o seu nome enchia Portugal e o Brasil*; ou seja, que o seu nome era o bastante para encher as paginas gloriosas da historia e literatura de Portugal e do Brasil.

Não menos valiosa é a opinião de Affonso de E. Taunay, dizendo que Anchieta é o Apóstolo do

Novo Mundo, sol da America, luz da gentildade, honra da Companhia, gloria de seus irmãos, exemplar de missionario.

Elle era humilde no seu proprio conceito. Não foram poucas as vezes em que mortificava o seu proprio corpo, para demonstrar aos indigenas que outro intuito não tinha senão o de salvar aquelles que não eram christãos. Quando terminava os seus affazeres, dedicava se ás orações e não deixava de cumprir religiosamente as prescripções do Instituto. E, para servir de exemplo, espontaneamente entregava-se a serviços exhaustivos e dirigia as obras da Companhia, fiscalizando os novigos nas predicas religiosas, obrigando-os a seguirem a religião de Christo com amor, carinho e dedicação.

Foi por este motivo que o historiador Shouthey, independente como sempre foi, disse ser elle o *Thaumaturgo do Novo Mundo*.

Ha bem poucos dias estava lendo um trabalho de Balthazar Telles e encontrei o seguinte trecho: «*Tirara o Deus de uma ilha para o trazer por muitos mares e para o levar por muitas terras.*»

Tinha razão Balthazar na sua *Chronica da Companhia de Jesus*. Portugal, em vista do Brasil, é uma ilha e elle não prestaria tão relevantes serviços se não tivesse vindo para o Brasil. Assim o confessa na carta que escreveu ao Superior Simão, dizendo: «*Não deixe lá vossa reverendissima mais que uns poucos para aprender. Os mais venham. Tudo lá é miseria, quanto se faz, quando muito ganham-se cem almas, posto que corram todo o reino; cá é grande mancha. E' a terra mais apparelhada para a conversão do gentio que nenhuma das outras, porque nunca houveram guerra com christãos.*»

Alguns dos nossos chronistas daquella epoca affirmam que os indigenas não eram maliciosos, nem refalsados, antes simples e bem acondicionados, facilimos de crer em qualquer coisa. Foi o ponto de vista do autor do poema á Virgem, tornar o Brasil um paiz digno da civilização americana. Ensinou aos indigenas a não matar o prisioneiro e, quando acontecia ser aprisionado um

indio de outra tribu, o cacique dizia que agrade-
cesse ao veneravel padre Anchieta o não ser de-
vorado e dissesse ao cacique da outra tribu que
na sua tribu já tinha sido abolida a scena anthro-
pophaga. Posto em liberdade, levava ao conheci-
mento do seu chefe e o missionario era chamado
para explicar as razões por que era contrario aos
castigos corporaes. Aproveitava a oportunidade
e exemplificava que o christão não devora carne
humana e que ao morrer um semelhante deve ser
sepultado com todo o respeito e veneração. E as-
sim ia Anchieta civilizando o solo brasileiro. Di-
minuindo o numero de mortos, a população forço-
samente tinha que augmentar. E quantas não evi-
tou Anchieta?

Tinha razão D. Pero Leitão, quando disse que
a Companhia de Jesus no Brasil era um anel de
ouro, e a pedra preciosa delle é o padre José de
Anchieta.

Em 1565 fundou Anchieta a aldeia de Iririti-
ba, neste Estado. Muitos foram os serviços pres-
tados ao Espírito Santo.

Antes de sua morte, Anchieta escreveu os
versos seguintes:

«Patria querida, patria gloriosa:
Continúa fitando os horizontes,
—Se meu berço não foi teu gremio illustre,

As primeiras te dei da mocidade,
Os labores do estudo, as flores d'alma,
O sentimento e a vida! Abre-me o seio,

Tu, que foste a visão do meu futuro;
Tu, que serás o templo onde meu nome
Triumphará do frio esquecimento!»

Vale a pena citar alguns versos do poema
latino de Anchieta, traduzido pelo espirito culto de
Ronald de Carvalho, versos que foram dedicados
ao Santissimo Sacramento:

«Oh que pão, oh que comida,
Oh que divino manjar
Se nos dá no santo altar
Cada dia !

Filho da Virgem Maria,
Que Deus Padre cá mandou,
E por nós na cruz passou
Crua morte,

E para que nos conforte
Se deixou no Sacramento,
Para dar-nos com augmento
Sua graça.

.....
Com o sangue que derramastes,
Com a vida que perdestes,
Com a morte que quizestes
Padecer,

Morra eu, porque viver
Vós possaes dentro de mi,
Ganhae-me, pois me perdi
Em amar-me.»

Os indigenas de Iiritiba estavam morrendo de sede. Já não sabiam o que deviam fazer, quando se lembraram de pedir ao padre Anchieta a sua protecção. Vão á sua procura e, como sempre, estava rodeado de servos que o ouviam religiosa e attentiosamente. Dizem para o mestre: «*Pae, dá-nos agua ; a nossa sede é immensa ; agua, pois, agua para nós*».

O abnegado Apostolo, com o seu cajado mandou que se fizesse uma cova e que nella havia de ficar uma cacimba permanente. Cavaram um metro e cincoenta centimetros e 25 minutos após, na Praia de Iiritiba, existia agua potavel e de optima qualidade.

A aldeia vivia surprehendida de vez em quando com o desaparecimento de indios e escravos. Uma bella tarde, Anchieta, do pulpito, avisa a população que se approximam tres embarcações destinadas ao trafico de negros e indigenas. Effectivamente, appareciam na Praia explora-

radadores de escravos, vestidos de jesuitas com o fito de attrahirem, como fizeram, os habitantes da aldeia. Os traficantes sabiam que os padres gozavam de grande estima e dahi o mirabollesco plano. Levavam os escravos para outras bandas, aprisionados, obrigando os a trabalhar noite e dia. Anchieta, que tinha o dom da prophecia, disse para os habitantes: *Não se preocupem, filhos, elles não verão o lugar de procedencia. E os nossos serão salvos*. E poucas horas depois as 3 embarcações naufragavam, salvando-se apenas os que tinham sido ludibriados pelos traficantes.

Leio occultamente nas palavras de Joaquim Nabuco o que seria de nós sem Anchieta e Nobrega. *«Sem jesuitas, a nossa historia colonial não seria outra coisa senão uma cadeia de atrocidades sem nome e de massacres»*. (111 Centenario de Anchieta — pag. 328).

Affonso E. de Taunay, na sua oração proferida no Theatro Municipal de S. Paulo, na sessão magna do 4.º Centenario anchietano, determinado pelo governo de S. Paulo, a 19 de março de 1934, entre outros traços luminosos a respeito do thaumaturgo brasileiro, disse o que se segue: *E uma serie de écos magestosos lembrou aos contemporaneos os serviços do evangelizador das selvas, do civilizador de uma região, do constructor de uma futura nação, do precursor de uma literatura*.

Perguntaram a Anchieta porque elle soffria tanto, entregando-se a serviços além das suas energias e porque supportava os castigos corporaes que por vezes soffreu. Resignadamente, respondeu: *«Mais peccam elles contra Deus»* que *«contra mim»* e, *«se Deus o soffre bem»*, que *«eu soffra por amor de Deus»*.

Encontramos em Anchieta um motivo de orgulho para o Brasil. A sua vida cheia de milagres, os seus sonhos de asceta misterioso, o seu devotamento e as suas virtudes são motivos que merecem um poema de encanto e de agradecimento. *«A gloria de Anchieta é, antes de tudo, o reconhecimento de nossas origens catholicas e a renovação do baptismo nacional»*, disse o grande abolicionista Joaquim Nabuco.

Preoccupava-se elle com os nossos usos e costumes? Considero Anchieta o primeiro naturalista brasileiro. Em 1900, o Instituto Historico de S. Paulo, commemorando o 4.º Centenario do Descobrimento do Brasil, fez publicar duas cartas ineditas de illustre missionario e foram prefaciadas pelo illustre patricio Augusto Cezar de Miranda Azevedo, que assim se manifestou: «*Ha, porem, uma face de Anchieta, que ainda não foi devidamente estudada, nem tem sido considerada pelos sabios: é a contribuição admiravel que prestou á historiu natural brasileira, com a minuciosidade exacta das observações pessoas que registrou em seus escriptos, dirigidos aos seus superiores no Velho Mundo*».

Como apresentação do seu valor como naturalista brasileiro, transcrevo aqui o fructo de uma observação que fez do nosso tão conhecido Tatú: «*Tambem ha outro animal, muito vulgar entre nós — tatú — que mora nos campos, em buracos no chão: pela cauda e cabeça é parecido com os lagartos; todo o corpo é coberto, por cima, de uma durissima casca, impenetravel ás flexas, muito semelhante á armadura de um cavallo; para se defender, cava a terra com muita velocidade; quando, porém, entra nos buracos, se o não segurarem pelas pernas, inutilmente se fatigarão ao quererem tiral o dalli, tão pertinazmente se agarra ás paredes do buraco, com a casca e as patas; e, posto que o segurem pela cauda, mais facil é arrancar esta parte do corpo do que tiral o do buraco; a sua carne é muito saborosa*».

Foi José de Anchieta um intellectual de valor? Na opinião de Joaquim Ribeiro, elle trouxe para as plagas brasileiras a sua Edade-Media. E soube aproveitá-la, illuminando-a, ao calor dos tropicos, num esplendor solar.

Anchieta tinha uma memoria extraordinaria. Tinha de memoria todos os trabalhos escriptos. Conhecia a vida de todos os apostolos. Revelou-se um biographo extraordinario com o seu livro «*Basilica Societatis Historia et vita clarorum Patrum qui in Brasilia vixerunt*». Os seus trabalhos intitulados «*Informações e fragmentos*

historicos de Joseph Anchieta» e as suas bem elaboradas «*Cartas*» vêm servindo aos historiadados como subsidios valiosos para o estudo retrospectivo da nossa nacionalidade. Escreveu ainda o Apostolo setenta canticos em tupy, dois volumes de canções castelhanas e portuguezas. sem fazer a minima allusão a obras de outra natureza, como o dictionario da lingua geral e uma grammatica, e apontamentos; era ainda repentista.

O Padre Jeronymo Rodrigues enviou-lhe um espelho de presente e, no dia seguinte, ao visitar Anchieta, foi recebido com este verso repentista:

«Vi-me agora neste espelho,
E comecei a dizer:
Corcóz, toma bom conselho,
E faze bom apparelho,
Porque cedo has de morrer.
Mas justamente com vêr
O beijo um pouco vermelho,
Disse: fraco estás, e velho,
Mas póde ser, que Deus quer
Que vivas para conselho.»

Por occasião do 4.º Centenario do Nascimento de Anchieta, o Instituto Historico Brasileiro fez realizar uma serie de conferencias sobre o grande missionario de Jesus. Sobre diversas themas fizeram-se ouvir, com substanciosos e valiosissimos trabalhos os srs. Theodoro Sampaio, Affonso Celso, Max Fleiuss, Pedro Calmon, Wanderley Pinho, Jonathas Serrano, Augusto de Lima, Celso Vieira, Jorge de Lima, V. Corrêa Filho, Maria Eugenia Celso e padre Leonel Franca.

Vale a pena rememorar aqui a data de 19 março de 1897, o 3.º Centenario de sua morte, em que o Instituto Historico de S. Paulo publicou um volume, em que se nota tudo o que se escreveu sobre Anchieta. Ha nessa publicação os trabalhos eruditos do Arcebispo D. Francisco de Paula Rodrigues, Theodoro Sampaio, padre Americo de Novaes, João Monteiro, Eduardo Prado e Brasílio Machado.

Joaquim Nabuco, Couto de Magalhães e Conego Manoel Vicente da Silva escreveram esplendidas paginas sobre o *Apostolo do Novo Mundo*.

Não menos valiosa foi a collaboração da casa Aillaud & Cia., de Paris, editando em 1900, os trabalhos do Inst. Hist. de S. Paulo, illustrados e com bellissimas gravuras.

O amor que dedicava ao Espirito Santo faz que o adoremos como um dos seus mais devotados filhos. Escrevia, em 1585, que o Espirito Santo era a terra mais accomodada e apparelhada para a conversão que ha em toda a costa.

O grande collaborador da integridade brasileira, ao chegar á aldeia de Iiritiba, tratou de introduzir o conhecimento dos centros civilizados por meio do theatro, escrevendo peças dialogadas e representando-as publicamente na aldeia. Em pouco tempo, notou que o theatro é ainda o melhor meio de civilizar um povo. As suas peças, impregnadas de um sentimento puro e de um caracter puramente educativo, contribuíram effizamente para o desenvolvimento moral e intellectual dos aldeianos.

Não raras vezes foi prisioneiro dos nativos. Notando, ás vezes, que penetrar dentro de uma tribu não é tão facil como parece, achou mais prudente fundar collegios destinados á catechização. Ainda hoje temos collegios e obras de sua iniciativa, especialmente nos Estados de S. Paulo, Espirito Santo e Bahia. Elie sempre dizia que «*para começar uma cidade*» era preciso fundar «*collegios.*» E sempre terminava dizendo que «*era preciso ensinar para converter; converter para povoar.*»

Onde encontramos homenagens prestadas ao glorioso soldado? No Palacio do Governo de Victoria, antigo Convento dos jesuitas, existe ainda hoje a lápide tumular com a seguinte inscripção: «*Hic jacuit venerab, P. Josephus de Anchieta Soci. Brasiliæ Apost. et novi-orb. Novus Thaumaturgo. Obiit Reritiba die IX jun. MDXCVII. Na Sé de Coimbra, ha o quadro «Voto de costidade.»* Conhecemos ainda outros quadros: «*O Apostolo do Brasil*» — Anchieta nas selvas, assistindo aos colonos e aos indios, com a pregação de sacramentos; «*O Indio Diogo*» — Diogo, o indio christão, morreu. Horas depois, moveu-se e pediu que chamassem Anchieta para baptizal-o. Foram busca

o thaumaturgo do Novo Mundo em S. Vicente e Anchieta deu-lhe o baptismo; «Os *Guarás*» — No Rio da Aldeia, a canôa de Anchieta e dos seus, protegidos dos rigores do sol por uma nuvem de guarás que o apóstolo chamara; «*Anchieta e Valdez*» — Anchieta, attendendo aos doentes da expedição de Diogo Valdez, mandado por Philippe II de Espanha, para o estreito de Magalhães, que, ao apparecer perto da praia, os indios ficaram em alvoroço e Anchieta disse-lhes que ninguem se perturbasse que a esquadra não era inimiga, pelo contrario, trazia um homem que havia de prestar grandes serviços á Religião e que possuia grandes virtudes; «*O Mestre de Piratininga*» — Anchieta e os seus ajudaram os indios na construcção da egreja e habitações de Piratininga e ahi, na escola, o apóstolo ensinava aos filhos dos portuguezes e mamelucos das villas que se formavam; «*A Chegada a Iperoyg*» — Dia 4 de maio de 1563, Anchieta e Nobrega, chegando no navio genovez José Adorno ás praias de Iperoyg, actual Ubatuba, e no Convento de Santo Antonio existe a cadeira que pertenceu a José de Anchieta. Esta cadeira pertencia ao Estado do Espirito Santo e misteriosamente desapareceu, conforme informações colhidas em Anchieta, neste Estado. No Monumento a Floriano Peixoto ha um detalhe de Anchieta catechizando uma pequena india.

Não só no Rio de Janeiro e sim em todo o Brasil, o busto de Anchieta deveria figurar nas Praças Publicas como um symbolo da patria brasileira. Aqui viveu 43 annos, em plena selva brasileira, transmittindo ao barbaro o seu saber, como um devotado Apóstolo do Bem e da Verdade.

Anchieta adorava o Brasil e merece mais respeito e veneração. Vejamos, por exemplo, o que escreveu: «*Todo o Brasil é um jardim em frescura e bosques e não se vê em todo o anno arvore nem herva secca. Os arvoredos se vão ás nuvens de admiravel altura e grossura e variedades de especies. Muitos dão bons fructos e o que lhes dá graça é que nelles ha muitos passarinhos de grande formosura e variedade e em seu canto não dão vantagem aos rouxinoes, pintasilgos, colorinos e canarios de*

Portugal, e fazem uma harmonia quando um homem vae por este caminho, que é para louvar ao Senhor, e os bosques são tão frescos, que os lindos e artificiaes de Portugal ficam muito baixo».

Anchieta ficou na historia brasileira como o expoente maximo de sua época. O seu espirito illuminado pelo saber marcou a existencia gloriosa de um martyr que se sacrificou em defesa da consciencia christã. Não foi elle um desses que vivem com o fito exclusivo do interesse. Se elle tivesse feito o que muitos cabotinos fazem, estaria talvez até esquecido, pois *«laus in ore proprio vilescit»*, louvor na propria bocca perde todo o valor.

Morreu Anchieta rico? Não. Nada deixou para os seus. Deixando, todavia, a maior riqueza imaginaria; a perpetuação do seu nome na historia brasileira, como um dos factores positivos que contribuíram para o desenvolvimento da nossa Patria.

Tinha razão M. Paulo Filho, no seu artigo *«Anchieta»*, publicado no *«Correio da Manhã»* de 16—3—1934; *«Anchieta foi um grande homem da Igreja Catholica, o mais bello e o mais poetico de todos os Apostolos, despachados para a America, serve a Deus e á Humanidade, sem medir dores e desesperos, sem receios, sem desanimos. Hespanhol de origem, jesuita de vocação, educador por indole, foi, por todos os titulos, um dos grandes creadores da nacionalidade e merece, em homenagem á sua intelligencia, ao seu saber, ao seu trabalho e ás suas virtudes maravilhosas, ser reverenciado como um dos mais illustres cidadãos americanos.»*

De uma feita, estava Anchieta fazendo as suas orações debaixo de uma arvore, quando escutou que na tribu festejava-se algum acontecimento importante. Foi até ao local, em companhia de Nobrega. Alli chegando assistiram um espectáculo de barbaria: tinham sido atirados ao fogo dois prisioneiros e o 3º estava sendo desamarrado do poste para ser assado. Anchieta vae falar com o cacique. Pede. Implora. E' attendido. Havia novamente vencido pela eloquencia e pelo

talento. Aproveitou o momento e aconselhou ao chefe não matar os seus semelhantes, pois a Religião de Deus mandava «*não matar e amar ao proximo como a nós mesmos*». E continuava: *quando um da vossa tribu morrer não o comais. porque é profanação, o nosso semelhante é humano como nós somos, enterrae-o com amor e com devoção.*»

Anchieta, chegando a outra tribu viu dois moços brancos assados dentro de uma gamela e perguntou porque haviam matado os dois rapazes. Um nativo respondeu que eram prisioneiros e que iam ser comidos pelos indigenas. Esta declaração revoltou o padre e, travando luta com o indio que vigiava a gamela, conseguiu, com muito trabalho, e com o auxilio do padres Navarro e Leonardo Nunes, apoderar-se da gamela e sepultar os cadaveres dos 2 prisioneiros.

Anchieta, quando estava pregando aos indigenas, uma india velha da tribu, encarregada de repartir a carne dos seres humanos, ficou tão emocionada que abandonou a tribu e foi embora para onde morava o *evangelizador*. Este acceitou-a e em sua companhia veio a pequena india Jupira. Passados mezes, a india adoece. Anchieta, Nobrega, Navarro, Manoel Paiva e Jupira fazem todo o possivel para alegrarem a india velha. Nada. Recusa-se a dizer o que sente: recusa a alimentação; não bebe agua e vae definhando aos poucos. Anchieta insiste:

— Diga, Vovó, o que está sentindo?

— Não posso, mestre. E' um grande desejo, o que sinto, desejo que é peccado transmittir; é peccado vel o realizado!

— Talvez possamos remedial-o, Vovó, diz o padre Navarro.

— Impossivel, mestres. Não posso. Quero morrer!

— Confesse o seu desejo, vovósinha — diz Anchieta.

E a velha com um suspiro diz: *estou com vontade de comer uma mãosinha de criança de 2 meses!*

A SANTIDADE DE ANCHIETA

Por ocasião do 4º Centenario do Nascimento de Anchieta, ventilaram o caso de seus milagres. Inumeros foram os documentos apresentados. Apareceram até certidões comprovando e positivando os milagres e a veracidade de todos os papeis apresentados. O padre J. da Frota Gentil. S. J., inegavelmente o maior pesquisador de Anchieta, em artigo escripto para o « Jornal do Brasil », sob o titulo « *Graças alcançadas no Poço Bento do P. Anchieta, em Magé* », diz textualmente: « *A voz eloquente dos factos suffraga a crença popular que ainda hoje busca com fé a agua do Poço Bento* ».

Fez Anchieta milagres? Merece ser canonizado? Se outros milagres não fez, realizou o mais importante: evangelizar as selvas brasileiras; tornar o selvagem em christão; o elemento máo em aproveitavel; substituir o barbarismo pela civilização; o espirito rustico em urbano; o maledicente em decente; a malevolencia em benevolencia e o indolente em trabalhador.

Não importa que seja ou não canonizado Anchieta. Honremol-o como o iniciador de nossa raça; como o primeiro naturalista brasileiro; como Homem e como Apostolo. Sou daquelles que acreditam na fé. Não sou um supersticioso e tambem não alimento crenças inadmissiveis. Acredito na verdade á luz da sciencia. E a natureza é prodiga, alimentada como vive pelo espirito superior de um Deus que, embora invisivel, tem sido o orientador de todas as creações e de todas as cousas. Não é verdade que o catholico não acredita no materialismo. Acredita, sim. Não somos hypnotizados por sciencias occultas e sabemos que á luz do materialismo scientifico aparece a luz do espiritualismo. O que é o espirito da Verdade á luz da sciencia? Não é a concepção de um Ser occulto que aparece como elemento physico? Logo, acreditamos naquillo que sabemos ser a encarnação da verdade. Se o individuo morre e deixa um livro publicado elle é *Materia* ou é *Força*? Que responda o materialismo. Nem uma cousa nem outra: é o espirito da Verdade á

luz da sciencia. A sciencia está representada no livro e a *Força* é o elemento raciocinado e transmittido para as paginas do livro. Fica, portanto, desfeita, a inverdade apregoada, que o catholicismo não acredita no materialismo, conforme o que acima descrevi.

O interesse com que tem sido tratado ultimamente o nome desse abnegado sacerdote, vem demonstrar que acima de qualquer santidade, elle representa para o Brasil e para o continente Sul Americano um patrimonio espirital e uma scintella de civismo, que ha de ser transmittida de geração em geração.

Onde dorme o corpo de Anchieta? Em Victoria? Na Bahia? Em Roma, ou em Portugal? Não sabemos. E' a pergunta que já tenho feito por diversas vezes e até hoje ninguem m'o diz ao certo.

Sabemos que alguns agiologios dedicados dizem que os restos mortaes de Anchieta estão em Portugal, desde o anno de 1760. Onde encontrar-os em Portugal? Não ha indicios? Por acaso na Torre do Tombo, em Lisbôa, nas gavetas de numeros 6 a 12, maç. 2º a 6º e nº 6 a 11 não ha vestigios? Desconfiamos, pelo menos. Aqui fica a observação, que espero seja tomada a serio pelos archêologistas brasileiros e chamo a attenção mesmo do illustre patricio Mario Mello.

Vamos fazer um pequeno historico.

Consultando alguns nomes de valor, consigo encontrar este trecho: «*As reliquias de Anchieta, em parte, foram transferidas para a egreja do Collegio da Bahia, por determinação de Claudio Aquaviva, Geral da Ordem, no anno de 1611, ficando ao pé do altar-mór, venerados pelos romeiros e devotos. Em 1625, porém, como o breve pontifical de Urbano VIII, de non cultu, vedasse aos fieis o culto dos não beatificados ou canonizados, passaram a outro lugar. Um delles, por esse tempo, foi enviado a Roma.*» (Simão de Vasconcellos — «Vida do V. Padre Joseph de Anchieta», livro V., cap. XV).

Em Victoria, rezam os nossos chronistas contemporaneos, existiam duas reliquias: uma canela

de Anchieta e uma outra de Nobrega, que serviam de milagres aos devotos.

Xavier Marques, historiador patricio, na sua «Nova comunicação ao Instituto Histórico da Bahia», em 1914, escrevia o seguinte: «*Expulsos do Brasil os jesuitas, mandou o chanceler Thomaz Roby a D. José I, em 12 de abril de 1760, as reliquias anchietanas do Collegio da Bahia, tibias e peroneos, mais duas tunicas — num cofre de jacarandá, forrado de prata.*»

Celso Vieira, referindo-se mesmo aos poucos objectos existentes como reliquias, diz que «*dos que permaneceram no Espírito Santo, já não existem documentos comprobatorios nem sequer vestígios.*»

No entretanto, Pereira de Vasconcellos, no seu livro «*Ensaio sobre a historia e a estatistica da Provincia do Espírito Santo*» fala que «*na sessão do I. H. G. Brasileiro, celebrada em 17 de agosto de 1855, foi apresentada pelos srs. Pereira Pinto e Noberto uma proposta para que se solicite do governo a entrega de um fragmento dos despojos mortaes do missionario Anchieta, que se conservava em uma caixa com lavor de prata, no thesouro publico da Côrte ou da Provincia do Espírito Santo.*»

A publicação do trabalho acima provocou diversos cutros a respeito do assumpto e, entre outros, podemos citar o precioso documento de Teixeira de Mello, intitulado Joseph de Anchieta, a que se acha no Ann. da Bib. Nac. vol. 11, f. 1, nos seguintes termos: «*O Thesouro Publico, de que fala dubitativamente Vasconcellos, seria de certo o da capital da Provincia do Espírito Santo, si não se soubesse que se trata aqui da igreja dos jesuitas na capital daquella provincia, onde se acha vasia a lousa tumular do santo varão apostolico, de cujos restos mortaes alguns presidentes da Provincia, com mais cortezania para com os vivos do que veneração para com os mortos, têm lançado mão para obsequiar amigos ou a altas personagens, que visitaram a igreja em que elles jaziam.*»

Sobre a canella de Nobrega, de que fallei ha pouco, e o fragmento da de Anchieta, temos um

documento valiosissimo do academico Celso Vieira, no seguinte teor: «O sr. Sá e Benevides, em 20 de dezembro de 1876, informava ainda ao sr. Ramiz Galvão que existiam na sacristia da igreja dos jesuitas, ao lado do Palacio do Governo de Victoria, duas caixas de prata, contendo a primeira uma canella de Nobrega e a segunda um fragmento da canella de Anchieta. Em summa, as reliquias do Santo espalharam-se pelas capitancias do Brasil, onde se alardeava o seu poder curativo, de norte a sul, havendo sempre uma na sacristia de cada templo dos jesuitas, que benzião com ella os vasos de agua para os enfermos.»

O Instituto Historico de São Paulo, num gesto digno de admiração, mandou até Portugal o sr. Norberto Jorge, no sentido de descobrir o paradeiro dos restos mortaes de Anchieta. As suas pesquisas nesse sentido não foram coroadas de exito. O certo é que não devemos desanimar. Algum dia apparecerão. Só podemos admitir que o resto mortaes estejam em 3 logares: na Bahia, em Roma ou em Portugal. Os documentos mais positivos indicam Portugal, desde 1760. Não acreditamos que os portuguezes procurem impossibilitar a descoberta, sabemol-os amigos do Brasil e a Historia de Portugal é a propria Historia do Brasil e que a nossa Historia é uma pagina da Historia Portugal.

O padre Leonel Franca, um dos maiores escriptores catholicos do Brasil, é de opinião que Anchieta era um genio para a sua época e que deviamos possuir os seus restos. Não vamos de encontro á opinião valiosa do illustrado professor catholico. Devemos mesmo levar em consideração que Anchieta, quando veio para o Brasil, não ficou dentro dos gabinetes, despachando expediente, consultando livros e adquirindo cultura: pelo contrario, foi lutar com um povo barbaro, corpo a corpo, um povo sem instrucção, sem educação, rude em todos os conhecimentos. A falta mesmo de convivio importava naturalmente no abandono aos estudos e costumes dos civilizados.

Dedicar-se aos estudos da lingua tupy, para conhecer a origem etymologica das palavras, co-

mo se dedicou, escrever cartas para os seus superiores, relatando todos os acontecimentos, domesticar índios, dirigir índios, professar, ministrar, guerrear e acabar com guerras, converter, escrever poesias e grammaticas e fazer estudos sobre os aspectos diversos da Natureza Humana, já é o bastante para immortalizar um Homem que veio ao mundo para a felicidade da patria brasileira, porque elle é *rara avis in terris*, ave rara na terra.

Diz de Anchieta, Rocha Pombo, na sua «*História do Brasil*», 2.º ed. pag. 91 o seguinte: «*Até 1597, quando falece, não teve mais um dia de descanso este homem extraordinario, vivendo de aldeia em aldeia a amparar o barbaro, e acudindo a toda parte a proteger os colonos e a defender a terra*».

Anchieta immortalizou-se espiritualmente com a publicação de *Evangelhos nas Selvas*, do consagrado aedo Fagundes Varella:

«Alma inspirada de Anchieta illustre,
Espírito do Apostolo das Selvas!
Sabio e cantor, luzeiro do futuro!
Tu, que nas solidões do Novo Mundo
Sobre as alvas areias, borrifadas
E as escumas do mar, traçaste os versos
Do poema da Virgem, e ensinaste
Àos povos do deserto a lei sublime
Que ao reino do Senhor conduz os seres:
Ensina a minha musa timorata
A linguagem celeste que falavas!
Dá-lhe a doce expressão, a graça infinda,
A força, a eloquencia e a verdade
Dessas singelas narrações que á noite
Fazias nos outeiros, nas florestas,
A's multidões que ouvindo-te choravam,
E pediam as aguas do baptismo!...»

Foi em Irititiba, antiga Benevente e hoje Anchieta, a 9 de junho de 1597, que Anchieta suspirou constrictamente, deixando em cada coração brasileiro uma particula de saudades. O seu corpo foi carregado nos braços para a egreja de São Thiago, tendo chegado o corpo a 10 de ju-

nho, com um acompanhamento de 3000 pessoas. Foi sepultado no dia 12 de junho de 1597.

Os capichabas não esquecerão a passagem que se deu entre Anchieta e os seus irmãos, em 1587, quando pediu dispensa de Provincial e adoeceu gravemente. Notando a impaciencia de todos falou: *«Ninguém se entristeça no Collegio, porque eu não morrerei desta vez, nesta cidade, — no Espírito Santo me esperam os ultimos dias»*.

Agora, prezados ouvintes, o que é preciso, antes de tudo, é cada um de nós perpetuar na memoria o nome de Anchieta, o Apostolo que tem o seu nome ligado á historia espirito santense, com relevantes serviços prestados, collocando-se entre Duarte Lemos, Pedro Palacios, Antonio dos Martiros, Ararigbola, Affonso Braz, Miguel de Azevedo, Vasco Fernandes Coutinho e Luiza Grinalda.

Terminando esta conferencia, allusiva ao 4.º Centenario da Colonização Espirito Santense, faço um ardente apello a cada um aqui presente no sentido de não esquecer, de hoje em diante, e proclamar, sempre que se offerecer oportunidade, o nome desse apostolo, que é a gloria da patria brasileira e o symbolo dos corações que collocam acima dos interesses pessoaes o interesse da humanidade.

Disse.

Notícia geográfica do Estado

ASPÉTO GERAL

Luiz Derenzi

Director de Engenharia

O Estado do Espirito Santo tem praticamente a forma de um retangulo inclinado á 45° sobre o nordeste. Sendo um dos menores da republica, apresenta o mais variado aspéto geografico e topografico. Pode ser dividido em tres zonas distintas e profundamente desiguaes: a litoranea, a do sul e a do norte.

A zona litoranea, rendilhada de baías pitorescas e praias magnificas, é de pouca profundidade. Não atinge a mais de 20 Kms. nos pontos de maior largura. As terras são geralmente baixas, em alguns pontos pantanosas, divididas em duas faixas praticamente paralelas: uma que emoldura o mar—as praias—outra, elevada quasi que verticalmente, forma um taboleiro na cota 40, conhecida por «barreiros», decomposição do gneis, rico em feldespato colorido. Foi o berço da civilização espiritosantense. Nele se fundaram os primeiros nucleos colonizadores, recordações historicas das tragedias vividas nos seculos XVI a XVIII. Barra de Itapemirim, Anchieta, a Riritiba do Evangelista do Brasil, Espirito Santo, a Vila Velha de Coutinho, Nova Almeida, a antiga Reis Mago, Santa Cruz, São Mateus, a Cricaré dos indigenas e Conceição da Barra, são testemunhas cansadas desses primeiros dias longinquos, porém vivas

pelo papel que desempenharam na nossa formação política.

A zona sul, a mais povoada de todas, nascida da lavoura do café, com climas de nuances variadíssimas, desde o quente nordestino — Cachoeiro do Itapemirim — ao frio sulino — Siqueira Campos — compreende a região delimitada pelo Itabaioana e a contra-vertente do Rio-Doce. Profundamente montanhosa, esta zona é formada por um macisso altiplano medio de 400 metros de altura — povoada de «pontões» e rasgada de vales profundos, estreitos e sinuosos. A ligação para o lés-te faz-se quasi sempre por quedas bruscas, onde as cachoeiras surpreendentes cantam a energia potencial de suas aguas. Está semeada de fazendas que oscilam entre os 50 e os 100 alqueires de terras. Cafésaes separados por pastagens e campos, onde se ensaia a policultura redentora. A rocha dominante é o gneis porfirioide com fortes dobraduras. As jazidas de calcareo são abundantes e afloram em varios contrafortes, que se prendem a um só espinha — Serra do Capará — com direção orientada para N. W. S. E., desde Carangola, no Estado de Minas, até Cachoeiro do Itapemirim. Proximo á Fazenda do Centro, no municipio de Castelo, a gruta do Limoeiro é particularmente notavel pelo capricho de suas estalattites.

A zona Norte, geograficamente pode ser subdividida em duas regiões: uma, a dos altiplanos, que serve de divisor das aguas entre o Rio-Doce e os pequenos cursos que demandam directamente o Oceano; outra, todo o territorio que se estende desde esse limite até a fronteira com o Estado da Baía. Os altiplanos são a continuação geologica da zona Sul, mesma altitude media, mesma configuração orografica, com abundancia de aguadas, desnivelamento brusco do solo, vales maravilhosos, formados por contrafortes de gneis, nús de vegetação nas linhas de cumiadas, e espessamente revestidos de «mata-fria» onde se estiram os palmitos e as imbaúbas brancas, nas meias encostas, de inclinação forçada.

Seu povoamento data de 1875, quando aportaram as levas emigratorias teutos-italianas. Fundaram as posperas colonias de Santa Leopoldina,

Santa Thereza, Páo Gigante e distritos adjacentes. De clima temperado e com chuvas regulares, esta zona tem um aspéto do meio dia europeu, onde a cultura dos cereaes e a fruticultura, incipiente embora, oferece vasto campo de promessas.

O VALE DO RIO DOCE — Não obstante existirem duas bacias importantes, a do Itaunas e a do São Mateus, poderemos considerar, geograficamente, o norte do Estado, como uma só região, cuja maior area é formada pelo vale do Rio Doce. Ha uniformidade de condições fisicas e geologicas. Igual flora e igual divisão de chuvas e identidade de temperatura. Sua extensão é de pouco mais ou menos de $\frac{2}{5}$ da superficie do Estado. Esteve desconhecida, com excepção de pequenas zonas litoraneas e nucleos esparsos pelo centro e pelo oeste, até 1908, quando foi atravessada pela estrada Victoria-Minas. A exploração do litoral é contemporanea do reconhecimento da costa brasileira. Nas terras bastante baixas, açudadas por coroas de areia trazidas pelos rios, formam-se lagoas ganglionarias, ligadas entre si, cujas terras terciarias, cobertas de depositos organicos se empobrecem rapidamente. De quando em quando, emergem tufo de matas seculares, engastados em oasis, amostras palidas das terras dos platôs.

A oeste da baixada, cerca de 30 Kms. da costa, começa o verdadeiro vale do Rio Doce. Aqui a paisagem é outra. O rio, com seu leito escavado em trincheira, cujos taludes caem quasi que verticalmente, só penetra nos terrenos marginaes pelos valões secos, na época das cheias grandes. Da-se então a adubagem natural. E' o fenomeno da fertilidade do baixo Nilo que se repete. A espessura do humus só é interrompida por filões de areias de arrastamento, onde moitas de flexas florecem alegremente.

São as terras dos cacaeiros, quentes e humidas, protegidas por matas seculares. A penetração do homem é recente. A colonia de Linhares, fundada em 1809 por João Felipe Calmon, verdadeiro bandeirante do Rio Doce, não logrou o exito preconisado na epoca provincial, Ressucita

agora, rejuvenecida pelo plantio do cacau e es-
corada por comunicações fluviaes e terrestres.
Situada na confluencia do Juparanã, a poucos ki-
lometros da lagoa celebrisada por Saint-Hilaire e
Pedro II, Linhares destina-se, certamente, a um
grande centro agro-pecuario. Repopula-se desde
1919, quando se iniciou a propaganda da terra do
Rio Doce. Já no rio São Mateus, não obstante a
quasi ausencia de transportes até este ultimo de-
cenio, o homem fixou se. mais facilmente. As co-
lonias de Nova Venecia, Pipinuk, S. Leocadia,
Nova Verona, Rio Preto, feitas por italos-brasi-
leiros, datam do fim do seculo passado. A estra-
da de ferro Victoria a Minas criou Colatina
e Baixo Guandú. A ponte sobre o Rio Doce des-
brava as «Terras Altas». As rodovias em direção
a Nova Venecia, a Aguiá Branca, no São José,
levaram braços valiosos vindos, uns das terras
do centro e do sul do Estado, outros europeos,
notadamente os polonezes, cujas levas regulares
tiveram começo em 1928. O Vale do Rio Doce é
uma reserva economica de potencial incomensu-
ravel. Sua posição geografica, como escoadero
natural do minerio da Itabira, a riqueza agricola
de sua bacia, o regimen pluviometrico, a proxi-
midade de portos exportadores, fazem prever,
num futuro proximo, um grande centro de rique-
za nacional. Os afluentes da margem direita, San-
ta Maria, Santa Joana, Guandú, alargados prox-
imos ás confluencias, por vales tortuosos e pla-
nos, já abrigam uma população respeitavel, com
grandes areas cultivadas. O celebre vale do «Cha-
naan» lhe é tributario, tendo realizado o milagre
biblico para os emigrados da velha Europa, que
abandonando as terras frias das serras se fixaram
nesse *talweg* fertilissimo. Hoje, toda a margem
direita do Rio Doce, nas vargens magnificas das
pequenos rios que lhe engrossam o volume, exalta
de vida, de trabalho e de prosperidade. Uma
bela população rural, disseminada em pequenas
propriedades, ocilando pelos 25 hectares, trabalha
terras uberrimas e de clima ameno.

AS «ROMAS» DO NORTE

(Aspectos da recente colonização espirito-santense)

Atravez das lendas, a fundação de Roma resalta como a de um núcleo de população de gente pobre e rústica — mateiros, caçadores, pastores e, às vezes, bandidos e ladrões — protegidos pelo mato e os pântanos, longe e nos limites das civilizações albana e etrusca, onde não davam lugar para eles.

Mas o núcleo cresceu; policiou-se; o banditismo cessou; instituíram-se famílias regulares, depois da violência das sabinas; o Tibre lhes abriu o caminho do mar e surgiu a Urbe que devia dominar o universo.

Esfarrapada a legenda, foi uma realização brutal, sem outra poesia que a da força, na epopéia bárbara do progresso e das conquistas humanas.

Repete-se. E' curioso vê-la surgir neste século, em condições idênticas e produzindo frutos semelhantes, a menos de 200 kilometros de um porto de transatlânticos e a menos de centena, dos trilhos de grande estrada de ferro.

O Rio Doce, no Espírito Santo, foi mais do que um acidente geográfico: foi um limite de civilização, que ainda continúa sendo, relativamente, sob varios aspectos. A margem sul, teve colonização costeira primordial; teve catequese no periodo jesuitico; ressurgimento, no periodo imperial; comunicações terrestres, colonização vinda do sul e do oeste e imigração estrangeira orien-

tada; estradas de ferro ligando-o á capital do Pais e, concomitantemente, a predominancia politica, paralléla á econômica.

O norte, nada teve: ficou limitado aos centros de civilização costeira da barra do S. Mateus, subindo por este rio até onde a comunicação fluvial o permitia e subindo, languescendo, pelo Itaúnas até onde o permitia o limite intransponível da febre das suas terras baixas. Mesmo isto foi um nucleo isolado. Recebeu colonização italiana -- mas que não transpôs os limites de Nova Venécia e do Pip-Nuque, já sobre as excelentes terras de decomposição do cristalino, que bordam o oeste do platô terciário do norte. Teve uma estrada de ferro, com bitola de 65 centímetros -- mas acompanhando o Rio S. Mateus, já anteriormente utilizado, que melhorava certamente, porem não creava comunicações novas na zona explorada.

Entre o Pip-Nuque, no Braço Sul do S. Mateus, e o Rio Doce porem, estendia-se, não ha quinze anos, a grande floresta virgem, impervia, apenas devassada pela estrada do Rio Doce ao Aldeamento do Pancas, creado pelo serviço -- assás romantico e pouco eficiente -- de Proteção aos Indios. Não havia a ponte de Colatina, inaugurada pelo Governo Avidos, nem se estabelecera o longinquo núcleo de colonização poloneza de Agua Branca, iniciado sob o Governo Aristeu.

Inaugurada uma, fundado o outro -- que aliás não teve expansão proporcional á sua organização e ao numero de imigrantes recebidos -- passou-se, entretanto, com as terras visinhas da estrada de penetração, automobilisavel, aproveitando a do Pancas, um inesperado e curioso fenomeno: essas terras continuaram a não ser colonizadas alem da pequena faixa marginal do Rio Doce, a qual não atinge sequer á ponte da estrada sobre o rio Pancas, permanecendo florestais até o dia de hoje. Tinham virado latifundios, caindo nas mãos de particulares, que não as cultivavam nem deixavam cultivar, esperando a valorização para realizar lucros, vendendo-as fragmentariamente.

Sómente onde não havia mais estrada ou longe déla, fóra das terras concedidas á Colóni-

zação Poloneza ou garantidas aos Índios — que, na realidade estão quasi extintos — é que se estendia ainda a terra do Estado, chamada *terra devoluta*, terra essa apossável e colonizável, como si fosse terra de ninguém.

Nessa é que se desenvolveram os *romanos*, pois que a esses quero comparar os *cabôclos*, amestiçados de índio, sóbrios e resistentes, nacionalíssimos e fortes, que, ou enxotados de Minas ou sem posses no Espírito Santo colonizado; alguns perseguidos por qualquer mal feito, outros simplesmente desejosos de viver na sua nêsga de terra — foram se internando pela floresta onde a lei acaba, furando-a toda, silenciosamente, nas derribadas sem éco até cá fóra; plantando-a; lavrando-a; povoando-a; colonizando-a e comunicando-a, na enastomóse precária das picadas abertas a facão, na mata.

Quando o Governo soube dêles, ha poucos anos, já eram muitos e tinham até os seus núcleos de população formados: uns pacíficos, outros exigindo medidas drásticas de policia.

Soube-o, porque a enastomóse dos caminhos já formára estradas, por onde essas populações, adensadas já, procuravam sair para o commercio do mundo, surdindo umas para Nova Venécia e Aguiá Branca, outras tomando para o lado de Resplendor, em Minas; Soube-o, pelo éco dos crimes da mata, reclamando repressão e providencias e, finalmente, soube-o também pelas queixas dos proprietarios, dos colonos polonezes e dos administradores federais dos índios, descobrindo um dia as terras da sua concessão ou propriedade — que eles abandonavam — subitamente povoadas por estes colonos espontaneos, vindo silenciosamente de não sei donde, sem títulos, pelo mato a dentro.

Que providencias tomar? Das terras dos particulares, mais proximas da estrada, onde eles eram poucos, foi facil: *tocá-los*, como por toda parte se faz ao cabôclo... Mas nas outras — do Estado, dos Poloneses e dos Índios — que eles tinham literalmente povoado, só houve um recurso: deixá-los ficar. *Res nullius est primi occupantis...*

O Governo post-revolucionário do Estado — que compreende superiormente o seu dever de favorecer a economia geral pelo aproveitamento e colonização da terra — transmitiu-lhes a posse legal do que eles haviam *invadido* e conquistado ao mato.

Quanto aos Polonezes e aos Índios, o mesmo Estado procura conciliar a situação, entendendo-se com o Governo Federal, relativamente aos ultimos, e concedendo aos primeiros novas terras, na Cachoeira da Onça (onde o *cabôclo* também já chegou), em compensação das que foram *invadidas* pelo *cabôclo* e donde é já impossível *tocá-lo* sem derramar sangue... dos polonezes mesmo. A propriedade da terra ocupada é ali uma questão muito séria.

Os Índios—eu os vi e com melancolia o constato—são uns poucos representantes, inferiorizados, de uma raça que se extingue e não se pode esperar que colonizem as suas terras...

No mato, as «*Romas*» já estão fundadas: tem os nomes de «Santa Luzia», «Vila Verde», «Rio Novo», «S. Francisco de Baixo», «S. Francisco de Cima»... todas com suas vinte, trinta e muito mais casas, sem falar das zonas rurais de população densa, acompanhando os cursos dos rios e correços, com os nomes de Muniz, Café, Taquarussú, Mantenas, Rio Novo, etc.

Outros nucleos têm resultado das estradas recém-abertas pelo atual Governo ou da colonização polonesa. Tais são, no caminho da Agua Branca, o pouso do «S. Domingos» — no entroncamento da estrada para Cachoeira da Onça, que ligará Colatina a Nova Venécia — o «Monte Claro», no limite da Concessão Polonesa e o «Patrimônio da Agua Branca», brasileiro, na margem do rio S. José, fronteiro á séde da Colonia.

O «S. Francisco» (que abrange o *de Cima* e o *de Baixo*) já é vila e séde do distrito mais novo e talvez o mais rico de S. Mateus. Está prospero, colonizado, cultivado, pacifico, cheio de gente trabalhadora e bôa.

E' de *descoberta* recente. Ha tres anos, ninguém chegava por lá. Lei do rifle. Nem policia. Depois, um certo Marcilio, que era a verdadeira

autoridade incontrastavel da zona, foi apanhado para cumprir pena por um sem numero de homicidios, na cadeia de S. Mateus. Eu passei, pouco depois—por certo com um arrepio respeitoso—no entroncamento da estrada que conduz ao S. Francisco, a poucas leguas. Mas a orientação civilizadora, pacifica, inteligente da Secretaria da Agricultura, de que foi ali agente Eugenio da Cunha, integrou-o, sem abalo nem estremecimento, na comunidade civilizada. E dos disturbios do banditismo antigo, apenas se conserva uma memoria, como historiadores o guardam das origens da vetusta Roma.

ALMEIDA COUSIN

Documentos Historicos

O exmo. sr. Interventor Federal dirigiu em, 1935, ao sr. Secretario do Interior, os seguintes officios, cujo teor deve interessar grandemente aos estudiosos dos assumptos historicos espirito-santenses:

« N° 72 — Victoria, 1° de fevereiro de 1935 — Senhor Secretario do Interior: — Tenho o prazer de remetter, com o presente officio, a essa Secretaria, para que sejam recolhidos ao Archivo Publico Estadual, os seguintes livros historicos da Municipalidade de Nova Almeida, encontrados, em perfeito estado de conservação, pelo conceituado Coronel Herminio de Castro.

Recommendo a v. exa. queira providenciar para que sejam fornecidas copias authenticas de cada um, sendo uma ao *Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo* e outra á Prefeitura Municipal de Fundão.

Os livros encontrados são os seguintes:

1° — Registro, em ordem alphabetica dos fofeiros da Comarca de Nova Almeida, autenticado, em 1 de julho de 1846, pelo Presidente Antonio Leite de Alvarenga. Contém 93 folhas, todas devidamente numeradas e rubricadas;

2° — Registro de Ordens Régias, Alvarás, Leis, Traslados de Sesmarias, desde a Ordem pela qual foi erigida, em Villa, a antiga aldeia dos Reis Magos (copia da Camara);

3° — Registro dos aforamentos requeridos a partir de 1842;

4° — Registro das arrematações dos contractos de aferição e outros, feitos perante a Camara, livro authenticado em 25 de agosto de 1841 pelo

desembargador José Freire Gamelo, Ouvidor da Comarca. Esse livro foi, por ultimo, aproveitado para registro tambem de leis, decretos, alvarás, provisões, etc.

Saudações.

(a) *João Punaro Bley*

Interventor Federal.»

— —

N. 318 — Victoria, 20 de março de 1935. —
Sr. Secretario do Interior:

Esta Interventoria recebeu do sr. Prefeito de Fundão — Everaldo Silva — os tres codices juntos, pertencentes á antiga Camara de Nova Almeida.

1º — Registro de officios desde 1831 até 1839, contendo 91 folhas escriptas, das 124 folhas do livro;

2º — Livro de Actas das Eleições de *Vereadores* e Juizes de Paz da Villa de Nova Almeida, aberto em 15 Agosto de 1848, por Antonio Leite de Alvarenga. O livro contem 42 folhas, sendo o ultimo lançamento ás folhas 34 verso, relativamente ao anno de 1872; e

3º — Livro Caixa da Camara, aberto com o Balanço da Receita e Despeza da Camara no 1º trimestre de 1869, e terminando ás fls. 50 verso e 51 com o balanço do exercicio de 1881 1882.

Encaminhando os ao Archivo Publico, por intermedio dessa Secretaria, recommendo que accuseis o recebimento áquella prefeitura, declarando o destino dado aos referidos codices.

Saudações.

(a) *Mario Aristides Freire.*

Pelo Interventor Federal

Quatrocentos e tres annos de povoamento do solo espiritosantense

Por Nilton Thevenard

A capitania. A carta regia. Limites. Vasco Fernandes Coutinho e a sua chegada. Luctas com o gentio. Povoamento. Fertilidade do sólo. Ligeiro aspecto do Espirito Santo, actualmente.

FOI em 1534 que Vasco Fernandes Coutinho recebeu de D. João III, por seus relevantes serviços prestados na Africa e na India ao governo de Portugal, uma enorme faixa de terra, com cincoenta legoas de extensão, ao longo da costa brasileira no Oceano Atlantico, começando onde terminavam as terras que foram doadas a Pedro do Campo Tourinho.

A carta régia de 1534 resava que ao donatario caberiam « cincoenta legoas de terra na dita costa do Brasil, as quaes se começarão na parte onde acabarem as cincoenta legoas de que tenho feito mercê a Pedro do Campo Tourinho e correrão para banda do Sul tanto quanto couber nas ditas cincoenta legoas, entrando nesta capitania quaesquer Ilhas que houver até dez legoas ao mar na fronteira e demarcação destas cincoenta legoas, de que assim faço mercê ao dito Vasco Fernandes, as quaes cincoenta legoas se estenderão e serão de largo ao longo da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra

firme a dentro tanto quanto puderem entrar, e fôr de minha conquista. » (1).

Segundo os nossos mais abalizados historiadores, a linha divisória da capitania começava na ponta sul do rio Mucury e findava ao sul do rio Cabapuaua ou Itabapoana, em Santa Catharina da Mós. (2).

Era Vasco Fernandes Coutinho filho segundo de Jorge de Mello Lages e de sua esposa Branca Coutinho. Viajou pela India, onde teve como mestre Affonso de Albuquerque, que lhe deu as primeiras lições na tomada de Gôa. Foi felicissimo na marcha queprehendera para a tomada de Malaca, onde o mesmo Affonso de Albuquerque, depois de « entrar na cidade, e saqueal-a, deixou para guarda da fortaleza uma esquadra de dez véllas, e a Vasco por capitão de uma dellas. (3). Retirou-se Vasco Fernandes Coutinho da India em 1522, tendo, « como fidalgo que era, uma tença de moradia de 100\$000, e 3\$500 como cavalleiro fidalgo, e mais uma segunda tença dada por D. João III em recompensa dos seus serviços prestados na India. » (4). Vivia Vasco Fernandes Coutinho, despreoccupadamente, no seu solat, em Alemquer, quando, em 1534, foi surprehendido com a doação que lhe fizera D. João III de uma capitania na costa brasileira.

Despontava brilhante o dia 23 de maio de 1535, domingo do Espirito Santo, quando o primeiro donatario da capitania, Vasco Fernandes Coutinho, com sessenta pessoas, entre as quaes os fidalgos portuguezes mandados a degredo, — D. Jorge de Menezes e D. Simão de Castello Branco, — assim como Valentim Nunes, desembarcaram em uns terrenos baixos no fundo de uma bahia, que pensáram ser um grande rio e a que deram o nome de Espirito Santo.

Logo ao chegar, a tripulação capitaneada por Vasco Fernandes Coutinho teve que manter porfiado combate com o gentio que, armado de arcos e flechas, se reunira em elevado numero, para impedir o desembarque dos novos habitantes. Foram, todavia, rechassados. Dispondo os tripulantes de duas peças de artilharia e de mais material bellico desconhecido dos selvagens, consegui-

ram atemorisa-los com facilidade e os expulsaram para o interior. (5). Puderam, desse modo, desembarcar em terra firme, tomando conta do territorio. Assim desembarcados, Vasco Fernandes Coutinho e seus companheiros trataram logo, neste mesmo anno de 1535, de fundar no local do desembarque uma povoação. Essa povoação se estendia sob uma bellissima collina, ao lado direito do monte que hoje se denomina de Nossa Senhora da Penha. A povoação iniciada em 1935 por Vasco Fernandes Coutinho é a actual cidade do Espírito Santo — mais conhecida por Villa Velha — nome aquelle que se estendeu, mais tarde, a toda a capitania, em homenagem ao domingo do Espírito Santo, dia em que Coutinho aqui aportou para tomar posse de sua capitania.

Iniciou-se, assim, o povoamento do sólo es-piritosantense na então povoação do Espírito Santo. Tratou ahi Vasco Fernandes Coutinho de construir um fôrte, á margem esquerda da povoação. Esse fôrte é o chamado fôrte de Piratininga, onde actualmente se encontra o quartel do 3º Batalhão de Caçadores. E' logar aprazivel e optimo ponto estrategico.

Apezar do seu espirito abnegado e dotado de profundo sentimento de humanidade, não poudo o primeiro donatario da capitania do Espírito Santo fazer grande cousa para o desenvolvimento do seu territorio, Soffreu varios revezes, devido ao seu espirito tolerante e porque, acima de tudo, possuia poucos recursos pecuniarios para desenvolver, convenientemente, o territorio que lhe fôra doado. No mesmo anno da sua chegada, Vasco Coutinho, depois de haver iniciado a povoação, a construcção do fôrte, a construcção de uma pequena capella e a construcção de um engenho, principiou a fazer a distribuição de suas terras com os seus companheiros de viagem. Assim é que, em fins de 1535, concedeu a D. Jorge de Menezes « a ilha que teve o nome primitivo do seu primeiro possuidor, e que hoje se denomina Ilha do Boi, ao Norte da barra desta então Capitania, doando ainda outra a Valentim Nunes, que tambem teve o seu nome e hoje é conhecida por Ilha dos Frades, situada tambem á barra.» (6).

Em 15 de julho de 1553 doou a Ilha de Santo Antonio a Duarte de Lemos, que em sua vinda o acompanhára da Bahia, tendo sido essa doação confirmada por carta regia de D. João III, a 8 de janeiro de 1549. Essa ilha era considerada a mais importante de toda a capitania e passou a denominar-se, depois da doação feita, « Ilha de Duarte Lemos, mas ficando sempre o nome de Santo Antonio persistindo, até hoje, ao local que do Campinho prosegue á ilha das Caleiras, onde posteriormente foi assentado um grande engenho, em frente á ilha do Príncipe.» (7). Actualmente, esse local tem o nome de rua Duarte Lemos, sendo bastante commercial. Prosseguindo por essa rua, encontramos o bairro chamado Villa Rubim que termina no bairro Santo Antonio, onde estão localizados o aeroporto do Espírito Santo e o cemiterio de Santo Antonio.

Limitou-se Coutinho a povoar, com grande sacrificio, uma pequena faixa á margem do Atlantico. Governou vinte sete annos a capitania, mas o seu governo foi cheio de attribuições e desilusões. Em 1551, acossado pelos terriveis gentios, entre elles os das celebres tribus Goytacazes, Tupiniquins e Aymorés, deliberou estabelecer-se na ilha de Duarte Lemos. Uma vez ahi estabelecido, começaram os novos habitantes da ilha a designa-la Villa Nova, enquanto que á do Espírito Santo denominavam Villa Velha.

Edificaram no seu novo refugio casas nas cercanias do pequeno Seminario que já havia sido construido pelo padre Affonso Braz, montaram quatro engenhos, fizeram plantações de cereaes, cannas e vinhas e levantaram ainda enormes e fortes cercados para oppôrem resistencia ao gentio. Viviam ahi os habitantes de Villa Nova, na mais completa paz, trabalhando e cultivando a terra, que era fertil, cercados de regatos que lhe amenizavam a sêde, com campos ferteis e uteis, quando, em 8 de setembro de 1551, foram mais uma vez, atacados pelos gentios. Desta vez, todavia, sahiram os gentios vencidos e expulsos da ilha, definitivamente. Desde esse dia, Villa Nova ficou sendo chamada Victoria, para celebrar esse glorioso successo dos seus primeiros povoado-

res. Foi elevada á categoria de cidade por decreto de 2 de março de 1829, sendo hoje a capital do Estado.

Achando-se os gentios expulsos da ilha, como acabamos de expôr, e estando apaziguados os animos, Coutinho tomou varias providencias no sentido de desenvolver a sua donataria. Faltavam-lhe, entretanto, todos os recursos. Resolveu então partir para Portugal afim de buscar colonos, angariar recursos financeiros e munir-se de outros objectos indispensaveis ao seu desenvolvimento. Tendo assim resolvido, partiu Coutinho para Portugal em 1552, deixando o governo da capitania entregue a D. Jorge de Menezes. » (8). Durante a estadia de Menezes á frente dos negocios da capitania, houve descontentamento geral e algumas luctas entre os proprios colonos. Regressando da Metropole em 1555, onde Coutinho fôra á procura de auxilio, encontrou-a «quasi abandonada.» (9). Não desanimou, todavia, Vasco Coutinho. Esforçou-se durante tres annos para reerguer os animos dos seus subordinados e reunir os colonos que se achavam dispersos, mas não logrou exito nessa sua nova tentativa. Vendo-se em difficuldades, escreveu, a 22 de maio de 1558, ao então Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, pedindo-lhe auxilio «por não mais poder lutar nem resistir só aos indigenas e ainda por estar muito cançado e sem forças para sustentar estas guerras continuas que o faziam de todo desanimar.» (10). Envia-lhe, então, o Governador Geral seu filho Fernão Sá, que foi com os seus companheiros de viagem destrôçados e mortos pelos indios.

Vasco Fernandes Coutinho, dizem os historiadores, não era homem dotado para o mando. Profundamente commodista e affavel, não soube dominar os seus subordinados ou estes não o comprehenderam. Duarte Lemos, por exemplo, a quem Coutinho fizera doação da Ilha de Santo Antonio e tantos outros beneficios, com a maior das injustiças accusou-o de ter vindo para aqui com o pensamento de fazer-se potentado e trahidor a seu rei. (11). E' bem possível que essas e outras misérias praticadas pelos seus subordinados tenham contribuido para que elle se en-

tregasse ao mais completo desanimo, deixando-se dominar pelo vicio, vindo a morrer, finalmente, em 1551, « tão pobre que foi necessario darem-lhe por esmola o lençol em que o amortalharam. » (12). De tudo isso pôde se aquilatar porque a capitania do Espírito Santo não teve o esperado esplendor que, realmente, ella deveria ter. Os vinte e sete annos de governo do seu primeiro donatario foram cheios de revoltas. Pode-se mesmo dizer que a historia do periodo colonial do Espírito Santo não foi de grandes feitos, apesar de ter sido, quanto á fertilidade do sólo, uma das melhores colonias de toda a costa brasileira. A capitania podia, desde o inicio do seu povoamento, desenvolver-se assustadora e rapidamente. Os seus terrenos eram propicios a toda cultura. Não raro via-se florescer aqui a vinha, a canna de assucar e o algodão.

José de Anchieta, o Apostolo do Brasil, que aqui residiu e morreu a 9 de junho de 1597, em Rerigtiba, informando aos seus superiores sobre as capitanias do Brasil, teve expressões como essas: o Espírito Santo é capitania e villa de Vasco Coutinho; é terra rica de assucar, tem seis engenhos, muitos gados, fértil de algodão, tem muito balsamo, que se tira de umas árvores grandes, e a gente é rica e honrada, e a terra frequentada de tres ou quatro navios que cada anno vão ali de Portugal. E' o Espírito Santo a terra mais aparelhada para a conversão, que ha em toda a costa, por haver ainda muito gentio e não tão escandalizado dos Portuguezes.

A capitania do Espírito Santo, como se vê, teve no periodo de sua colonização, como era natural, de enfrentar varias invasões e travar innumeras luctas. Sahia de todas vencedora. Não se pôde deixar, entretanto, de reconhecer que, mesmo vencedora, o seu credito ia ficando abalado e o trabalho dos seus povoadores estiolado. Dahi, a decadencia natural que experimentava.

O Espírito Santo, contudo, é hoje uma vasta officina de trabalho. Fértil, muito ha aqui ainda por explorar. Ordeiro, aqui reside uma só familia que deseja e quer ve-lo marchando na vanguarda dos demais Estados. Das margens do Mu-

cury ás do Itabapoana vê-se no espiritosantense essa « alegria de viver », dentro de um ambiente de ordem, paz e trabalho.

Povo essencialmente agricola, a sua riqueza não deixa, todavia, de offerecer optimas possibilidades de se estabelecer, tambem, como marco inexpugnável de sua fonte básica de riqueza, a exploração pastoril.

Apertada em um pequeno territorio, aqui vive trabalhando uma populaçãp nunca inferior a setecentas e vinte e nove mil e novecentas almas.

O augmento sempre crescente do commercio externo do Estado com o estrangeiro e com os demais estados do Brasil, constitue motivo de gloria e satisfação dessas setecentas e tantas mil almas que povoam o Espírito Santo.

Um recente communicado do Departamento de Estatística Geral do Estado diz que « tanto em volume physico, como em valor, a exportação de 1937 foi a maior de toda a historia economica do Estado », chegando a accrescentar que a exportação espiritosantense attingiu a duzentos e cincoenta e nove mil contos de réis, em 1937.

Assim, o Espírito Santo, grande na sua historia, ordeiro no seu povo, fertil no seu territorio, bello na sua paisagem, conscio das suas tradições e responsabilidades, caminha, de cabeça erguida, para o engrandecimento de si mesmo e do Brasil.

BIBLIOGRAPHIA

- 1 — Revista do Instituto Histórico, tomo XXVI, pag. 175.
- 2 — José Marcelino Pereira de Vasconcellos, Ensaio sobre a Historia e Estatística da Provincia do Espírito Santo, 1858, pag. 7 — Basilio Carvalho Daemon. Provincia do Espírito Santo, sua descoberta, Historia Chronologica, Synopsis e Estatística, de 1879, pag. 53.
- 3 — José Marcellino Pereira de Vasconcellos, op. cit. pag., 10.
- 4 — Basilio Carvalho Daemon, op. cit., pag. 53.

- 5 — José Marcellino Pereira de Vasconcellos, op. cit. pag. 11 — Basilio Carvalho Daemon, op. cit. pag. 55 — Misael Ferreira Penna, Historia da Provincia do Espirito Santo, 1878, pag. 24.
- 6 — Basilio Carvalho Daemon, op. cit., pag. 57.
- 7 — Basilio Carvalho Daemon, op. cit., pag. 58
— Misael Ferreira Penna, op. cit., pag. 28
— José Marcellino Ferreira de Vasconcellos, op. cit., pag. 13.
- 8 — Basilio Carvalho Daemon, op. cit., pag. 65.
- 9 — Basilio Carvalho Daemon, op. cit., pag. 69.
- 10 — Basilio Carvalho Daemon, op. cit., pag. 72.
- 11 — Cezar Augusto Marques, Diccionario historico, Geographico e Estatistico da Provincia do Espirito Santo, 1878, pag. 107.
- 12 — Braz da Costa Rubim, Memorias Historicas e Documentadas da Provincia do Espirito Santo, na Revista do Instituto Historico, tomo XXIV, pag. 218.
- 13 — Joseph de Anchieta, S. J., Cartas, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões, 1554 — 1594, Civilização Brasileira S. A., 1933, pags. 418 — 419.
- 14 — Comunicado nº 1 do Departamento de Estatistica Geral do Estado do Espirito Santo, publicado em março de 1938.

Carta de doação da Ilha de Santo Antonio a Duarte de Lemos

D. João, etc. A quantos esta Minha carta virem Faço saber que Duarte de Lemos, Fidalgo de minha casa me apresentou uma escriptura de doação da qual o teôr tal é: — Em nome de Deus saibam quantos esta escriptura de doação e declaração virem que, no anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e quarenta annos, aos vinte dias do mez de Agosto na cidade de Lisbôa, na rua do Barão, onde pousa o senhor Vasco Fernandes Coutinho, Capitão e Governador da Capitania do Espirito Santo, na parte da sua terra do Brasil, estando presente, de uma parte o dito Vasco Fernandes Coutinho e da outra o senhor Duarte de Lemos, Fidalgo da casa de El-Rei Nosso Senhor, logo em presença de mim, notario geral da Côrte e testemunhas adeante nomeadas, o dito Duarte de Lemos apresentou ao dito Vasco Fernandes Coutinho um alvará feito e assignado por sua mão do qual o traslado de verbo a verbo é o que se ao diante segue — EU, VASCO FERNANDES COUTINHO digo que eu dou ao senhor Duarte de Lemos a ilha grande que está da barra para dentro que se chama de Santo Antonio, a qual lha dou Fôrta e isenta para si e todos os seus herdeiros e descendentes em fatiota para sempre, e isto por virtude da minha doação que tenho para o poder dar e fazer, na qual Ilha poderá pôr todos os officiaes e officios della e lhe pagarão a pensão a elle, somente as appellações que virão a mim todo o mais lhe dou

poder que elle possa fazer e mandar fazer e assim tambem em sua vida lhe dou minha redizima que nella me poderá vir e assim tambem terá as aguas e moendas para elle e sua casa forras e isentas, e sendo que Nosso Senhor de mim faça o que fôr seu serviço, mando que este valha até que meus herdeiros ou herdeiro lhe faça della doação da dita ilha que ora lhe tenho dado por muito que lhe devo e por me vir ajudar a suste a terra que sem sua ajuda o não fizera, e mando ao meu herdeiro sob pena de maldição que o cumpra muito mais si poder. Feito por mim, a quinze de Julho de mil quinhentos e trinta e sete. Vasco Fernandes Coutinho. E apresentado e incorporado o dito alvará de doação nesta escriptura, como dito é, o dito Duarte de Lemos disse que por elle Vasco Fernandes Coutinho até o presente lhe não poder fazer escriptura e carta de sua doação conforme o seu alvará por alguns respeitos em Deus ser servido de elle Vasco Fernandes ora vir a esta cidade e Côrte de El Rei Nosso Senhor lhe pediu por mercê que lhe mandassem fazer sua escriptura de que lhe assim tem feito mercê doação pelo dito seu alvará por haver tanto tempo que já entre elles estava asentado, e vendo o dito Vasco Fernandes Coutinho o dito seu alvará e como lho passára em tempo que por outra maneira se não podia fazer por não haver officiaes na terra e as mais lembranças que entre elles passaram, e como o dito alvará não tem vicio nem borradura, nem cousa que o faça suspeito, mas antes é o dito alvará verdadeiramente feito e assignado por sua mão, e havendo respeito ao dito Duarte de Lemos se vir da Capitania de Todos os Santos onde estava na companhia de Francisco Pereira para a sua Capitania e trouxe seus creados e outras pessoas que por seu respeito vieram com elle e o ajudou sempre a suste e fazer guerra contra os inlieis e gentes da terra o que sem sua ajuda não poderia fazer, e por desejar que elle em alguma maneira seja agalardado de seu serviço, perigos e riscos de sua pessoa em que se muitas vezes com elle Vasco Fernandes Coutinho vio e ao gasto que tem feito de sua fazenda, lhe fizera o al-

vará da dita doação da dita ILHA OU LEZIRIA DE SANTO ANTONIO, e feito o dito alvará por sua propria pessoa lhe fôra a pegar a dita ilha e lhe dêra della corporalmente posse autual, civil e natural, e como senhor e governador da terra o incorporou na posse de toda a dita ilha e em pessoa delle Vasco Fernandes Coutinho elle Duarte de Lemos dêra logo as pessoas e moradores da terra grandes partes de sesmarias das terras da dita ilha para aproveitarem e povoarem e fazendo fazenda para si como em sua cousa propria forra e izenta disimo a Deus, e tendo esta posse e deixando ordem em sua fazenda por seus moradores e creados se viera a estes Reinos para delles dar maneira para todo o que cumprisse para sua povoação, e porque elle Duarte de Lemos lhe pede que lhe faça sua escriptura e carta de doação conforme ao dito alvará e doação, o dito Vasco Fernandes Coutinho disse que elle approva e ratifica o alvará da dita doação e posse que lhe por elle tem dada assim e pela maneira que nelle entre elles está assentado pelo dito alvará e por esta escriptura era declarado e lhe concede. por já entre elles estar assentado ao dito tempo, que possa fazer e mandar fazer um engenho de assucar para sua fazenda no rio das Roças Velhas defronte da dita ilha, e não pague mais fôro delle nem outro tributo, nem pensão que um bom pão de assucar cada anno que pése quatro arrateis, e com estas graças, doações e liberdades lhe concedo a dita ilha ou Lezíria de juro e herdade para todo o sempre, para elle Duarte de Lemos e todos os seus herdeiros e successores, assim e pela maneira que lho elle pode conceder e sua doação lhe dá poder e o elle tem concedido e outorgado pela doação do dito seu alvará e ora o declara e outorga por esta escriptura ao dito Duarte de Lemos promettendo o dito Vasco Fernandes Coutinho ao dito Duarte de Lemos e assim a mim notario como pessoa publica estipulante e acceitante esta escriptura e doação em nome da senhora D. Izabel Fernandes, sua mulher, de nunca em tempo algum por si nem por seus successores lhes ir nem a seus herdeiros e successores contra ella em parte nem em todo, mas pro-

mette de sempre a haver por firme e valiosa do tempo que lhe assim tem dada e concedida para todo sempre. E em testemunho de verdade assim lhe mandou fazer esta escriptura e doação para della tirar quantas forem necessarias e querendo a elle confirmar pede a El Rei Nosso Senhor que lha confirme; e declarou o dito Vasco Fernandes Coutinho que por quanto a dita ilha está limitada por TERMO da povoação do Espirito Santo que elle Duarte de Lemos nem seus successores não farão na dita ilha villa e a redizima que no alvará lhe tem concedido estava ao dito tempo entre elles assentado que não fosse senão a redizima da sua propria fazenda. Testemunhas que foram presentes — Fernão Velez, Fidalgo da casa do dito Senhor, e Pedro Garcia, morador na villa do Espirito Santo, na terra do Brasil, e Ruy Fernandes, creado do dito senhor Vasco Fernandes Coutinho, e Antonio da Costa, creado do dito Fernão Velez. E eu, Gomes e Annes de Freitas, Escrivão da Camara do dito Senhor e das correições da sua côrte e notario publico e geral nella e da sua Casa da Supplicação que este segundo tirei para o dito Duarte de Lemos e nelle fiz meu publico signal tal é. — PEDINDO-ME o dito Duarte de Lemos que lhe confirmasse a dita escriptura de doação e visto seu requerimento por lhe fazer mercê, Hei por bem e me apraz de lhe confirmar a dita doação assim e da maneira e com as clausulas e condições nella declaradas e mando ao Capitão da dita Capitania do Espirito Santo e a quaesquer outros officiaes e pessoas a quem o conhecimento pertencer que cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como aqui é conteudo sem duvida, embargo nem contradicção alguma que lhe a do seja posto porque assim é Minha mercê. E por firmeza de tudo lhe mandei passar esta Carta por Mim assignada e sellada do Meu sello pendente. Dada em Almerim aos oito dias de Janeiro, Jeronymo Corrêia a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e quarenta e nove. E eu, Manoel de Moura, a fiz escrever.

Patrimonio do Instituto Historico e Geographico do E. Santo

Wlademiro da Silva Santos, Bacharel em Sciencias Juridicas e Sociaes pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Tabellião e Escrivão dos Feitos da Fazenda Estadual, por nomeação vitalicia na fôrma da lei, etc., etc.

CERTIFICO que, revendo o livro de notas deste Cartorio, sob numero vinte e seis (26), delle, ás folhas cento e quarenta e sete *verso* (147 v) a cento e quarenta e nove (149), consta a escriptura publica de doação de predio, do teor seguinte: Escriptura publica de doação de um predio, á rua Pedro Palacios, numero vinte e dois (22), nesta Capital, que ao Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo faz o Governo do Estado do Espirito Santo, como abaixo se declara: SAIBAM quantos esta publica escriptura de doação condicional virem, que, aos onze dias do mez de Junho de anno de mil novecentos e vinte e nove (1929), nesta cidade de Victoria, Capital do Estado do Espirito Santo, em meu Cartorio dos Feitos da Fazenda Estadual, perante mim, Tabellião, e por me competir por lei esta escriptura, compareceram partes entre si justas e contractadas, a saber: de um lado, como outorgante doador, o Governo do Estado do Espirito Santo, neste acto representado pelo Procurador da Fazenda Estadual, Doutor Francisco Cérqueira Lima, na forma da lei, para assignar esta escriptura.

tura e devidamente autorisado para este contracto *ex-vi*, do despacho do Senhor Secretario da Fazenda de dezesete (17) de Maio ultimo, exarado no officio Presidencial numero mil duzentos e noventa e cinco (1295) de dezeses (16) do dito mez, que me foi exhibido e vae adeante transcripto; e, de outro lado, como outorgado donatario, o Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, neste acto representado pelo Doutor Carlos Xavier Paes Barretto, seu Presidente; os presentes meus conhecidos e das duas testemunhas, adeante nomeadas e assignadas, do que dou fé. Em presença das mesmas testemunhas, pelo outorgante doador, por seu representante legal, me foi dito que, sendo senhor e legitimo possuidor de um predio e respectivo terreno, sitos nesta cidade, á rua Pedro Palacios, numero vinte e dois (22) dividindo-se por um lado com o predio numero vinte e quatro (24), de propriedade dos successores do Desembargador Francisco de Paula Mendes Wanderley, por outro com o proprio estadual numero vinte (20), onde funciona a Bibliotheca e Archivo Publicos e pelos fundos com João Fortunato Piovesan, sendo o predio de dois pavimentos na frente, e treis pavimentos nos fundos, onde tem um pequeno quintal, fazia dos alludidos predio e terreno doação gratuita ao referido outorgado — Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, com a condição, porem, do mesmo outorgado donatario utilizar-se da propriedade, ora doada, para sua séde, muzeu e bibliotheca, ficando ainda a presente doação sujeita á clausula de inalienabilidade e de reverter o immovel doado ao patrimonio do Estado no caso de dissolução do Instituto, ou se este deixar de attender aos fins exclusivamente scientificos, a que se destina, tudo nos termos da Lei numero mil quinhentos e quinze (1515) de trinta (30) de Junho de 1925 (mil novecentos e vinte e cinco). — Disse ainda o outorgante doador, Governo do Estado do Espirito Santo, por seu representante legal, que, desde já, transfere ao outorgado donatario — Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, toda a posse, dominio, senhorio e servidão activa, que exercia até este momento,

sobre o mencionado immovel, para que o mesmo outorgado considere como seu, que fica sendo dóra em diante, achando-se o dito immovel, cujo valor é de cem contos de reis, livre de todo e qualquer onus, ou embaraço judicial ou extra-judicial. — Pelo outorgado donatario, Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, por seu mencionado representante, me foi dito, perante as mesmas testemunhas, que acceitava a presente escriptura em todos os seus termos, comprometendo se e obrigando se a cumprir fielmente a condição ou encargo com que a doação lhe foi feita pelo outorgante doador. Pelo outorgante doador por seu representante legal, me foi dito finalmente, que a presente doação é feita *ad referendum* do Congresso Legislativo, visto se tratar de edificio differente daquelle a que se refere a citada Lei 1515. — Isenta esta escriptura do pagamento do imposto de transmissão em virtude do disposto no artigo 3º da Lei 1515 citada. — « Secretaria da Presidencia. Estado do Espirito Santo. Victoria, 16 de Maio de 1929. N°. 1295. — Snr. Secretario da Fazenda. Ficaes autorizado a mandar lavrar a escriptura de doação do predio, sito á rua Pedro Palacios, 22, nesta cidade, ao Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, nos termos da Lei numero 1.515 de 30 de junho de 1924, devendo a transação ser feita *ad referendum* do Congresso Legistativo, visto se tratar de edificio differente daquelle a que se refere a citada Lei. Designo o Snr. Procurador da Fazenda para representar o Estado no acto da escriptura. Saudações. Aristeu Aguiar. Presidente do Estado. » Ao alto vê-se o despacho do teor seguinte: « Ao Senhor Doutor Procurador da Fazenda para providenciar na forma do presente. Em 17 — 5 — 29 — O. B. Aguiar. » — De como assim o disseram, lavrei a pedido das partes, em minhas notas, esta escriptura, que, lhes sendo lida perante as testemunhas, acceitaram, outorgaram e assignam com as mesmas testemunhas, a tudo presentes Colmar Lucas e Anisio Cavalcanti, residentes nesta Capital e meus conhecidos. Eu, Helvecio Renato Besouchet, escrevente compromissado, a escrevi. E eu, Tabellião, a subscre-

vi. WLADEMIRO DA SILVA SANTOS. Tabelião. FRANCISCO CERQUEIRA LIMA. — CARLOS XAVIER PAES BARRETTO. — COLMAR LUCAS. — ANISIO CAVALCANTI. » Nada mais se continha em as ditas folhas do referido livro de notas a que me reporto e do qual bem e fielmente fiz extrahir a presente certidão, que depois de conferida e achada conforme, subscrevo e assigno, nesta cidade de Victoria, Capital do Estado do Espirito Santo, aos quatro dias do mez de Junho do anno de mil novecentos e trinta e oito. Dou Fé. — Eu, Tabellião, a subscrevi e dou fé e assigno. *Wlademiro da Silva Santos*, Tabelião.

« Estava devidamente sellada e as estampilhas inutilizadas de accordo com a lei. »

A capitania do Espirito Santo sob o dominio dos donatarios

ALBERTO LAMEGO

Fechára os olhos D. Manuel o rei *afortunado* e quando D. João III subiu ao throno em 1521, toda a costa do Brasil era conhecida e visitada pelos normandos, que nella chegaram a estabelecer feitorias, cruzando as suas náos os mares, carregadas de pão brasil, fructas, artefactos indigenas, passaros, etc., mantendo um continuo commercio com os indios.

Só então comprehendeu o rei *piedoso* a necessidade de povoar a sua rica colonia e coube a Martin Affonso de Souza repartir as terras pelos que julgasse merecedores, fazendo-lhe, ainda, as cartas regias de 20 de Novembro de 1530 outras concessões extraordinarias. Pouco depois resolveu el-rei dividir o Brasil em capitancias.

Vasco Fernandes Coutinho foi aquinhoado com a capitania do Espirito Santo. Filho de Jorge de Mello, o *Lagio*, e de D. Branca Coutinho, era irmão de Martim Affonso de Mello, de Diogo de Mello e Manuel de Mello.

Contraíra matrimonio com D. Maria do Campo, filha de André do Campo, senhor da Erra e de D. Maria de Azevedo, e do seu consorcio teve dois filhos legitimos: Jorge de Mello e Martim de Mello, os quaes não lhe sobreviveram.

Com Anna Vaz teve tambem um filho bas-

tardo, que tomou o seu nome e que mais tarde lhe succedêra na donataria.

Heroe nas guerras da Africa e India, que servira em Goa e Malaca sob as ordens de Affonso de Albuquerque, passou depois para Portugal, comprando uma quinta em Alemquer. Tinha tambem propriedades em Santarém.

A sua carta de doação tinha a data de 1 de Junho de 1534 e por sua morte os seus descendentes legitimos ou bastardos, tinham o direito de successão.

Constava de 50 leguas de terras que principiavam ao sul da barra do rio Mucury e findava ao sul do rio Managé, o actual Itabapoana; mas depois do accordo feito com Pero de Góes, donatario da capitania de S. Thomé, que teve a confirmação régia em 12 de março de 1543, ficou como limite o Baixo de Pargos, á margem do rio Itapemirim, do lado do norte.

Em 1535, Vasco Coutinho partiu de Lisboa para tomar conta da sua donataria, trazendo em sua companhia, cerca de 60 colonos e dois fidalgos de elevada nobreza, D. Jorge de Menezes e D. Simão Castello Branco, que tinham sido degradados para o Brasil.

Aportou em suas terras no dia 23 de maio e desembarcou em uma enseada á margem direita de uma bahia que suppuzera um rio, ao qual deu o nome de Espirito Santo, como lembrança do dia da sua chegada, domingo do Espirito Santo.

Ao sopé do monte João Moreno, levantou uma povoação, com o mesmo nome que déra ao rio, com grande opposição dos indios goytacás.

Era Vasco Coutinho, já, de idade madura, mas um espirito liberal e magnanimo. Passou a distribuir terras entre as pessoas que trouxera. A primeira ilha junto á barra (ilha do Boi) deu a D. Jorge de Menezes; outra mais além (dos frades) a Valentim Nunes e a maior com cerca de duas leguas, a Duarte Lemos, fidalgo ambicioso e aventureiro que viêra para o Brasil na comitiva do donatario da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, e que depois se transportára para o Espirito Santo com os seus criados, onde deu mão forte a Vasco Coutinho nas guerras sustentadas contra o gentio.

A doação da ilha grande, chamada de Santo Antonio, a Duarte Lemos foi feita por um alvará em 15 de julho de 1537, ratificada por uma escriptura perante o notario geral da Côrte, aos 22 de agosto de 1540, em Lisboa, na casa que então pousava o donatario, na rua do Barão de Alvito e confirmada em 8 de janeiro de 1549.

Rezava o alvará: «mando que este valha até que os meus herdeiros, ou herdeiro lhe façam doação da dita ilha, que por hora lhe tenho dado, pelo muito que lhe devo, e por me vir ajudar a sustentar a terra que sem sua ajuda o não fizera e mando ao meu herdeiro, sob pena de maldição, que o cumpra muito mais se puder.»

Duarte Lemos pouco depois abandonava o generoso amigo e procurou enleal-o nas apertadas malhas da intriga, perante a Corôa Portuguesa.

Quando Thomé de Souza o mandou, como capitão-mór da capitania de Porto Seguro, que ficara acephala por ter sido o seu donatario, Pero de Campo Coutinho, enviado sob ferros para Lisboa, accusado de blasfemo e hereje, encontrou-se com Vasco Fernandes Coutinho em Santa Cruz, de viagem para o Reino; e em carta para D. João III, de 14 de julho de 1550, o denunciou como traidor, como se pôde ver de alguns trechos dessa carta: «... A rota que Vasco Fernandes Coutinho leva é ir á França se restaurar de seus gastos que tem feito na sua capitania, dizendo que assim ha de fazer porque V. A. quebra a sua doação. Eu mandei aviso a Thomé de Souza, porque Vasco Coutinho se vae a Pernambuco a ver com Duarte Coelho e dali seguiu a ua rota por onde lhe parecer e como elle não tem o que perder e está no Reino muito endividado, nenhuma duvida ha e creia V. A. que quando elle partiu do Reino para o Brasil, pela primeira vez, já vinha com este proposito...»

Ingrato e intrigante.

No entanto Vasco Coutinho não seguiu para França e sim para Portugal, para prover-se de novos recursos.

Na sua ausencia ficou governando a capitania, D. Jorge de Menezes que, querendo exterminar

nar os goytacás, a ferro e a fogo, foi por elles victimado.

Sorte igual teve o seu successor D. Simão de Castello Branco.

Quando regressou Coutinho, de Portugal, encontrou a sua capitania quasi deserta. As casas e plantações tinham sido destruidas pelos indios.

Pediu auxilio a Mem de Sá, que mandou o seu filho Fernão de Sá com grandes forças, mas tambem foi morto em combate.

Outras expedições foram mandadas contra os goytacás e entre estas a commandada por Gonçalo Coelho em que Knivet, viajante inglez, tomou parte. Nesta fizeram 30 prisioneiros que fugiram queimando as cordas que lhes atavam as mãos.

Em 1560, o proprio Mem de Sá chefiou outra expedição em que tambem tomou parte o mesmo Knivet, mas desta feita secundada por uma tribu Tamoyo commandada pelo cacique Abausanga; foi victoriosa á força de canhão.

Abandonado pelos seus amigos e com poucos recursos para sustentar a lucta com o gentio, *Vasco Coutinho procurou a ilha de Santo Antonio, onde fez a segunda villa a que deu o nome de Victoria* pela derrota do mesmo gentio.

Já bastante idoso, dado a bebidas pelos desgostos que lhe acabrunhavam e sem forças para punir os delinquentes, pedia constantemente, a el rei que tomasse conta da terra, pedido que igualmente fazia ao governador Mem de Sá. Afinal este accedeu, nomeando capitão-mór da capitania, em *3 de Agosto de 1560*, a Belchior de Azevedo.

Um anno mais tarde, a morte poz termo aos seus soffrimentos. «Depois de gastados muitos mil cruzados que trouxera da Índia e muito patrimonio que tinha em Portugal, acabou tão pobremente que lhe deram de comer por amor de Deus e não sei se teve um lençol em que lhe amortalhassem».

Em 1682 os seus ossos se achavam em sepultura decente na Casa de Misericordia da *villa do Espirito Santo*, como veremos adiante.

Com o fallecimento do primeiro donatario, foi a capitania sequestrada por ordem de Mem

de Sá, datada de 16 de outubro de 1561 e incorporada à Coroa, sendo confirmada a nomeação do mesmo capitão-mór para governá-la em nome de S. A. e «a nenhuma pessoa a entregasse, salvo se apparecesse *Vasco Fernandes Coutinho, filho do defunto*».

Como vimos, era aquelle *filho bastardo* mas legitimado, e, reclamando os seus direitos, succedeu ao seu pae, na donataria. Era casado com D. Luiza Grinalda, filha de Pedro Alvares Correia e de D. Catharina Grinalda e não teve geração.

Fez testamento na Villa de Victoria, em 5 de maio de 1588, determinando *ser sepultado na igreja dos padres da Companhia de Jesus* e deixou a sua mãe 30\$000 de renda annual. Falleceu no anno seguinte, na villa do Espírito Santo, e a capitania passou a ser governada «por sua mulher» com um adjunto, o capitão das Ordenanças, Miguel de Azeredo; retirando-se D. Luiza para Portugal, continuou no governo da capitania o mesmo Azeredo, até que Francisco de Aguiar Coutinho della tomou posse, em 15 de julho de 1620, por se julgar com o direito de senhorio.

Foi durante o seu governo que os hollandezes tentaram apossar-se da capitania, chegando mesmo, em maio de 1625, a desembarcar em diversos pontos da costa e ilhas a gente que vinha em 8 náus, commandada pelo almirante Patrid. No dia 14, quando pretendia tomar a villa, foi rechassada depois de vigoroso combate e segundo o relato de Brito Freire a victoria foi em grande parte devida a uma mulher de nome *Maria Ortiz*, que aguardando de uma janella a passagem do chefe, derramou sobre este uma caldeira d'agua fervente que o fez retroceder e desanimar a sua gente.

Diz o autor do «Ensaio sobre a Historia e Estatistica da Provincia do Espírito Santo» que em 15 de julho de 1643 tomou posse da capitania o donatario Ambrosio de Aguiar Coutinho, successor de Francisco de Aguiar Coutinho, que obtendo alvará de licença datado de 6 de julho de 1674, para renunciar na pessoa do coronel Fran-

cisco Gil de Araujo, morador na Bahia, assim o fez mediante a quantia de 40.000 cruzados.

Por carta régia de 18 de março de 1675, ficou Francisco Gil de Araujo sendo o donatario da capitania e nella veiu residir. Não concordou elle com os limites da sua capitania com a da Parahyba do Sul, do Visconde de Asseca, e do seu tio.

Por duas vezes mandou arrancar o *marco* divisorio, sob o fundamento de ser collocado em suas terras, provocando este procedimento as reclamações do Visconde de Asseca e de seu tio João Correia de Sá, que foram presentes de el-rei.

Com muito fundamento allegaram «que Gil de Gões tinha tomado posse e fundado uma villa no lugar do marco, que o gentio barbaro lhe despovoara e ainda estavam alguns vestigios das igrejas e casas que alli houvera», attribuindo o arrancamento do marco ao referido donatario da capitania visinha, «que por ser mais antiga, devia ser medida para se verificar onde terminava e enquanto não se procedesse a medição, fosse a divisa das capitanias por esse lado, a aldeia de Iriritiba, que devia fazer parte integrante das suas terras».

Os reclamantes foram conservados na posse do marco do *Baixo de Pargos* e pela resolução régia de 20 de junho de 1679, foi ordenado ao Ouvidor Geral do Rio de Janeiro que obrigasse a Francisco Gil de Araujo a demarcar a sua capitania e que procedesse «contra os arrancadores de marcos». (Arch. de Marinha e Ultramar, Provisões Régias).

Esta questão perdurou por algum tempo, como se verifica da nova carta régia enviada ao mesmo magistrado em 23 de Fevereiro de 1682, pedindo informações sobre as queixas que então apresentára Francisco Gil de Araujo.

A capitania do Espirito Santo não foi porém demarcada, continuando a divisa no Baixo de Pargos, junto ao rio Itapemirim e quando o Visconde de Asseca e seu tio combinaram a partilha das 100 léguas que lhes foram doadas (25 na Parahyba do Sul e 75 nas terras do Sul) como

está bem esplanado no 1.º vol. da «Terra Goytacá», no mappa apresentado a el-rei declararam: «a capitania que foi de Gil de Goes começa em *Santa Catharina das Mós*, rio Itapemirim, donde parte da banda do norte com a do Espírito Santo e vae correndo para a parte do sul até o rio das Ostras, Santa Anna de Macahê, donde parte com Diogo Faro e Cabo Frio, em que se entende não haverá 30 leguas e porque convirá para os tempos vindouros que cada capitania fique demarcada, elles, por seu procurador, tinham já mandado fundar a *villa de Santa Catharina das Mós*, que é o districto da banda do norte, medindo 5 leguas de termo para o sul, que, com as 45 nas terras do sul, fazem as 50 da capitania de João Correia de Sá».

Este accordo foi confirmado na segunda apostilla á Carta de Doação, que traz a data de 5 de março de 1676 (vide «Terra Goytacá»), de sorte que este ultimo só ficou com 5 léguas de terras na capitania da Parahyba do Sul, que começavam no Baixo de Pargos, contiguo ao rio Itapemirim, onde existira a *villa de Santa Catharina das Mós* correndo para o sul até a divisa das terras do Visconde de Asseca, então Salvador Correia de Sá, que tinha succedido a seu pae, 1.º Visconde de Asseca, Martin Correia de Sá, que fallecêra em novembro de 1674.

Dos importantes inéditos que publicámos e que teem a autoridade de mais de dois seculos, se conclue: que *Santa Catharina das Mós* era proxima ao rio Itapemirim, onde fôra estabelecida a primitiva povoação de Gil de Góes, destruida pelos selvagens, existindo ainda em 1679 vestigios da igreja e casas que ali houve, como tambem já haviam sido destruidas pelos goytacás as que fundára o seu pae Pero de Goes, á margem do rio Itabapoana.

Por outro lado, a carta de confirmação dos limites das capitancias de Vasco Fernandes Coutinho e Pero de Góes, por accôrdo entre ambos, como já vimos, havia determinado que o *Baixo de Pargos* fosse no rio Tapemery (Itapemirim), então denominado, pelos mesmos donatários, Santa Catharina.

Essa nossa affirmação é contraria á opinião de todos os que se occuparam da importante passagem da nossa historia e que, sem maior estudo, se limitaram a copiar uns dos outros, mas diante da prova documental que offerecemos, é facto incontestavel que a *villa de Santa Catharina das Mós*, creada por Gil de Góes, era situada no *Baixo de Pargos, á margem do rio Itapemirim*.

Augusto de Carvalho, nos seus *Apontamentos etc.* diz: «Pero de Góes dando ao povoado, á margem de Itabapoana) o tratamento de *Villa da Rainha*, só tinha em vista lisongear a rainha D. Catharina, mulher de D. João III, e por isso dava aquella denominação e não a de S. Catharina das Mós, povoado este ultimamente elevado á freguezia de S. Sebastião de Itabapoana».

J. J. Martins, na *Historia do Descobrimento e Povoação de São João da Barra*, afirma que a primeira fundação de Pero de Góes foi na *Enseada do Retiro*, poucas braças ao sul do Itabapoana, levantando ahi a igreja de S. Catharina de Mós.

Da mesma opinião são Teixeira de Mello, Visconde de Araruama, Julio Feydit, Milliet de St. Adolphe e outros, accrescentando o primeiro na sua importante obra *Campos dos Goitacazes*: «segundo outra versão, foi Gil de Góes que fundou a povoação de *Santa Catharina das Mós*, mas do lado do norte, no lugar denominado *Enseada de Pargos*, entre a ponta de Manguinhos e rio Itabapoana, o que padece contestação porque teria assim invadido o territorio da capitania vizinha, que já tinha por extrema a riba septentrional d'aquelle rio... A capitania de S. Thomé para o norte ia até ao rio Itabapoana, quando dada ao Visconde de Asseca, porém até o rio Itapemirim, quando doada a Pero de Góes...»

Esta affirmação não tem vislumbre de historicidade. Os limites da capitania da Parahyba do Sul, doada ao Visconde de Asseca e seu irmão em 1674, não tinham por divisa o *rio Itabapoana* e sim o *Baixo de Pargos*; eram os mesmos da doação de Pero de Góes e portanto, para o norte, servia de marco divisorio, o *rio Itapemirim*.

A capitania do Espírito Santo, sob o governo de Francisco Gil de Araujo, prosperou bastante, durante os quatro annos que nella assistiu, como veremos adiante em importante documento que fazemos gosar do beneficio de impressão.

Em 1682 regressou para Bahia, onde falleceu em 1685, succedendo-lhe seu filho Manoel Garcia Pimentel, que teve a confirmação da carta de doação em 5 de dezembro de 1687, não tendo porém vindo á sua capitania, que foi governada pelos seus capitães-móres.

Fallecendo sem successão legitima, passou ella por sentença da Relação ao seu cunhado Cosme Rolim de Moura, que a vendeu á Corôa pela mesma quantia que adquirira Francisco Gil de Araujo.

E assim terminou o dominio dos donatários, passando a capitania a ser administrada por pessoas nomeadas pelo Governador Geral da Bahia.

O capitão-mór João Vasco Molina, que estava á testa do governo desde o tempo do donatário Manuel Garcia Pimentel, só o deixou quando foi nomeado o seu substituto, Antonio de Oliveira Madail, em 1 de janeiro de 1721.

O documento acima referido e que se encontra no nosso archivo vae aqui transcripto na integra; é de summa importancia para o estudo dessa capitania, em época tão remota e por nos dar noticia do local onde se achavam os restos mortaes do primeiro donatario.

«Informação que dou V. S. do estado em que fica esta capitania ao breve tempo que nella assistiu (Francisco Gil de Araujo).

Já dei a V. S. a relação do miseravel estado em que estava a fortificação desta praça, quando Deus o trouxe a ella, e bem que o torne a fazer do estado em que a deixa no breve tempo que nella assistio e não o farey só do que toca á fortificação, mas tambem do muito que fica augmentada.

Estava o Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo sómente em alicerces e muita parte arruinada. Com grande dispendio, o aperfeçoou V. S. acabando-o e abrindo-lhe amêas para ca-

torze peças com fortissima muralha de nove palmos de groço e oito de alto e tem hua fermoza praça em sy, cuja largura hé de 183 palmos e da porta athé a ultima ponta do diamante, 120, lageada o necessario com dois telheiros para o resguardo da artilharia e fica ao presente com 4 peças e 4 pedreiros com suas carretas novas e o mais necessario.

O Forte S. Joam, que edificou o capitam João Ferrão de Castello Branco, o achou V. S. tão arruinado que não estava capaz de poder resistir a qualquer invasão, porque além da ruina, estava a artilharia sem reparos; entre a plataforma que tinha e o primeiro fortim, fazia húa rua inutil.

Reedificou-o V. S. fortissimamente, unindo-o em hum só terrapleno, abrindo lhe mais torneiras pela parte do mar, na muralha que accrescentou; e pela parte da villa vae fechar o mesmo fortim em altura que cobre a escada que V. S. lhe mandou fazer. Neste fortim que estava inutil, está hoje artilharia e assim elle como a plataforma tudo lageado com os seus telheiros para resguardo, assim da artilharia como dos soldados donde ficam 8 peças cavalgadas. Tinha mais este forte um eirado que estava cahido e entulhado e está perfeitamente acabado de vigame junto ladrilhado e com betume por cima, para resguardo da madeira.

Estas fortalezas ficam distantes da Barra, a de S. Joam, meya legua, pouco mais, a de N. S. do Carmo, na marinha desta vila em que ficava a entrada sem impedimento algum e á villa do Espirito Santo.

Mandou V. S. fundar o forte de S. Francisco Xavier, á entrada da Barra em sitio muito conveniente para este efeito e de melhor segurança, com o qual não hé possivel poder passar embarcação sem grande risco. A forma delle hé de laranja, o diametro de 80 palmos e a circumferencia de 240, a muralha hé fortissima, pois nasce entre grandes penedos com 12 palmos e nos mesmos continúa athé o pavimento do lageado dahy sobe em 9 de groço com 10 amêas, toda praça lageada com hum grande telheiro, e sua casa de

polvora; pode ser soccorrida em qualquer conflicto e de presente fica com 8 peças cavalgadas.

Na primeira relação que dey a V. S. se vê haver somente nesta praça, 17 soldados de Infantaria, 2 artilheiros e hum condestavel; hoje se contam 33 soldados, 6 artilheiros e o condestavel; então se soccorriam aquelles poucos, apenas tinham cinco soccorros pela falta de effeitos por andar a renda muy diminuta; hoje com os mais que V.S. accrescentou, são mais soccorridos; então não rendiam os effeitos mais que 255\$000 rs. deste se tiravam os gastos da Camara, com que ficava cousa muy limitada; applicou V. S. todo o seu cuidado em accrescentar e vemos que subia esta a perto de 100\$000 rs. Os dizimos andavam em 1:468\$000 rs.; com a presença de V. S. se arremataram 1:804\$000 rs. e vemos crescerem em 366\$000 rs.

Estava esta Capitania devendo muita cantidade de fazenda quando V. S. veyo a ella e ao dote e paz da Hollanda 1:438\$000 rs.; com grande diligencia mandou V. S. por em arrecadação todo este atrazado e mandando satisfazer o em que hé orçada este anno com grande pontualidade e pera que que se veja o quanto V. S. obrou neste particular, hé de reparar que *só em 4 annos que nesta capitania assystio*, se remeteram por sua ordem o melhor de 4 mil cruzados. Não só a desempenhou V. S. dessa obrigação, mais ainda de muitos outros particulares, como mandando com grande zelo, por em arrecadação a fazenda que se devia á Misericordia da cidade de Lisboa que fora, o melhor de 12 mil cruzados e se contar tudo, acho que do tempo em que V.S. entrou, athé o presente, tem esta capitania pago o melhor de 30 mil cruzados; tudo se deve a piedade com que V. S. tratou o augmento della. Tinham estas villas 4 Companhias de Ordem, hoje ficam divididas em 9 com boa disposição; na *villa da Victoria* ficam 5, na do *Spirito Santo*, duas, na *villa Nova*, húa e outra que V. S. ordenou dos homens pardos, com que fazem as nove.

Este hé o estado em que V. S. deixa a capitania em tão breve tempo tão avantajada do infimo em que a achou; estava incapaz de defen-

ça; hoje fortificada com 3 fortalezas, das melhores do Estado; com 17 soldados e 2 artilheiros estava esta praça, hoje fica com 33, 6 artilheiros e hum condestavel. 4 Companhias tinha somente e hoje 9; duas villas attenuadas a da *Victoria* e do *Spirito Santo*, hoje reedificadas. A *villa da Victoria* com a casa da Camera concertada; os templos que estavam arruinados, hoje com grande aceio estão em sua perfeição, concorrendo V. S. com sua ajuda de custo para tudo. A *villa do Spirito Santo* que somente apparencias de villa tinha, mandou V. S. fazer casa da Camera, que nunca teve, pelourinho, tudo de pedra e cal e tão perfeito, que se não acha villa que a tenha como ella.

A casa de Misericordia que não se viam mais que os vestigios, mandou V. S. levantar ficando perfeitissima, aqui mandou V. S. dar sepultura decente aos ossos do primeiro Donatario Vasco Coutinho que soterrados em húa arca, ainda se conservam reliquias delle. Está hoje esta villa muito enobrecida, assim na justiça como no mais.

A villa da Conceição que V. S. mandou edificar no rio Guarapari consta sua primeira fundação de 300 almas e já fica a villa perfeita com pelourinho de pedra e cal e forma de justiça por eleição que ha dois annos se continua, com sua matriz muito fermosa, de pedra e cal, toda ladrihada e paramentada ricamente; só lhe falta acabar a casa da Camera, cujos materiaes ficam dispostos pera ser de proporção da villa do Spirito Santo.

Todas estas obras, assim das fortalezas como das villas e fundação da nova hé de reparar que não concorreu pessoa algúa. Somente concorreram os grandes dispendios com que V. S. aperfeiçoou tudo que em húa e outra cousa gastou mais de 12 mil cruzados e com o maior cuidado se empregou nas jornadas á *serra das Esmeraldas* e não com menos dispendio, pois só nas duas entradas pelo *Rio Doce* foram mais de 12 mil cruzados e nas 12 experiencias que por noticias que V. S. tinha, mandou fazer, se gastaram mais de dois e foram as entradas 14; acudindo a tudo

com zelo do serviço de Deus e de S. A., não tendo hora ociosa que não fosse no emprego de melhorar esta Capitania e na verdade são as acções de V. S. dignas de ser imitadas. *Villa da Victoria em 27 de Julho de 1682.* O provedor *Manoel de Moraes*.

(Firmas reconhecidas pelo tabellião da *villa da Victoria*, *Martim Damorim de Tavora* e pelo Ouvidor Geral da Bahia, *Dr. João Góis Araujo*).

(*Da minha Coll. de Mss. «A Gazeta, de Campos», em 14 de Julho de 1935*).

A ABOLIÇÃO E A IMPRENSA CAPICHABA

Reproduzimos, nesta pagina, o boletim publicado, em 1888, pela «A Folha de Victoria», em regosijo pela assignatura da Lei 3353, de 13 de Maio, que aboliu a escravatura no Brasil.

BOLETIM D' «A FOLHA DA VICTORIA»



Tocou a seu termo a instituição negra!
O paiz inteiro está em festas, consagradas á
Liberdade!

Aos pés da Excelsa Princesa Imperial desfez-
se o despotismo!

Está salvo o futuro pela evolução do pre-
sente!

A Liberdade, Fraternidade e a Igualdade ag-
gremia hoje todos os brasileiros.

Festas e flores symbolisam a grande conqui-
sta da liberdade.

O feito da abolição não traz vestígios de sangue.

Está satisfeita a mais nobre e elevada aspiração nacional.

Senhora, engastae no vosso diadema essa perola, que representa a emancipação de vossa Patria.

Brasileiros, acercae o throno imperial, que tanto tem procurado engrandecer os vossos foros de um povo livre!

Irmãos chegados dos aridos desertos do captiveiro, vinde compartilhar connosco das liberrimas instituições que nos regem.

A Patria é livre!

Viva a Nação Brasileira!

Viva a Princeza Imperial Regente!

Viva o ministerio 10 de Março!



O Caboclo Bernardo e o naufragio do Cruzador

«Imperial Marinheiro», em 1887

JUSTO APPELO

Victoria, aos 26 de Fevereiro de 1937.

Presado amigo Eufrazio. (*)

O meu abraço.

Desde Janeiro, tenho em ordem os documentos que ora, com ensejo, te remetto afim de, por teu intermedio, possa eu ver coroado de exito um idealismo que ha muito cultivo no silencio de minhas meditações acerca dos homens e cousas da nossa terra.

E' bem possivel que, lendo com attenção os comprovantes de meu ideal, sejas tocado pelo mesmo sentimento que me attingiu, e resolves apresental-os a teus pares para os fins que almejo.

Aquelles que sahem das raias do commum e impõem-se pelos seus feitos de generosidade, de heroísmo, de caridade, não devem ficar ignorados da sociedade ou esquecidos dos homens.

E' necessario que estes lhes estudem os feitos e lhes prestem as homenagens que lhes são devidas - tributo de admiração pelo valor real exteriorisado, de acção viva.

E quando os factos são tão grandiosos que empolgam as massas, repercutem pelo Paiz, e preocupam o Governo, a Historia deve registral-os em seus annaes para immortalizal-os.

No Espirito Santo, varios são os factos he-

roicos registrados em sua historia, cujo brilho, á proporção que os annos passam, se destaca com as civilisações, e as grinaldas de louros que os cercam, tisnam-se de lendas, que offuscam por fim o brilho dos feitos em sua pureza essencial.

Ararigboia — cobra feroz — de Santa Cruz, fundou Nictheroy com seu sangue, e expulsou com seus homens os francezes do Rio de Janeiro.

Maria Ortiz atirou sobre os hollandezes taxas d'agua fervente.

Muitos outros heroes da era em que o Brasil entrava no preludio da existencia, embora cheio de feitos, meramente casuaes, a historia agasalhou os, e o Governo presta lhes homenagens, erigindo-lhes monumentos, dando seus nomes a ruas, cidades, etc.

Assim, immortalizados, cultuam-se as suas memorias com o prazer de evocar-lhes os feitos.

Entretanto, ha um'grande heroe, cujo feito, quasi inacreditavel, repousa no esquecimento.

E delle se lembra ainda o Espirito Santo, graças a alguns jornalistas capichabas, que de vez em quando, sob a força do dever, evocam o facto como um acontecimento inedito, e dos mais heroicos conhecidos.

E, apesar de não ter sido transladado para a Historia, vive na alma do caboclo da localidade em que se verificou o facto, como um goso intimo de orgulho no coração brasilico.

Foi no logar — Comboios — mais ou menos perto de Regencia, povoação do Rio Doce, que, na madrugada de 7 de Setembro de 1887, um navio encalhou em um baixio, a 120 mts. da praia.

O mar furioso, soprando pelo S. O., dominou em pouco tempo a embarcação, e sua impetuosidade deixou o navio completamente perdido.

Os cento e tantos homens, tripulantes, que se achavam em seu bojo, reconheceram naquelle logar os seus tumulos.

Aquelles que se jogaram n'agua, com a intenção de ganharem a terra, submergiram sob valgões enormes.

Havia a bordo desanimos e até desfallecimentos.

Quando já não havia mais a menor esperan-

ça de salvamento, pela manhã, um homem jogou-se n'agua e nadou para o navio, com o risco da propria vida.

Esse homem, com seu arrogante feito, salvou a tripulação.

Era um modesto pescador de nome Bernardo.

Esse heroe recebeu do Povo e do Governo as mais significativas homenagens.

Viveu, por alguns dias, sob a admiração do Brazil, do mundo.

Foi com insistencia chamado a Victoria, onde sob bandas de musicas recebeu carinhosa recepção.

O povo, em *marche aux flambeaux*, conduzio-o ao Palacio do Governo. Os mais inflammados discursos foram alli proferidos.

Toda imprensa exaltou o facto.

O Club Naval banquetou o modesto pescador.

A Marinha Brasileira prestou-lhe as mais significativas manifestações no Rio de Janeiro, para onde Bernardo foi levado, e posto em presença de S. M. a Princeza Izabel, então regente do throno, que lhe conferiu uma medalha de 1.^a Classe, pelos serviços prestados á Nação.

A Imprensa teceu os mais largos commentarios sobre o Salvador dos tripulantes do IMPERIAL MARINHEIRO.

Esse homem extraordinario voltou ao Espirito Santo e pouco depois, esquecido, morreu, miseravelmente, no mesmo lugar em que annos atraz havia posto em prova sua bravura.

Mergulhei na Bibliotheca Publica do Estado e della arranquei o que os periodicos de 87 disseram em torno do facto.

Parece-me que o feito de Bernardo não obscureceria o brilho do bravo Ararigboia, e a intrepidez de Maria Ortiz.

A abnegação, o desprendimento pela vida, o gesto humanitario deram-lhe o direito de poder formar ao lado dos grandes bravos, aos quaes os louros coroaram as fronte, pela noite dos seculos.

Esse meu esforço de idealista tem por fim pedir ao bom amigo apresentar ao Congresso um projecto no sentido de ser erigido, ao bravo Bernardo, um monumento em sua memoria, nesta Capital.

Como já disse José Candido, num artigo anexo sobre Bernardo: «A Argentina por muito menos glorificou um pescador brasileiro, por ter encontrado á mercê das ondas — avião e aviadores argentinos — e guarda como trophéo de subido valor a tosca canoa adquirida para o museu de raridades.»

Bernardo José dos Santos salvou cento e tantos homens que morreriam, fatalmente, com o risco da propria vida.

Homens, sómente? Não! Vidas preciosissimas, flores finas de nossa Marinha de Guerra, salvas pelo seu heroismo natural, espontaneo, impressionante.

A descripção do immediato de bordo, o então ten. Indio do Brazil, é a copia fiel dos acontecimentos, que testemunhou o povo de Regencia, por occasião do naufragio do «Imperial Marinheiro», e o salvamento da tripulação.

Ella conta os factos vivos do heroico acontecimento, inedito no Espirito Santo.

Julgo, como espirito-santense, que tenho assim cumprido o meu dever.

Confio, pois, agora, que possas, melhor do que eu, mostrar ao Congresso que necessario se torna prestar uma homenagem, embora posthumá, ao grande Bernardo José dos Santos, como tributo de admiração pelo seu heroismo invulgar.

Que sejas, pois, o vehiculo deste patriotico pedido, e que o teu verbo inflammado possa melhor explicar ao Congresso a justiça de tão elevada homenagem.

Teu *ex corde*
Clodoaldo Falcão

NOTA: O trabalho ora publicado por esta «Revista» de via ser apresentado ao Congresso Legislativo do Estado, por intermedio do Deputado Euphrasio Silva, conforme explicação do autor.

O CABOCLO BERNARDO, o grande heroe de 1887

Na manhã de 5 de Setembro de 1887, illuminada por um ceu roseo e sereno, e quando já se crusavam de todos os recantos da formosa Guanabara as pequenas embarcações, em febricitante carreira, via-se ali, destacado de seus irmãos de guerra, impavido, e com sua pintura refeita, o bello navio-escola «IMPERIAL MARI-NHEIRO» preste a partir com a turma de guardas marinhas, em viagem de instrucção.

Nas fortalezas, em todas as unidades de guerra e em terra, fluctuava o pavilhão nacional, prenunciando feliz roteiro á nova cruzada da nossa defesa no oceano, e que ia atravez delle, longe da Patria e da família, conquistar trophéos da nobilitante profissão que abraçara para honra sua e gloria do paiz.

Em contraste, porem, com a faina dos ultimos preparativos de bordo e estando o commandante e a marinheiragem alerta ao primeiro signal de partida, viam-se approximar, silenciosamente, do crusador, diversas lanchas, repletas de officiaes, aspirantes e algumas familias, e qual bando de gaivotas a esvoaçarem nos flancos das pequenas embarcações, crusavam os ares alvos e humedecidos lenços, atirando para os que ficavam o adeus de despedida, uns de envolta ainda na effusão do abraço da terna esposa e das caricias do beijo aos filhinhos, e outros protestando as juras de amor firmadas na vespera... Celeres as lanchas encostam ao cruzador, saltam todos, e põem-se ao largo, paradas, á espera da partida. Novas despedidas se deram e commovente se tornou a manifestação de pezar observada entre uma das familias que regressava para terra, ao separar-se ali do filho e irmão que ia, no cumprimento do dever, afrontar as interminas paragens desses oceanos, muitas vezes traiçoeiras, e, por isso, na amarga incerteza do seu regresso. Impossivel lhes era suffocar a dôr da separação! E tinham razão... proximo previam o genio do mal!

Ouviu-se afinal a ordem de suspender o fer-

ro; e tranquillo, o crusador maneja e avança em demanda á barra, e toma o rumo do norte.

Eram duas horas da tarde; o sol em sua ardentia em cheio vinha espelhar-se nas aguas já crispadas da bahia, pelo nordeste, e ao longe, no horizonte, levantavam-se aos poucos, negros flocos de nuvens, quaes mensageiros da proxima borrasca. Com effeito, Titan não podendo jamais conter a furia pela conquista avassaladora de seus dominios, já forjava na sua malefica tenda, através dos abysmos do oceano, a tormenta, que, impiedosa, iria tragar de vez o ousado inimigo, que áquella hora o enfrentava; e assim, tomando a trompa, chama a seus postos todos os genios do mal e ordena-lhes a prompta destruição.

Eolo e Vulcano seguem á frente, Phebo se transforma em Trevas, e estas despertando Amphitrite reúnem-se á Tormenta. Chispas de fogo fervilhavam no espaço, tetricos ribombos convulsionam a Terra, Titan sacode o dorso do oceano, e Eolo, num turbilhão de apavorantes vagas, aniquila em breve o ousado inimigo!...

O bello navio, ainda novo, e construido nos arsenaes do paiz, em 1883, fazia a segunda viagem de instrucção naval; e como se estivesse prevendo a proxima hecatombe, que ia em breve tragar e arrastar nos seus destroços toda aquella pleiade de jovens que, por dever de officio, e no serviço da Patria iam além do sempre tormentoso mar conquistar o tirocinio pratico, não se deixou fazer ao largo, e costeando sempre a terra, em demorado e derradeiro amplexo, venceu, galhardamente, a sua primeira derrota, até o cabo S. Thomé.

O commandante, sempre tranquillo, e já affeito ás luctas do mar, áquellas horas, na sua camara e rodeado dos principaes officiaes, commentavam sobre a technica militar naval; e por sua vez os aspirantes, em grupos, e ainda saudosos do aconchego da familia e não menos daquelles olhares que se trocaram na hora da despedida, e após crystalinas lagrimas a furto evaporadas no macio e perfumado lencinho de cambraia, e que traduziam as juras de amor fir-

me e puro, por isso, dominados ainda do mesmo pezar, palestravam sobre o proximo regresso.

Mas, oh, fatalidade do destino! Já bem proximo se formava a borrasca que, ali mesmo, em continuação ao patrio territorio, e á sombra dos rochedos e dos *gururys* ia offerecer á sua náu condigna sepultura.

Era uma hora da madrugada, e o navio cortava obliquamente a enseada, cujo extremo norte ia confinar-se no pontal sul do Rio Doce; mas, já, no inicio da lucta, experimentava forte corrente de BB., e a não ser o official do quarto e o vigia que estava a postos, só se ouvia o ruido monotonico do cordoame.

Subito, densa treva envolve o navio e forte temporal do S. E. o surprehende alli, e sem siquer divisar ao longe uma luz bemfaseja que o viesse guiar em tão extrema situação, ia, não obstante, avançando e dominando as fúrias dos vagalhões que, de continuo, vinham chocar-lhe as couraças do BB.

O mar, em sua ancia indomita, em concerto macabro com o tufão e atravez a escuridão, jurara fazer daquelle pugilo de bravos a sua presa favorita.

Já não era mais o silencio e sim o pavor, o abatimento, emfim, que dominava a todos, que se acercando do commandante, atonitos, interpellavam: — Salvaremos, deveras, o nosso navio?... Oh! que situação, meu Deus! Meus paes!... Minha esposa! meus filhos! roguem por nós!...

— Commandante, em que altura estamos?

— Oh, meus amigos, sinto ser-lhes francos, a nossa situação é, com effeito, bastante critica; mas... confiemos no navio, e., não é a primeira vez.

— Olha, commandante, terra ali! Escuto o ruido da praia, estamos proximos da costa...

— Terra, terra, pela prôa! Ouça, ouça! a toda força... Estamos perdidos!

Deus do infinito, de bondade, se amercie de nós!

— Atráz, a toda força! atráz!

Era, porém, tardio qualquer esforço. O navio encalha a E. B., parte o leme e impellido pelos

vagalhões verga o dorso e as aguas invadem todos os compartimentos. Ao lado de todos os officiaes e da tripulação, agrupados nos mastros, aguardando afflictos o amanhecer do dia, via se ainda trelando a invicta bandeira imperial, não para solemnizar ao troar da artilharia, a gloriosa data da independencia da metropole, mas, sim, naquella madrugada lugubre, transformar se em guião funerario, e por fim envolver, nas profundezas do mar bravio, não poucas e preciosas victimas do dever!

Rompera, finalmente, o dia, e o temporal amainara; porém, ainda impiedoso, continuava o mar, como se não tivesse completado sua sinistra tarefa!

Separados da terra por uns cem metros e sobre o qual, deserta, lançam os naufragos um ultimo olhar de esperança, dispõem-se a improvisar algumasjangadas de salvação com os destroços do navio; mas debalde tentam e, seguidamente, veem desaparecer no torvelinho das vagas, quatorse de seus inditosos companheiros! Em tão angustiosa situação e já dispostos ao sacrificio da morte, eis que de um dos topos do mastro, grita um official: — gente! gente! e lá vem, estamos salvos!

E echoando por aquelle quadro de ruinas a grata nova, elevam o pensamento a Deus, bendisem o mensageiro que, deparando-os alli, celebre partiu em demanda da proxima povoação a communicar o extranho sinistro.

No horizonte, ao longe, e atravez das brumas, via-se erguer o sol, e com elle, aos poucos, a tão cobiçada calmaria!

Decorre mais uma hora de lenta agonia, e todos ao mesmo tempo queriam lobrigar a presença ali da humana cruzada, que vinha ainda, em tempo, arrebatá-la do abysmo.

— Lá vem! Olha! Olha! Toma o binoculo...

Dahi a outra hora, em frente ao navio, cruzavam-se grupos de familias, autoridades, e outras pessoas da proxima povoação da Barra do Rio Doce, munidos deapparelhos, viveres, e cada qual mais solícito procurava pôr em pratica os meios de salvação; mas sempre ineficazes pe-

la corrente das aguas e o seu rolar na praia. E já não era somente a afflicção da parte dos naufragos, mas tambem dos seus salvadores em alcançar outros meios de se communicarem para bordo; e nessa indecisão, outros grupos iam armando barracas e preparando fogos.

Em terra via-se, entre outras pessoas, o maior Deoclecio Costa, e sua Exa. familia, dirigindo todos os serviços, sob inexcedivel zelo, e foi com o resultado dos signaes de mimica trocados para bordo, que subito, anima a um dos caboclos alli presentes a levar a nado para o navio um fio de barbante, preso nos dentes, e em cuja extremidade seria atado um cabo e estirado logo que conseguisse o ousado nadador galgar o navio. E o humilde caboclo atira-se contra as ondas e de envolto com ellas, não foi sem esforços que alli chegou, e numa apothese de palmas é recebido e abraçado por todos como anjo salvador.

Incontinente se improvisam novas jangadas, e, atadas no cabo de vae e vem, são todos em seguida, salvos, e recebidos em terra sob as mais significativas manifestações de carinho, e conduzidos áquella povoação.

E lá, na paragem sinistra, ficavam os destroços do bello cruzador, quaes urnas sagradas daquelles que succumbiram no serviço da patria, tendo, porém, de saudades, uma lagrima dos camaradas, ao partirem felizes.

Nos dias immediatos, seguem os naufragos para o Rio de Janeiro, e não menos tocantes foram as scenas de despedida entre elles e os habitantes do lugar, inclusive Bernardo dos Santos, o caboclo salvador, já então, aclamado heroe. Elle, porém, em sua indifferença de sertanejo, conserva-se tranquillo perante o tocante espectaculo, e ao ser abraçado pelo commandante, este insiste em leval-o á presença de D. Izabel, e elle, simplesmente, responde :

Não !

.....

Já decorreram 27 annos, e o caboclo heroe, hoje alquebrado pelos annos, vive ainda na sua

humilde choupana, ao lado da família, carpindo as maiores misérias, e esquecido de todos, e daqueles, os quaes restituiu a vida?

— E a medalha, Bernardo?

— Oh, não, é um penhor de lembrança, não tem preço; é minha companheira de infortunio, e me consola...

Mas a historia tudo registra na sua intagi-vel imparcialidade e justiça, hoje venera e eleva o humilde heroe ao seu Pantheon, lançando, porém, o seu justo protesto contra a ingratidão e indiferença dos homens.

Collatina — 30 — 3 — 914.

J. C.

NOTA — Trata-se do cidadão Joaquim Castro de quem é o artigo acima transcripto, enco-
berto sob o pseudonymo de J. C.

Joaquim Castro, ao que fomos informado, as-
sistiu em todos os pormenores o desenrolar dos
acontecimentos.

Foi publicado no extincto almanack da Casa
Verde, no anno de 1915.

APPELLO AO CONGRESSO LEGISLATIVO DO DO ESTADO, á imprensa e ao historiador Espírito Santense.

Valorizemos o que é nosso.

Algumas palavras mais:

Quando, na edição deste quinzenario illustra-
trado, de 5 de Janeiro de 1924, recordei o passa-
do glorioso do feito heroico do grande capichaba
BERNARDO JOSE' DOS SANTOS, mais conheci-
do por «Caboclo Bernardo», baixo e grosso, tez
amorenada das ardentias do sol, sadio e forte e
affeito ás luctas do mar, que conhecendo, embora,
o grande risco da vida, não se deteve mais, e ás
caladas da noite, arrojando-se a nado até galgar
a nave, que submergia, lentamente, sente que lhe
vão faltando as forças e retrocede para descen-

çar e tomar novo folego na praia, fazendo emfim duas investidas perigosissimas sem resultado compensador, para só na terceira levar aos desesperados irmãos o cubicado cabo de « vae e vem » salvando, assim, heroicamente, com sacrificio da propria vida, mais de cem marujos do cruzador *Imperial Marinheiro* da armada Nacional, sob o commando do então 1º tenente, hoje almirante reformado — Arthur Indio do Brasil e Silva — não tive, como desejava, a ventura de illustrar aquella pagina historica com o retrato desse lobo do mar, já desaparecido dentre os vivos, talvez esquecido da memoria dos capichabas, porque esquecido tem sido de todos os governos do Estado.

De pesquisa em pesquisa, consegui, ultimamente, o retrato do grande heroe capichaba, trazendo á marinheira, tal como chegou a Victoria, e seguiu para a capital do Imperio, para receber como recebeu, as acclamações delirantes, a que tinha incontestavel direito, acclamações tão raras, naquelles tempos, sómente feitas com justiça aos que se distinguiam por factos magnanimos, heroicos, e por isso mesmo, sempre memoraveis.

Nenhum monumento, até hoje, nem uma modesta placa, sequer, como simples registro, nem uma vaga allusão a tão prestimoso vulto, nos albens officiaes do Estado; nada, nada se ha consagrado á memoria do grande heroe Bernardo José dos Santos, tão bem acolhido em 1887 pelo povo unanime de nossa terra, que, com grande ansiedade e enthusiasmo, o foi receber, festivamente, no « Forte de S. João », onde era esperado. Carregado em triumpho e levado ao palacio do governo, vibrantemente acclamado até a cidade, foi saudado calorosamente pelo Presidente da Provincia, no mesmo dia de sua chegada a Victoria, logo no inicio do banquete offerecido em Palacio por S. Exa., em nome da collectividade espirito santense, ao grande patriota e heroe!

Ninguém mais se recorda das imponentes festas realizadas pelos capichabas, no Espirito Santo e na Côrte, pelo povo Carioca, galaordado, ainda o grande heroe por Pedro II, o Imperador do Brazil !

E por que o nosso Estado não presta uma

homenagem eterna ao caboclo Bernardo; por que não ergue um monumento que perpetue a sua memoria no « Forte de S. João », local em que o povo espirito santense foi receber, abraçar e acclamar com frenesi o grande bemfeitor -- salvador de centenas de vidas preciosas?!

Não fôra elle, a catastrophe, da qual fiz completa descripção, não se limitaria apenas a poucas mortes, e á parte material com a perda para a Nação do lindo cruzador « Imperial Marinheiro », trágado pelas ondas bravias da Barra do Rio Doce.

Por muito menos, a Argentina ha glorificado um modesto pescador brasileiro, que por obra do acaso, salvou algumas vidas tambem preciosas de fiihos da Republica platina, que faziam um arrojado vôo em hydro avião, do qual não havia mais noticia, quando foram encontrados á mercê das ondas -- avião e aviadores argentinos -- salvos pelo pescador nortista de nome JOSINO.

A Republica Argentina guarda, como tropheu de subido valor, a tosca canôa do modesto pescador, adquerida para o museu de raridades da Republica Irmã!

E o que fazemos, nós, ao caboclo Bernardo?!...

Longe de Victoria, sem poder rever os periodicos de 1887, cuja leitura recommendo aos investigadores interessados pela verdade historica, em todo caso vou collaborando, quanto possivel, para completar o trabalho iniciado, preenchendo lacunas, emquanto é tempo de se fazer justiça aos nossos antepassados. Assim consequi do companheiro e digno conterraneo João Goulart (o qual alliado ao povo foi tambem esperar o « Caboclo Bernardo » no « Forte de S. João ») o retrato do ousado e heroico marinheiro, que elle após quarenta annos, ainda conserva como inestimavel reliquia em seu album intimo, junto ao seu dedicado amigo de infancia o litterato espirito santense -- Affonso Magalhães de quem foi um admirador e ao seu prestimoso e inexecuvel pae -- José Goulart de Souza.

Lembrei-me, então, de um vibrante soneto de Olympio Hygino, publicado naquella epocha, quando a musa do inspirado poeta capichaba, ainda

jovem, tinha o fulgor e enthusiasmo que tanto renome lhe proporcionara na idade de vinte annos, apenas.

E o poeta terrantez, que só por desidia ou modestia, muito peculiar aos capichabas, ainda não se lembrou de reunir os innumerados e primos fructos de sua penna privilegiada, em um livro que o faria mais bem conhecido das gerações vindouras, attendeu, gentilmente, a minha supplica com o que me confesso summamente penhorado, tal o intento que nutro de chamar a attenção do futuro historiador espirito santense da imprensa e dos legisladores de meu idolatrado Estado, na espectativa de um merecido culto á memoria, sempre veneranda, desse vulto homerico que se chamou Bernardo José dos Santos.

Que o futuro historiador, ao ler estas linhas, confronte as com as que figuram na pagina da « Vida Capichaba » da edição no começo já referida.

Eis, enfim, o soneto, cuja copia consegui para a reproducção premeditada.

O HEROE BERNARDO

Fostes um bravo muito mais ousado
Que as vagas do Oceano enraivecidas,
Porquanto a ellas cento e tantas vidas
Vós arrancastes, louco sublimado !

Já uma vez havieis affrontado
As formidaveis ondas contorcidas,
Que arrebatavam tudo . . . enfurecidas,
Já tendo o cruzador espedaçado !

E quando o mar, insolito, invencivel,
Dizia aos ceus, desafiando a Deus :
— Daqui, ninguem ha de escapar á morte !

Vós replicastes logo, em tom mais forte :
— Daqui nem mais um só, são todos meus !
E o mar vencido, então, rugiu terrivel ! . . .

Victoria, 1887 Olympio Hygino

Com a transcrição do inspirado soneto e com o cliché do « Caboclo Bernardo », jamais publicado nos jornaes de nossa terra, julgo que a « Vida Capichaba » presta serviço relevantissimo ao futuro historiador espirito santense e *ao artista que tiver a honrosa incumbencia de esculpir no bronse a figura sýmpathica do grande heroe capichaba, natural do velho municipio de Linha-*
— Bernardo José dos Santos,

Valorizemos o que é nosso.

Rio — I — I — 927

J. C. (José Candido)

POST MORTEM

O caboclo Bernardo dos Santos

Agora o saudoso heroe, a velada reliquia, ali na sua choupana, emergindo-se da alva planicie arenosa, á sombra do cajueiro, já não mais escuta o ribombar das vagas e nem do tope da atalaia espreita ao longe o navio que demanda o porto. Não mais, emfim, o vemos, no seu perfil de adestrado marujo, aproar enfunada a catraia ao ancoradouro e fincar sereno o signal de entrada á embarcação que se approxima, porque, vario como é o destino, sobre elle pesou a desdita, ceifando-lhe a existencia e nem siquer colhendo-o depauperado no leito da molestia, entre a paz do lar e o carinho confortador da esposa; não! Foi a bala traiçoeira de um scelerado, infame e covarde assassino, que, sem uma justificativa do acto, feriu-o em pleno peito.

Mas, oh! extranha força do destino, tu que no momento da extrema agonia predestinaste o humilde filho do povo, qual anjo bemdito, a arrebatár á morte certa aquelle que se nobilitara no serviço e amor á Patria; que o cingiste com a palma da victoria e lhe déste um templo no coração de cada um dos sobreviventes, porque, impiedosa abandonaste-o á sanha e ao sacrilegio de um prossesso?

Oh! foste cruel na inflexibilidade de teus desígnios, negando ao heroe a morte de um justo!

—Morro, disse elle, tombando entre o solo e os braços da esposa afflicta.

Era a 3 de Junho do anno findo, e a povoação se encontrava na sua placidez habitual, e só-se ouvia na costa o rumor monotono das vagas impellidas pelo nordeste, sob um ceu de violetas. Subito, irrompe em frente á casa de Bernardo o famigerado alcoolatra Leonel Fernandes, á procura da amasia espavorida; e suppondo-a ali na mesma casa, para e espreita. Bernardo, então, por precaução fecha toda a frente e foi o bastante para que o perverso quizesse justificar a sua sêde de sangue!

Avança empunhando uma pistola, força uma das janellas, e fitando o vulto de Bernardo alveja-o em pleno peito! E o miseravel quer mais sangue! Resiste á turba que o quer linchar, e por fim submete-se á prisão. E hoje, no carcere, elle espia o seu barbaro crime, e quem sabe, se já arrependido deante do espectro de sua victima.

Immensas foram as manifestações de pesar de todos os habitantes da povoação, que veneravam e respeitavam o seu heroe.

Bernardo contava 50 annos e era natural da mesma povoação; desde jovem dedicou-se á vida de marujo.

Completando, finalmente, as memorias do saudoso Bernardo, e querendo ao mesmo tempo prestar o devido culto ao ultimo periodo do 2º Imperio e seu Governo, sob a regencia da princeza Izabel de Bragança, dou em seguida o texto da carta, pela qual foi instituida a medalha de 1ª Classe, como premio ao grande feito de Bernardo.

Eil-o:

Eu, a Princeza Imperial Regente, em nome do Imperador o sr. D. Pedro II: Faço saber aos que esta carta virem que, attendendo a dedicação não commum pela humanidade que mostrou o remador da catraia da barra do Rio Doce, Bernardo José dos Santos, salvando com risco da propria vida as de muitos individuos, por occasião do naufragio do

«Imperial Marinheiro», occorrido na madrugada de 7 de Setembro proximo findo, a duas milhas ao sul daquelle barra, e querendo dar-lhe uma demonstração de meu Imperial agrado, por tão importante serviço: — Hei por bem fazer lhe mercê da medalha de 1.ª classe designada pelo art. I das Instrucções a que se refere o decreto 1579 de 14 de Março de 1855.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Outubro de 1887. 66.º anno da Independencia do Imperio—(ass) Princeza Imperial Regente—Barão de Cotegipe.

Collatina, 21 de Abril de 1915.

J. C.

AS PRIMEIRAS NOTICIAS PELO TELEGRAPHO

O primeiro telegramma recebido confirmando:

Carta de Riacho confirma o que já lhes disse sobre o naufragio do «Imperial Marinheiro.» Attribue-se o sinistro a erro da derrota. Um dos naufragos só conseguiu alcançar a terra ás cinco horas da tarde de 8.

Os naufragos são:

- 1.º ten. A. Indio do Brasil
- 2.º « Rolim Pinheiro
- 2.º « Alfredo Azevedo Alves
- 2.º « Francisco Mattos
- 2.º « Murça
- Guarda marinha Manoel da Silva Pinto
- 2.º cirurgião dr. Josino Carvacha
- Commissario Manoel Cesar de Sá
- 1.º Machinista Targino de Sena Ferreira da Cunha
- 3.º Machinistas Dutra e Figueiredo
- 4.º machinistas Lobo e Thomaz

Os demais «Imperiaes Marinheiros»

Morreram:

Um guarda marinha — Francisco de Paulo Mello
Alves

2 praticantes — Francisco Dias Braga e Frederico Candido de Andrade

3.^a e 4.^a machinistas, dois creados, um foguista e cinco «Imperiaes».

Foram salvos, ao todo, 120 naufragos.

O telegramma affirma que no Riacho os naufragos foram explorados pelo dono de uma bodega, que se portou de um modo mesquinho. Pretendeu augmentar a escassa feria do balcão, vendendo copos d'agua á marinheiragem, bem como colheres de assucar.

Esse procedimento indigno do character e da hospitalidade espirito-santense foi o unico singular flagrante.

Logo que ficou acclarada toda a situação do naufragio do cruzador e que se constatou o heroismo inedito de Bernardo, o então inspector dos Telegraphos Sr. Delecarliense Araripe chamou-o com insistencia a esta capital, donde Bernardo seguiu para o Rio.

COMO «A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO» DESCREVEU A CATASTROPHE

Na madrugada de 7, a 1 hora e meia da madrugada, navegando a vella e a vapor, o «Imperial Marinheiro» no rumo de NNE, com velocidade de 11 milhas a hora, bate sobre o pontal do Rio Doce, numa distancia de cento e vinte metros da praia.

O commandante, chamado ás pressas, praticou todas as manobras precisas e usou de todos recursos possiveis para safar o navio. Mas... todo o esforço foi inutil. Minutos após o choque, as machinas não podiam funcçionar, e as ondas enfiurecidas e alterosas dominavam o convez do navio, e a agua penetrava nos porões.

Conhecida a situação precaria da tripulação, que alli pereceria inteira, não fosse de prompta socorrida, tratou-se de apparellhar os meios, mas nada-se conseguindo devido a escuridão.

Pela manhã, um bote tripulado por doze ho-

mens foi até a praia para tentar o serviço de salvação: o mar, porém, despedaçou a fragil embarcação, e dos tripulantes um foi victimado, salvando-se os outros onse. Estes ficaram na praia impossibilitados de soccorrer os seus companheiros de infortunio.

Um pescador do logar, um caboclo de nome Bernardo, homem de coragem e destemido, vencendo a distancia, levou a bordo o cabo que o escalor havia trazido á terra.

Esse bravo pescador, o « Imperial Marinheiro » Faustino Antonio e José Pedro, caboclo paraense, foram os heroes daquella luta medonha, bem como o foguista Manoel Felix.

Só o bravo e humanitario marinheiro Faustino Antonio, só elle, arrancou ao mar mais de sessenta vidas.

Os nomes desses tres obscuros filhos do povo devem ser lembrados e repetidos por todos corações sensiveis, por todas as almas boas, como exemplo de abnegação e de heroismo.

Estabelecido o cabo de vae e vem, graças á bravura inescedivel do pescador Bernardo, salvou-se por elle parte da tripulação, e uma outra parte com uma jangada construida ás pressas.

O estimado guarda marinha Mello Alves pereceu depois de muito lutar: duas vezes o cabo Rolim atirou-lhe o cabo; mas elle um tanto precipitado adiantara-se em atirar-se ao mar, sem saber nadar, não poude resistir ao choque das ondas e afundou-se.

O commandante ficou com a mão direita ferida; diz-se que o ferimento foi produzido na occasião em que o navio, já dominado pelas aguas, elle tentava tirar da Camara o roteiro da costa.

Depois de reunidos os naufragos em terra, seguiram todos para a povoação de Regencia, onde tiveram os primeiros agasalhos.

Ouvimos geraes elogios á hospitalidade e aos sentimentos humanitarios do nobre povo de Regencia, bem como da população de Riacho.

Os nomes de nossos amigos Capitão Basilio Emilio e Deoclecio Passos Costa são respeitados com merecidos encomios pelo muito que fizeram em favor dos naufragos.

Ainda no mesmo periodico de 15 de Set. de 87, lemos o interessante topico :

As mulheres da povoação de Regencia portaram-se de um modo digno de todo elogio.

Foram ellas, essas frageis creaturas, que tem o coração maior que o mar, pela pujança de sentimentos de caridade e de amor que excitaram a coragem ao pescador Bernardo para fazer a travessia tenebrosa, e quiçá, apressarem os soccorros do agasalho e hospedagem em que tanto se distinguia a população da localidade.

Com o producto da collecta popular poudese comprar uma casa na povoação de Regencia, e offertal-a á familia do destemido caboclo, devendo se obter que elle venha a capital para ser photographado e seu retrato enviado á Revista Illustrada, em cujas paginas sem duvida vão figurar os seus collegas de heroismo Faustino Antonio e Miguel Felix, tripulantes do « Imperial Marinheiro ».

COMO FOI RECEBIDO EM VICTORIA O CABOCLO BERNARDO PELO POVO E PELO GOVERNO DO ESTADO

(DO ESPIRITO SANTENSE DE SETEMBRO DE 87)

Como haviamos noticiado, chegou terça feira, ás 9 Horas da noite, o heroe principal do salvamento dos naufragos do » Imperial Marinheiro ».

Descrever o entusiasmo do povo por esse homem que tornou-se recommendado por seus feitos no fatal acontecimento — é impossivel.

Desde a tarde o povo, em massa, dirigiu-se a esperal o no extremo da cidade, desde que veio a seu conhecimento que havia partido da Villa de Santa Cruz, ás seis horas da manhã.

O bairro da « Capichaba » se havia illuminado, e foguetes de quando em quando subiam aos ares em signal de regosijo.

A' noite, correndo o boato de que elle se aproximava da cidade, a sociedade « Filhos da Montanha », que havia se reunido para recebello, sa-

hiu da casa de seu Presidente, o negociante José Pinto Guimarães em *marche aux flambeaux*, organizada a expensas, unicamente, deste distincto cavalheiro, e dirigiu-se á Capichaba e alli esperou com a banda de musica de S. Benedicto, de de S. Francisco, e a sociedade MEPHISTOPHELES, tambem preparada para esse fim, que chegasse o heroe da festa, emquanto que o povo, cada vez mais se aglomerava, sendo composto de todas classes sociaes.

Às nove horas, quando estavam todos convencidos de que não chegava nesse dia Bernardo dos Santos, e preparado para retirar-se porque a chuva apertava, eis que como o digito do sol ao apparecer no pincaro da montanha, que é saudado pela humanidade, appareceu Bernardo dos Santos, caboclo de origem, moço vigoroso, olhar scintillante, feição sympathica, que foi logo rodeado pelo povo que o abraçava e cingia assim a si, sem distincção de classe; emquanto ao ar subiam girandolas, tocava a banda de musica, e era aclamado com vivas estrondosos, que partiam de todos os lados.

Em seguida, organizada, novamente a comitiva, tendo á frente a musica, em «marche aux flambeaux», seguiam todos para o centro da cidade, dando o braço ao heroe da festa os nossos amigos Delecarliense Araripe e João Aleixo, parando, de quando em quando, em frente a diversas casas, dissertando das janellas das mesmas os srs. Sebastião Costa, Deocleciano de Oliveira e José Lyrio, onde era saudado com vivas e brados por diversos cavalheiros, sendo distribuida uma epopéia por parte da redacção da Folha do Povo, de Victoria.

Depois de pequena parada em frente á casa do sr. Inspector da Linha Telegraphica, onde foram atiradas muitas flores, e levando-se ao ar muitos foguetes, o prestito seguiu para Palacio, onde S. Exa. o Sr. Presidente Dr. Antonio Leite, rodeado do pessoal de sua Secretaria, achando-se presentes, o Sr. Dr. Chefe de Policia, autoridades e amigos, esperavam, no patamar da entrada de Palacio, a chegada do bravo e philantropico Caboclo Bernardo dos Santos — que foi re-

cebido por S. Exa. o Sr. Presidente da Provincia e que descera os degraus da escada e viera abraçar-o á entrada.

Dirigidos todos aos vastos salões do palacio do Governo, que se achavam devidamente ornamentados, e preparado um copo d'agua a todos os convivas, S. Exa., em phrases eloquentes e commoventes, saudou aquelle que recebia o triumpho de seus heroicos feitos, fallando em seguida o sr. Delecarliense Araripe, deputado Ignacio Pessoa, capitão João Manoél, ten. Indio do Brazil, José Candido de Vasconcellos, Luiz Carreira e Ant. Guimarães, sendo rematados os discursos por vivas e estrepitosas palmas e peças de musicas, executadas pela banda Caramurú.

Depois de obsequiados, todos em geral, por S. Exa. o Sr. Presidente, sahiu o prestito a cumprimentar a redacção dos jornaes « A Provincia » « A Gazeta de Victoria », « A Folha de Victoria » alli fallando, das janellas da redacção, o sr. Candido Costa, seguindo depois para a redacção do « Espirito Santense » e alli fallou o Cap. Calmon, e, em seguida, os srs. cadetes Gamen, Pacheco, e Alferes Fortuna, onde os « bravos e vivas » tornaram-se de entusiasmo inaudito.

Dirigiu-se depois o prestito para a casa do nosso amigo Araripe, onde se achava hospedado o inclito Bernardo dos Santos, por pedido feito e concessão de S. Exa. o Sr. Presidente, que mandou preparar em Palacio logar para elle ser acomodado. — Alli ainda foi muitissimo saudado o heroe.

DESCRIPÇÃO DE « A PROVINCIA » (Parte de um trecho)

Em palacio, o bravo marinheiro teve uma recepção condigna por parte de S. Exa., o sr. Antonio Leite, que, em palavras encomiasticas, recordou o alto feito de abnegação e patriotismo.

Ahi, tambem discursaram os srs. deputado Ignacio Pessoa, Antonio Guimarães (em nome dos « FILHOS DA MONTANHA ») e outros cidadãos.

Todos foram unanimes nos merecidos elogios

á coragem e á bravura do humilde marinheiro Bernardo.

EM OUTRA PARTE

O sr. Delecarliense Araripe, inspector do districto telegraphico, recebeu e 'agasalhou em casa de S. Exa. familia, onde ainda se acha o destemido nadador, e lhe tem proporcionado uma hospedagem toda cavalheiresca, que muito honra aos seus sentimentos.

Bernardo José dos Santos vae ser hoje vacinado pelo n/ amº dr. Goulart de Souza, que se offereu espontaneamente para essa operação, sabendo que elle vae até o Rio de Janeiro, onde está grassando a variola.

O Club Naval, segunda projecta o sr. Iº ten. Indio do Brasil, que hontem partiu para a Côte, promoverá festas para a sua recepção e galardoará com o auxilio da Imprensa o merito do bravo caboclo.

Hontem, um dos redactores da « A PROVINCIA » visitou o intrepido Bernardo.

E' um vistoso typo de pura raça brasilica, de estatura acima da media, reforçado, physionomia franca e atrahente, olhar vivo e brilhante.

Tem 28 annos de idade, e é solteiro. Desde 8 annos que se entrega á vida do mar como tripulante de navios mercantes.

Conta com a maior naturalidade seu grande feito: ELLES IAM MORRER — DISSE-NOS — NINGUEM ACUDIA-OS, EMBORA NA PRAIA TODA GENTE ESTIVESSE AGGLOMERADA E TRISTE; EU VI O NAVIO PERDER-SE E ENTÃO PRENDI O CABO AOS DENTES E ATIREI-ME AO MAR PARA SALVAL-OS.

RAZÃO DA VIAGEM DO CRUZADOR IMPERIAL MARINHEIRO

O Cruzador IMPERIAL MARINHEIRO dirigiu-se aos Abrolhos, afim de verificar a procedencia de uma denuncia do Almirante MONCHEZ,

director do observatorio Astronomico de Pariz, communicando ao Barão de Tefé que alguns transatlanticos francezes tinham tocado em um bando de coral, no trecho mais navegado no canal dos Abrolhos, onde se desenvolve com grande exuberancia o polypo coraligene.

Era, portanto, uma denuncia grave que, a ser verdadeira, punha em risco a navegação, em passagem tão frequentada por paquetes que, buscando encurtar caminho, demandam o canal.

O Barão de Tefé conferenciou com o Ministro da Marinha e o ajudante Geral da Armada, sendo posto á sua disposição o cruzador « Imperial Marinheiro » que, com uma comissão hydrographica a bordo, devia dirigir-se ao archipelago dos Abrolhos, afim de conhecer da existencia do referido chaperão.

O Cruzador sahirá no dia 5 do corrente, ás 11 horas da manhã, levando o seu commandante, sr. cap. ten. Calheiros da Graça, da Repartição hydrographica, instrucções do sr. Barão de Tefé, regularisando o trabalho a executar, e as providencias a tomar para o bom desempenho da missão.

Do O PAIZ

MANIFESTAÇÕES DOS PERIODICOS DE 87 SOBRE O CABOCLO BERNARDO

« A Provincia do Espirito Santo », de 23 de Setembro.

O interpretado Caboclo Bernardo.

Não é um litterato, um rethorico ou um grammatico de linguagem portugueza, que vem mostrar-se ante os rasgos de heroismo dum tigre nepetuniano.

Não é um erratico estrangeiro, suiso italiano, que possui em si um coração inteiramente humanitario e conhecedor do bem e do mal.

Assim como um atomo de areia que levanta é livre aragem, meu todo enthusiasmo ante tão elevado acto de intimo bondade que vem de praticar o Caboclo Bernardo, torna-se inspirado

e tanto que busco dar-lhe aqui um *bouquet* de inteira gratidão feito de flores do jardim do reconhecimento.

Esse heroe das ondas, salvador de tantas victimas preciosas, não deverá por forma alguma, ser atirado ás obscuridades do olvido.

E oxalá que o mundo brasileiro saiba agradecer-lhe, justamente, como merece.

Elle procurou salvar aquellas victimas da catastrophe do « Imperial Marinheiro », mas estamos certos de que esse homem não procurou saber se aquellas victimas pertenciam a esta ou aquella nação, quiz apenas de motu proprio salvar os seus semelhantes.

E obtive a gloria para vencer.

Bernardo, meu heroe,
Escuta meu canto
E' cheio de gloria,
Que eu quero fallar;
Alguem pereceu,
Mas outros ainda,
Relembra teus feitos,
Gigantes do mar!

E assim, inteiramente orgulhoso, ergo um bravo ao caboclo Bernardo.

Victoria, 21 de Setembro de 1887.

Um estrangeiro

Vejamos outra manifestação impressionante:

Convencido de que o valor do Indio Bernardo, por ocasião do naufragio do transporte de guerra « Imperial Marinheiro » foi somente a Virgem N. S. Penha, que attendeu ao clamor dum povo afflicto, e que com fé implorava a sua divina misericordia, neste sentido fiz este.

SONETO

Estava a mãe de Deus em seu convento,
Com os anjos e de luzes rodeada,
Quando o navio por seu nome ser chamado,
Por afflictos que pediam salvamento.

A Santissima Virgem em um momento,
A' praia dirigiu-se (*)
Em Bernardo, cuja alma foi guiando
Pelo esbelto pharol do firmamento.

Eis Bernardo, um heroe guerreiro e forte,
Que de um poder divino revestido,
A nado foi a bordo do transporte

« Imperial Marinheiro » que perdido,
Já estava e salvara assim da morte
Os naufragos que lhe dão louvor subido.

Por B. dos Santos.

(*) O original neste ponto estava rasgado.

COMO DESCREVEU O NAUFRAGIO DO IMPERIAL MARINHEIRO O SR. 1º TENENTE ARTHUR INDIO DO BRASIL

O naufragio do cruzador « Imperial Marinheiro » teve lugar a uma hora e quarenta minutos da madrugada de 7 de Setembro, com os horrores que descreveu a « A Provincia » em numeros anteriores, e durante todo o resto da manhã até ás 8 horas não foi possivel salvar-se um só homem, além dos doze marinheiros que guarneceram o escaler, que chegou á praia em destroço.

Pois bem, a despeito da impetuosidade das vagas encapelladas, que como montanhas alteiras varriam de instante a instante o tombadilho, tentando arrebatrar em sua furia indomavel a tripulação que, esperando um meio de salvação se agrupava nos pontos mais elevados do navio, viu de repente um homem bronceado, de aspecto brasileiro, atirar-se ao mar e nadar para bordo.

A' indicação dos officiaes, o caboclo Bernardo, que assim se chamava esse gigante, nadou em direcções em busca de alguns fluctuadores que tinham sido atirados com cabos, mas a corrente violenta não permittia que delles se approximassem.

Bernardo volta á praia, e, de novo investe á furia das ondas, chega perto do cruzador, de onde recebeu o cabo de vae e vem ou antes o cabo de salvação para os naufragos.

Uma vez fixo esse cabo a bordo, começaram os primeiros homens a fazer a passagem; mas, o estado de fraqueza em que se achavam quasi todos, já para vencer os primeiros momentos sobre o cabo, e o impulso do mar que galgou o convez do navio para despejar-se em catadupas medonhas, de outro lado fizera morrer alguns daquelles que tentaram tão difficil tarefa.

E maior seria a hecatombe si do mesmo heroe Bernardo não nascesse a ideia de aproveitar a unica e mais fragil das embarcações do « Imperial Marinheiro » para, juntamente com as praças de bordo — Felix e Faustino — até então proximo do navio, receber dois a dois todos aquelles que dispunham salvar.

Nestas viagens de ida e volta, a *chalana* virou varias vezes, e os tres valentes marinheiros, como que protegidos pela providencia conseguiram levar-a para a praia, esgottal-a para novamente proseguirem na alta missão humanitaria.

E assim foram salvos quasi todos os tripulantes do cruzador, alguns dos quaes já desfallecidos e sem forças para se moverem teriam sido sepultados no proprio navio.

Durou esta lucta ingente mais de cinco horas, e Bernardo com seus intrepididos companheiros não se mostrou exausto, ao contrario, fortalecido no proprio heroismo, parecia prompto para recommear a lucta.

E', pois sem duvida, a este desconhecido, mas nobre espirito-santense, principalmente, que devemos a vida pelos seus inauditos esforços, e coragem sem igual, tantos compatriotas distinctos; e é portanto, tambem nesse homem extraordinario que está resumida a sublimidade de tão horroroso desastre.

O CABOCLO BERNARDO

DO «O PAIZ»

Chegou hontem á Côrte, a bordo do paquete nacional ESPIRITO SANTO, o valente e humanitario pescador Bernardo José dos Santos, a quem grande numero de nossos compatriotas officiaes e praças do cruzador Imperial Marinheiro devem a salvação da vida, quando a morte se lhes offerencia imminente e faltavam-lhes todos os elementos para se retirarem da critica posição em que os collocara o naufragio do navio.

A marinha brasileira devia ao corajoso pescador immenso reconhecimento, e sua gratidão era incommensuravel, e os jovens officiaes congregados a seus superiores deliberaram receber aquelle homem como elle merecia, como tinha direito de esperar.

Logo depois de fundear o paquete, grande numero de escaleres conduzindo commissões do Club Naval, do Corpo de Imperiaes Marinheiros, e navios das divisões de cruzadores e encouraçados, rodearam o «Espirito Santo», lendo se em todas as physionomias a ansiedade e o desejo de conhecer o intrepido pescador.

A commissão do Club Naval compunha-se dos ten. Matta, Muller e Rolim Pinheiro, da Escola Naval do guarda marinha Miranda e a do corpo de Imperiaes Marinheiros, do 2º ten. Raul Augusto Fernandes.

Saudado o benemerito espirito santense, embarcou elle num escaler bem guarnecido e convenientemente preparado, generosamente offerecido pelo cruzador PARNAHYBA.

Desembarcando no Arsenal de Marinha, onde o aguardava grande numero de officiaes da Armada e classes annexas, Bernardo foi convidado a subir á residencia do sr. barão de Ivinheima, onde este e o sr. Cap. Ten. Pereira Pinto lhe dirigiram as mais affectuosas expressões.

Seguindo depois em carro para o Club Naval, foram ali erguidos varios brindes ao cham-pagne, sendo estrepitosamente victoriado o denodado nadador.

O sr. 1º ten. Indio do Brasil offereceu hospedagem em sua residencia ao humanitario pescador, que acceitou e dalli seguiu em sua companhia.

Transcripto da «A Provincia do Espirito Santo» de 5 — 10 — 87.

DENTRE AS NOTICIAS GERAES DO CORRESPONDENTE DA «A PROVINCIA» DESTACA-SE O SEGUINTE, SOBRE BERNARDO.

Em companhia do 1º ten. Arthur Indio do Brasil e Francisco Pordeus da Costa Lima, visitou-nos o bravo pescador Bernardo, que tanto se distinguio na manhã de 7 do passado, salvando cerca de sessenta naufragos do cruzador Imperial Marinheiro.

Foi com orgulho que estreitamos nos braços esse homem simples e corajoso que, com perigo de vida, não hesitou um só instante em affrontar as ondas encapelladas, afim de arrancar-lhes a presa que estavam prestes a devorar.

O Governo Imperial já cumprio o seu dever, distinguindo-o com a medalha humanitaria de 1ª classe.

O premio, porem, que mais grato deve ser ao coração do modesto pescador é a consideração e o respeito e o reconhecimento com que o tem rodeado seus comprovincianos, a população desta capital e os officiaes e marinheiros camaradas daquelles que foram zelosos para elle com tanta gallardia e abnegação.

Bernardo, nascido e creado em uma pequena povoação proxima á foz do Rio Doce, acostumado a affrontar as iras do oceano, e nas horas de repouso a contemplar a natureza imponente e selvagem de seu berço natal, está como vendado no meio de borborinho desta populosa capital, e olha admirado para os que respeitosos o cercam com solicitude e atenções, parecendo-lhe extraordinario que liguem tanta importancia a uma acção, que para elle, coração generoso e simples, parece a cousa mais natural deste mundo.

Bernardo já sente a nostalgia do torrão de seu nascimento, de sua pequena cabana, de seu barco de pesca e do ar puro impregnado de emanações do oceano.

Falla com insistencia na volta, mostrando-se agradecido até as lagrimas, por tudo quanto por elle se tem feito.

Agradecendo lhe a gentileza de sua visita, faremos votos para que, rodeado dos entes que lhe são caros, tenha uma existencia feliz, e damos os parabens á Provincia do Espirito Santo, por contar no numero de seus filhos um homem tão heroico e humanitario como o pescador BERNARDO.

SUBSCRIÇÃO PUBLICA EM FAVOR DO DENODADO PESCADOR BERNARDO

(Do «O PAIZ» de 5 de Outubro de 87)

O Club Naval, em exercicio da elevada representação que condignamente tem na nobre corporação da armada, resolveu promover uma subscrição popular a favor do pescador BERNARDO, do heroico salvador dos naufragos do Cruzador Imperial Marinheiro.

A commissão do Club, composta dos srs. Cap. ten. Calheiros da Graça e 1º ten. Arthur Indio do Brasil e Estevão Adelino Martins, nos procurou hontem para nos communicar a generosa deliberação do Club e pedir a cooperação, que de todo o coração lhe prestamos, para que ella se realise com a maior vantagem para aquelle benemerito cidadão e maior lustre para o Club Naval.

O publico corresponderá ao pedido que ainda uma vez se lhe faz, em nome dos sentimentos com que sempre tem attendido a sua inesgotavel liberalidade.

No escriptorio desta folha se receberá qualquer donativo a favor do pescador Bernardo.

DO ESPIRITO SANTENSE DE 26 — 10 — 87

REPORTAGEM DA CORTE

Numa das notas da Reportagem da Côte, lê-se, no jornal acima, o seguinte :

No vapor de 11 do corrente, regressou para a Provincia do Espirito Santo o benemerito e destemido pescador Bernardo José dos Santos, que tão assignalados serviços prestou por occasião do naufragio do cruzador « Imperial Marinheiro », salvando a muitos que de certo pereceriam se não fôra a sua coragem e intrepidez.

Despediu-se cavalheirescamente, não só da Imprensa, indo a cada uma das redacções, como de todas as pessoas que o obsequiaram.

O governo mandou-lhe dar passagem de 1.^a classe.

O que nós prevíramos, realizou-se: não lhe deram uma pensão ao menos, durante a vida.

Que viva feliz no meio dos seus e saiba a Assembléa Legislativa de sua Provincia distinguil-o tambem, concedendo-se-lhe uma remuneração vitalicia, ainda que seja pequena, uma etapa, por exemplo igual á que percebe a praça de Policia, para que a desgraça, senão a miseria, não entre na sua propria cabana.

Continua aqui aberta a subscrição popular nos escriptorios das folhas diarias.

COMO SE EXPRESSOU O DIARIO DE NOTICIAS:

Chegou hontem de Victoria, a bordo do paquete « Espirito Santo », o pescador Bernardo, que tantas vidas salvou, por occasião do naufragio do cruzador « Imperial Marinheiro ».

Foi recebê-lo a bordo uma commissão do Club Naval, todos os officiaes salvos do naufragio e grande numeros de marinheiros, que tambem lhe devem a vida

Foi uma scena commovente aquelle encontro, o pobre pescador com os olhos razos de lagrimas, commovido pela honrosa manifestação que lhe faziam, não tinha palavras para fallar, tal

era o prazer que sentia ao ver ao seu lado muitos dos que elle salvara de uma morte certa.

De bordo do Espirito Santo, dirigiram-se para o Arsenal de Marinha, onde a familia do sr. Barão de Ivinheima recebeu o denodado pescador com flores.

Houve então quem visse uma lagrima correr pela face rugosa do pescador, que sentia o coração cheio de jubilo por esta recepção.

Seguiu-se depois para o Club Naval, onde foi servido um *lunch* em honra do pescador Bernardo, trocando-se muitas saudações. O pescador Bernardo acha-se hospedado em casa do 1º ten. Indio do Brasil, um dos naufragos salvos por elle.

A MEDALHA COM QUE FOI AGRACIADO O CABOCLO

E' de ouro e tem as inscripções determinadas no decreto que estabeleceu esta distincção, para os que prestam serviços relevantes á humanidade.

A data porem do feito glorioso do bravo espiritosantense está gravada, erradamente, lendo-se 8 de Setembro de 1887, quando o naufragio deu-se a 7 e neste tempo Bernardo praticou a acção heroica que o immortalisou e cobriu de benções.

Aqui consignamos esta rectificação, para evitar equivocos aos futuros archeologos,

RETORNO A REGENCIA, DE BERNARDO

« A PROVINCIA » de 19 de 10 de 87.

Seguiu hontem, pela madrugada, para o Rio Doce, o intrepido pescador Bernardo José dos Santos.

Na vespera da partida, Bernardo despediu-se das redacções dos jornaes e jantou com o nosso collega de Imprensa dr. Pessanha Povoas, da A GAZETA.

Foi tudo quanto pudemos colher no noticiário dos periodicos daquella epocha sobre o retorno do grande e obscuro espiritosantense, que morreu miseravelmente esquecido dos homens e sobretudo daquelles a quem salvou a vida.

UM GRANDE BRASILEIRO QUE MORRE — O
DESAPPARECIMENTO DO ALMIRANTE IN-
DIO DO BRASIL RELEMBRA-NOS A TRAGE-
DIA DO «IMPERIAL MARINHEIRO»—A FIGU-
RA ERIL DO CABOCLO BERNARDO

A Patria Brasileira acaba de enluctar, novamente, com a perda de um de seus filhos, o almirante Marquez Arthur Indio do Brasil e Silva.

O eminente brasileiro nasceu na cidade do Rio Grande do Sul, em 1856, morrendo assim com a idade de 77 annos.

Formado engenheiro hydrographo pela Escola Polytechnica, ao mesmo tempo em que estudou na Escola Naval, se impoz em meio de seus collegas por seu talento e estudiosidade, tendo sido distinguido com importantes commissões pelo Governo da Republica.

Durante longos annos de trabalhos hydrographicos, na costa Sul do Brasil, determinou as coordenadas geographicas de diversos pontos.

Publicou varios e importantes trabalhos scientificos como sejam: descripção dos principaes portos do Brasil — trabalhos e calculos da passagem de Venus (para observar a qual montou seu observatorio ao S. de S. Thomé nas Antilhas, em 1882). Determinação das coordenadas geographicas de diversos pontos.

Era o fallecido membro do Bureau de longitude de Paris.

Na politica desempenhou brilhante papel, tendo presidido a Intendencia de Belem (Pará).

Foi deputado á Constituinte e representou aquelle Estado no Senado nas legislaturas de 1606 e 1614.

Os paes do eminente marinheiro que acaba de fallecer residiam por longos annos nesta capital, onde elle passou parte de sua infancia.

O projecto de «Melhoramentos do Porto de Victoria» nesta capital, é um dos mais perfeitos e intelligentes feitos, sendo a respectiva carta ainda hoje consultada pelos technicos e profissionaes.

A morte tragica de sua esposa muito o sensibilizou, levando-o a uma vida segregada e triste.

Quando do naufragio do «Imperial Marinheiro», na noite de 7 de Setembro de 1887, na foz do Rio Doce, era immediato dessa bella nave, Arthur Indio do Brasil.

O que foi aquelle desastre, ainda hoje os nossos conterraneos que o assistiram e delle tiveram noticia nesta Capital, o relembram, vestindo o das côres mais negras possiveis.

Noite cerrada. A bordo tudo era alegria. A jovem marujada, numa justa expansão patriotica, festejava o grande dia da nossa emancipação politica. De repente a embarcação esbarra. Confusão. Que seria? Ondas enraivecidas banham o «Imperial Marinheiro» que ao envez de ter seguido o devido rumo, acossado pelos ventos em furia, fora jogado á barra bravia do Rio Doce, no momento em que a «pororoca» explodiu impetuosamente, levando toda a tripulação á desillusão de salvamento. As embarcações de soccorro que havia a bordo não resistiram ao embate das ondas rumorosas, espumejantes de ira.

Aquelles que o vendaval jogava á agua, eram tragados pelos anequins e tubarões famelicos, que se assemelhavam a piranhas vorazes.

Não havia mais esperanças de salvação, quando, em meio á magestade das ondas, surge em fragil piroga a figura mascula de um caboclo corajoso e heroico, intemerato e eril: — a cruz do salvador.

Era Bernardo José dos Santos, o caboclo Bernardo, honra de nossa raça, representante lido do sangue de nossos avoengos, quente como o sol de nossos ceus; era a grandeza de nossa alma moldada na sobranceria de nossas mattas annosas — era a indiferença do nosso indige-

na pela vida, salvando a de seu proximo, com o mesmo enthusiasmo com que flecha tabas inimigas na impetuosidade de suas tradicções guerreiras.

Esse heroe ignáro salva, com um cabo de vae e vem, uma grande parte da tripulação do Imperial Marinheiro. Festas lhe foram feitas em Regencia. Nesta capital, quando de passagem pela Corte, onde o esperava todo o mundo official para lhe sublimar o merito, foi consagrado por seus terrantezes.

S. Magestade o agraciou com medalha de ouro, e foi elle um pobre pescador recebido no Paço sob applausos e beijos de olhares curiosos! Sua alma de caboclo se não doudivou pela rutilancia da grandeza. Acabadas as festas, voltou elle sereno para a sua querida Regencia, onde o fomos encontrar em 1906, descalço, andrajoso, esquecido, mas com ar sereno de quem tem certeza de haver praticado um acto nobre na pobreza de sua vida...

Alma de caboclo: Sol do Brasil, magestade de nossas florestas! Se tem as explosões das tempestades terrisonas, tem tambem a serenidade azulea — argentea de nosso ceu, nas noites enluaradas.

O desastre do Imperial Marinheiro, que tantas vidas fulgidas roubou á nossa Marinha de Guerra, que tão dolorosamente arroxou nosso coração, cobrindo de crepe a bandeira Nacional, espalhando a multiplos lares a viuvez, a orphanidade, o infortunio, o desconsolo — trouxe-nos a certeza do valor de nossa estirpe.

O caboclo Bernardo honrou os manes de grande capichaba — Ararigboia -- fundador de Nictheroy. Ambos se sentaram no Paço, levando as credenciaes de seu patriotismo espontaneo e impolluto, de sua abnegação e religiosidade, dando-nos a nós civilisados e ensoberbecidos de saber, lição e exemplo superior.

NOTA.—Este artigo foi publicado, no dia 24 de Março de 1933, no Jornal «O Reporter», que se publicou em Victoria.

HOMENS E COUSAS ESPIRITO - SANTENSES

RUA DA LAPA (actual rua Thiers Vellozo)

E' assim denominada esta via publica, pelo facto de ficar proxima da encosta do morro do Campinho.

Pelo seu nenhum valor, teve por primitivo nome o de *Rua da Pabulagem*, dado pelo governador Rubim.

Possuia mangue e matto, existindo um estreito caminho que dava passagem para o Campinho, havendo, no fim della, uma ponte de madeira e uma cancella.

Formava uma curva, que terminava proximo ao local, onde está edificado o quartel de policia.

Quem primeiro edificou ahi uma casinha de esteios, com cobertura de palha, foi Lourença Corrêa de Sant'Anna, avó da fallecida d. Ignacia Martins, tendo para sua feitura tirado madeira do proprio morro do Campinho.

Estava d. Lourença armando a cumieira, quando passou o governador Rubim, que lhe perguntou o que estava fazendo e respondendo ella que se occupava na feitura daquella casinha, para residir com seu filho, Rubim proseguiu seu itinerario e com pouca demora mandou dous caboclos auxiliarem-na na continuação da referida casa.

Cremos que fôra nessa occasião que o governador Rubim chamou a rua, que se formava — *Rua da Pabulagem*.

A segunda casa foi feita por Maria dos Santos. As habitações, que nella se edificavam, eram de esteios, com a cobertura e portas de palha.

Dous tecelões existiram nessa rua, um de nome Frederico e outro chamado Joaquim Rodrigues, que chegaram a exportar panno para o Rio de Janeiro, além de vender aqui em Victoria para velas das embarcações e ainda para confecção de lençóis, camisas de trabalhadores e de saccoes proprios para o commercio de farinha, sendo que toda a materia prima, o algodão, obtinham aqui mesmo, em Victoria.

Esses dous pequenos engenhos eram instalados na propria casa em que residiam Frederico e Joaquim, que se mantinham exclusivamente desse ramo de industria, sendo que seus teares jamais deixaram de funcionar em virtude da grande extracção, que os commerciantes davam aos pannos por elles fabricados, pois, até então, bem pouco se usavam os saccoes de aniagem.

Houve, ahi, um cortume, que depois foi retirado, indo se installar á ladeira, que ainda hoje é conhecida por muitos pelo nome de *ladeira do cortume* e proximo a ella um poço, a que davam o nome de *buraco de mãe Theresa*.

Seus moradores, em a maioria, viviam da extracção de lenha no mangue ahi existente, da pesca e da fabricacção de cal, não só em suas proximidades, como na praia da ilha do Principe.

Imaginemos o que fôsse esta rua em outras epocas, se ainda em 1883, lê-se na «Provincia do Espirito Santo» de 25 de abril, uma local em que pergunta se ella existia, ou se era um *mytho* e accrescenta que «as casas, uns pardieiros sem conforto, estavam quasi todas em ruinas e a viella, por onde transitavam os viandantes e os costumados ao giro burguez, á tarde, em direcção ao Campinho, achava-se ericada de matto — quasi uma floresta e que pedia uns *beijos* das enxadas municipaes.»

Na lei do orçamento, a assembléa provincial, em 1860, autorizou o presidente da provincia a mandar fazer o aterrado desta via publica, afim de impedir que, nas grandes marés, fôsse inundado o caminho em direcção ao Campinho, tendo o engenheiro da Provincia orçado os serviços in

dispensaveis com o aterro e um pontilhão em 238\$240 réis.

Creemos que um novo aterro ahi fôra levado a effeito, pois do relatorio do presidente, dr. Costa Pereira Junior, evidencia-se ter sido concluido o aterro desta rua em 1862, ou então o caso de não ter sido levado a effeito o que havia autorizado aquella lei de orçamento.

De vez em quando soffria uns simples reparos no seu calçamento, sendo que, além de outros que têm havido, em 4 de dezembro de 1887, a firma Guerra & Comp. contractou calçal-a pela quantia de 4:200\$000.

Quando autoridade policial desta cidade, o alferes Antonio Ayres de Aguiar, tendo sciencia de que duas familias desherdadas da fortuna habitavam em uma gruta situada no morro do convento S. Francisco, pois, bem escassos eram os proventos que, para a subsistencia, obtinham da venda de cestos e arupembas feitos com a materia prima tirada das mattas adjacentes, para lá se dirigiu, afim de reconhecer a verdade.

Condoído pelo estado em que as encontrou, mandou edificar nessa rua, á sua custa, uma mo desta casa, que dividiu em dous lanços, os quaes entregou elle a estas pobres creaturas para residirem, sem renumeração de especie alguma, e onde permaneceram até que se extinguíram dentre os vivos.

Com o caminhar dos tempos, esta rua, que foi rectificada pelo engenheiro Antonio Francisco de Athayde, é a completa anthitese do passado.

Nella encontram-se predios, que lhe dão outro valor e novas construcções se fazem em honra do embelezamento da cidade.

Para a construcção da Villa Militar, da qual fallamos no capitulo—Quartel de Policia—, o presidente do Estado, coronel Marcondes Alves de Souza, em 29 de abril de 1913, por decreto, declarou de utilidade publica a desapropriação das pequenas casas ahi existentes de propriedade dos

srs. Bartholomeu José dos Santos e Aprigio de Oliveira.

Em epoca remota, não existindo entre nós profissionaes formados, a medicina era exercida por praticos e curandeiros; e no numero desses entravam os benzedores, havendo nesta rua um de *bôa mão*, como se dizia na gíria, que possuia o segredo dos benzimentos para tudo ou para toda especie de molestia; e por isso, era em sua modesta morada procurado pelos crentes que, em troco da pequenissima esportula, obtinham seus serviços.

O menor mal estar de uma criança impertinente, choro, era motivo para se procurar logo esse alvitre.

Galhos de *arruda* e de *vassourinha* formavam o conjuncto therapeutico do benzedor, que tomava ares de gravidade e depois de proferir em voz baixa algumas palavras cabalisticas, mandava depositar os ao fogo, mostrando, em antes como seccas ficaram as folhas.

Durante este acto, bocejando elle e a creança era signal evidente de forte *quebranto*.

Seguia se uma ligeira conversa mui natural sobre o caso e o *profissional*, um tanto contente pelo triumpho, que esperava, proseguia em tom de convicção inabalavel: — muita gente não acredita nessas cousas, mas é a verdade nua e crua. Veja, veja, como já está esta creança, não parece a mesma que ha pouco entrou nesta casa.»

Dizia-se transformar-se o *quebranto* em *ventre cahido*, quando não se benzia antes que passasse uma sexta-feira.

Para se verificar o ventre cahido, collocava-se a creança de forma que se notasse se um lado da perna estava ou não maior que o outro.

No caso affirmativo, não restava a menor duvida; estava confirmado achar-se a creança com o tal *ventre cahido*.

Para este tratamento, era muito commum apanhar-se cisco do encruzamento das ruas, o qual, depois de fervido, era applicado em clysteres ou lavagem intestinal, além da reza ou oração da benzedura.

Pelo benzimento *curavam-se* tambem *erysipela*, *mordedura de cobras*, e muito usual é elle ainda hoje nas roças, não só nesses casos, como para acabar com bicheiras de animaes, além de rezas para acalmar fortes latidos de cães e passar-se em lugares onde haja animaes bravios.

Os remedios constavam, quasi sempre, de frutos e raizes postos em infusão na aguardente.

As febres combatiam-se com a *poaia*, que, nesse tempo, havia em abundancia, na estrada que vae para Jucutuquara.

Além da *poaia*, do *fedegoso*, do *maririçô*, eram communs os purgativos de *pinhão* e da *ma-mona*.

E quando essa medicina caseira tardava triumphar, ou se tornava impotente para debellação do mal, appellavam para a divindade.

Saiba o leitor que, ao passar se em lugares, onde se avistassem animaes bravios, era costume, quando elles trouxessem receios, temores ao viandante, rezar-se o seguinte, que aqui reproduzimos:

«São Bento, agua benta,
Jesus Christo no altar;
Bicho feroz, baixa a cabeça
E nos deixe em paz passar.»

Além disso, não deixa de ser interessante a crença de que as cobras não se moverão do lugar onde estiverem, dando tempo a matal-as, desde que uma mulher grávida dê um nó na barra da saia do vestido.

Era uso, na cura da glandula enfartada, a que o vulgo chama *ingua*, *cortal a*, como se dizia, collocando-se o paciente em frente de uma porta, que tivesse tres taboas, proferindo:—«Esta porta tem tres taboas;—uma, duas e tres»—Isto fazia-se contando da direita para a esquerda e vice-versa, com o pé correspondente ao lado soffredor.

Cousa semelhante usavam os antigos para o soffrimento do baço, o que chamavam— *cortar o*

baço — empregando, porém, em vez do pé uma faca.

O' tempora ! O' mores ! tudo tem obedecido, porém, á ordem natural das cousas: — o progresso.

E assim vamos caminhando, contemplando os laboratorios de instrucção, que se nos deparam aqui, ali e acolá: e, como aquelle raio brilhante, guiador do povo de Israel á terra da promissão, assim elles, esses templos de instrucção, têm conduzido o povo para uma outra era de perfectibilidade, libertando o espirito do atrazo e da ignorancia, que avilta, enfraquece, anniquilla e retrocede a humanidade do caminho de sua romaria moral em busca de ideaes, que se identifiquem com o progresso.

—Dentre esses e outros usos, havia um para *coser de carnes quebradas*, e consistia:—A pessoa que praticava o benzimento munia-se de um novello de linha, de uma agulha, e, á proporção do movimento, que fazia, como se estivesse cosendo, tendo, em antes, feito uma cruz, perguntava ao doente:—*que còso ?*—o doente respondia: *carne quebrada*.

A esta resposta, proseguia a pessoa a que se achava affecto o benzimento:

«Eu te coso,
Carne quebrada.
Nervo torto,
Osso desconjuntado.»

Repetia isso tres vezes.

Para flatulencia, a que chamavam *ventosidade*, era muito commum rezar-se em cruz sobre a parte exterior:—Jesus é o sol, Jesus é a luz—Jesus é o sumo da verdade—assim, como estas palavras são gloriosas—sae de F. este flato de ventosidade.»

Batia-se tres vezes em cima da parte doida e, em cruz, rezavam-se o Padre-nosso e Ave-Maria.

Por associação de idéas, nos vem como uma nota dissonante dos nossos usos e costumes, o

habito, que havia, de se pregar medo ás creanças, como se diz na giria.

Se a creança não obedecia logo ao mando para que fizesse isto ou aquillo, que lhe era ordenado, não se fazia esperar a porção de cousas para amedrional-a, afim de que ella se mostrasse obediente.

Lá vinham o *Boi-tatá para comel-a*, o nome de algum preto velho, *para carregal-a no samburá* e ainda *almas do outro mundo para puxar-lhe as pernas*.

E isso, além de tornar as creanças inquietas, provocando-lhes excitações nervosas, concorria para, após conciliar o somno, terem pavorosos sonhos, despertarem em gritos, como assombradas, vendo figuras exóticas, almas de outro mundo, diante de si, e a custo poderem de novo dormir e isso depois de cansado o espirito, bastante agitado pelo medo, que lhes pregavam.

E por isso, quantas creanças apresentam defeitos physicos por semelhante absurdo, que não tem explicação na vida educativa?

Quantas proferindo palavras com o acompanhamento de gaguejos e quantas tomadas pelo nervoso, medrosas na accepção da palavra e... ás vezes especies de idiotas?

O que vimos de escrever estava e está na razão directa do modo de alguns, que costumam, quando as creanças são ardilosas e mal ouvidas, prometter-lhes, em certo tom de energia, a sua ida para a escola, como se ella fôsse um lugar *de torturas* e o professor *um espantalho, uma fêra!*

E por esse motivo é que ha creanças que relutam em ir para os templos de instrucção. choram ao chegar esse dia e nelles se apresentam, vendo no professor um inimigo, tornando-se custoso convencel-as do contrario.

Sobre esse ponto de aterrorisar o espirito das creanças, o que talvez não esteja de todo bandido, achamos prudente trazer para aqui o que escreveu um erudito professor italiano: « Quem educa um menino, amolda-lhe o cerebro; tudo o que disser de feio, de aterrorisador e de espan-

toso será como outros tantos espinhos, que lhe deixarão nas carnes e o magoarão por toda a vida. »

« A apprehensão, o temor, os terrores ficam para sempre adstrictos á memoria como uma herida fatal enroscada em torno da razão. »

« Não tão sómente as mães, as amas e os criados, mas as gerações inteiras têm contribuido para desnaturar o cerebro da creança com a barbaridade dos selvagens, que deformam a cabeça dos recém-nacidos sob pretexto de a tornar mais bella !

« Já na Grecia e em Roma se mettia medo ás creanças com os vampiros, que sugavam o sangue, com a mascara dos atellanes, com os cyclopes ou o Mercurio negro, que vinha roubal-as. »

Diz ainda o erudito professor :

« Quando uma creança é já naturalmente medrosa, é melhor não a deixar no escuro e pôr-lhe no quarto uma luz afim de que, quando despertar, possa reconhecer immediatamente o lugar em que se acha e os phantasmas não tomem o lugar da realidade. O orgão visual da creança, muito mais que o nosso, dá aos objectos os mais usuaes o aspecto de espectros, que a perseguem, os contos do serão, as emoções experimentadas ao cahir da noite reproduzem-se certamente em seus sonhos. »

Naquelles tempos, a esta rua dava a nota alegre o rasgado da viola e do pandeiro.

Os *batuques* e *sambas*, que a lei n. 21, de 10 de maio de 1880, prohibiu, em seu art. 27, ficando sujeito a penas os que a infringissem, o *desafio* não se fazia esperar para a alegria de seus moradores e de outras pessoas, que lá iam ter para o mesmo fim

Segundo nos informaram, numa dessas occasiões em que o *desafio* teria de constituir o melhor divertimento da noite, deu-se o seguinte :

O violeiro, que havia afinado o instrumento e passado os dedos pelas cordas, depois de ter vindo do interior da casa, onde lhe haviam servido um bom *trago da canna*, assim começou :

« Afinada está a viola,
Para eu já *começá*,
Quero vê quem têm *substança*,
Para a resposta me *dá* ».

Uma das mulheres presentes e das mais entusiastas pelo divertimento, jogou o chale, que tinha sobre o hombro esquerdo, para cima de uma marquezia já usada e que se achava encostada á parede da sala, tirou o cigarro da bocca, adeantou-se com emphase para a frente do violeiro e deu-lhe o seguinte *troco*, tendo as mãos nos quadris:

« Aqui estou, eu pego não gemo,
Para a resposta lhe *dá*;
Mas nos seus bolsos não cabem,
Traga um *sacco* e um *samburá*.

O violeiro que havia, em algum tempo, convivido com a tal mulher, não gostou muito da quadrinha e julgando que ella fôsse cantada para feril-o, sahiu-se com esta:

« Resposta de quem de mim
Hoje vive sem agrado,
Faço conta, como faço
De um *samburá* já furado ».

Ao pronunciar a ultima palavra, obteve logo o violeiro o seguinte, que, com despacho, cantou a sua contendora:

« Um *samburá* que tem furo
Fica novo, remendado:
Miô que espingarda *veia*,
Com o cano enferrujado ».

Continuaram os dous a retrucar e o desafio tomou proporções taes, que, intervindo o inspector do quartelão, deu ordem para acabar com o divertimento, que recommçou, algum tempo depois, a pedido de diversas pessoas, entre as quaes estava uma comadre, que lhe implorava em *nome do afilhado*.

Recomeçou a brincadeira; e tendo concertado a garganta, olhado para os circumstantes com um todo de gravidade, começou o violeiro:

« O nosso bom *inspectô*
Com sua voz *arrespeitada*
Deu *orde* pra *começá*
Outra vez a patuscada.

A contendora do violeiro, que era uma mulher que sabia *comprar brigas* por qualquer asneira, de novo, sacode-se toda e, num bamboleio, que chamava a atenção, levou as mãos novamente aos quadris e respondeu-lhe:

« Desta *orde* nós sabemos,
Nós sabemos, sim *senhô*,
Não venha mais com gracinhas,
Arrespeite o inspectô ».

Ao que retorquiu o violeiro:

« Não é elle bicho do matto
Nem do *má* é tubarão,
Elle é *home, cumo eu*,
Cumo eu é cidadão!

O inspector, enxergando que nesta quadra o violeiro queria mostrar não temer a sua autoridade, entra na sala e arrancando-lhe das mãos a viola, em tom imperativo proferiu: « Eu bem sei que não sou bicho do matto, nem tubarão, mas sou *autoridade* deste quarteirão e está tudo acabado! »

« Cada um para as suas casas e já, senão inando *trancafiar tudo!* »

Trancafiar queria dizer — prender na cadeia publica.

Não houve desculpas, nem pedidos do zé-povo e da propria comadre, que fizesse demover a terminante ordem do inspector, dando por concluida a funçonata.

Além dessas funçonatas, muito communs naquelles tempos, em certos pontos de Victoria, como na rua *13 de Maio*, conhecida pelo nome

de *Rua do Piolho*; *Becco do Estanque*, depois rua *S. Manoel*, hoje não existente, por ter sido julgada de utilidade publica a desapropriação dos casebres nella existentes, não só em beneficio da hygiene, como do embelezamento da cidade, dando assim ensejo ao alargamento da praça *Costa Pereira*; — no *Mulundú*, *Capichaba*, (rua *Christovão Colombo*) — *Pelames*, onde se acham hoje as ruas *Gama Rosa* e *Coutinho Mascarenhas*, era costume na rua da *Lapa*, em diversos dos seus pardieiros, rezarem-se *ladainhas*, ante oratorios em noites determinadas, como nas dos dias das festas populares de S. Antonio, S. João e S. Pedro e na da ASCENÇÃO DO SENHOR, em que, como se diz, na giria, se emendava o dia com a noite.

O espirito religioso, sempre crescente e animador, fazia com que no seio das familias se ensinasse a doutrina christã aos filhos e pupillos e esse ensino era ministrado pelas proprias mães.

Ninguem se deitava ou se levantava da cama sem rezar, o que tambem se usava ao entrar e sahir da igreja, fazendo o signal da cruz, com agua benta, proferindo: — «Tomo esta benta em remissão dos meus peccados, etc., etc.»

E assim sentiam-se bem esses espiritos, alimentandô-se na robusta fé da religião do crucificado em que foram educados por seus maiores.

Nesse particular de nossas tradições, muito poderíamos relatar aqui aos que nos lêem e não tenham a mais pallida idéa das cousas do passado dessa lendaria terra de Coutinho; mas, nesta occasião, falham-nos á memoria as muitas informações que temos colhido, as quaes escrevemos á proporção que nos vamos lembrando, ao traçar a chronica de cada rua.

Ao terminar, diremos que as trovoadas, apresentando-se como um espantallo, sobresaltavam os corações, intimidavam-n'os extraordinariamente, fazendo abrirem-se os oratorios, accenderem-se velas de cêra, queimarem-se palhas bentas das que eram distribuidas na igreja no *Domingos de Ramos*. Contritamente era rezado o *Bemdicto*, o *Magnificat*, o *Credo* e outras orações, como as de Santa Barbara e S. Jeronymo, havendo o cui-

dato de se esconder os objectos, que pudessem attrahir as faiscas electricas.

Misericordia! Misericordia! era a exclamação que irrompia dos labios dos crentes, nos momentos em que, fortes, se ouviam os estampidos dos trovões, assim como, aos fortes relampagos, exclamavam — Santa Barbara, virgem! S. Jeronymo!

Nessa, como em qualquer outra occasião, não se consentia pronunciar o nome do *diabo*, ao qual chamavam *porco sujo* ou *tinioso*.

As refeições eram servidas pelos genitores e jamais á mesa se sentavam os filhos, sem que primeiro elles tomassem os respectivos lugares, que eram ás cabeceiras.

No acto de pôr no prato a farinha, fazia-se, primeiramente, com ella uma cruz, e rendendo-se graças ao Supremo, rezava-se antes e depois das refeições.

Sem a competente licença, jamais o filho fazia a primeira barba, assim como, sem licença, não tinha a liberdade dos passeios nocturnos, sendo as horas para tal fim contadas.

Demos o ponto final e digamos: — «Tempora mutantur et nos mutamur in illis».

Amancio Pereira

Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

**Aprovados em sessão de
assembléa geral**

CAPITULO I

*Do Instituto: sua séde, seu objetivo
e sua organização*

Art. 1º O Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo, fundado a 12 de junho de 1916, considerado de utilidade publica pelo Decreto Legislativo Federal n. 4.205, de 9 de Dezembro de 1920, e também pela Lei Estadual n. 1.145, de 13 de Dezembro de 1917, é uma associação científico-literaria, de duração indeterminada, tendo por objeto proceder a estudos e investigações concernentes á historia e á geografia em seus diversos ramos, applicando se principalmente ao que se referir ao Estado do Espírito Santo, em cuja capital tem sua séde.

Art. 2º O Instituto procurará realizar os seus fins pelos meios seguintes :

a) coligindo, conservando e classificando livros, documentos, cartas geograficas e tudo o mais que possa fornecer elementos de informação,

constituindo para isso uma biblioteca, um arquivo e um museu;

b) mantendo relações com as associações congeneres, especialmente as do paiz, e correspondendo-se, quando se torne preciso, com bibliotecas, arquivos e museus nacionais ou estrangeiros;

c) publicando uma Revista, que será pelo menos annual, na qual serão insertos trabalhos e documentos que interessam á historia e á geografia, de preferencia aqueles que digam respeito ao Estado do Espírito Santo;

d) celebrando reuniões e conferencias, nas quais se discutam adequados assuntos de natureza científica ou literaria;

e) patrocinando e subsidiando, quando possa, investigações, cujas finalidades coincidam com as suas, bem assim conferindo, quando julgar opportuno, premios a trabalhos especializados, de reconhecido valor;

f) organizando, de acordo com os governos municipais, serviços de informações sobre os respectivos municipios;

Art. 3º O Instituto compor-se-á de numero ilimitado de socios, sem distincção de sexo ou nacionalidade, distribuidos nas seguintes classes:

- a) socios efetivos em numero de 50;
- b) socios correspondentes;
- c) socios honorarios;
- d) socios benemeritos;
- e) socios benfeitores;
- f) socios assistentes.

Art. 4º O Instituto será administrado por uma diretoria, eleita de dois em dois anos pela assembléa geral, e composta de 1 presidente, 1 secretario geral, 1 sub-secretario, 1 orador, 1 orador ajudante e 1 tesoureiro.

§ 1º. Haverá tambem três vice-presidentes que, na respectiva ordem, substituirão o presidente nos seus impedimentos temporarios, ou em caso de vaga.

§ 2º Haverá mais um amanuense, um bibliotecario-arquivista e um zelador, nomeados annualmente pelo Presidente e subsidiados de acordo com as condições financeiras do Instituto.

Art. 5. Bienalmente, serão também eleitas as seguintes comissões, cada uma composta de cinco (5) membros:

- a) comissão de fundos e orçamento;
- b) comissão de historia;
- c) comissão de geografia;
- d) comissão de etnografia e arqueologica;
- e) comissão de admissão de socios;
- f) comissão de estatutos e da revista.

CAPITULO I I

Dos socios, sua admissão, seus direitos e seus deveres.

Art. 6. Para ser admitido como socio efetivo, deverá o candidato residir no Estado do Espirito Santo ha mais de cinco (5) anos e ter mais de (30) trinta annos de idade, e a sua apresentação será feita mediante proposta escrita e assinada por três (3) socios, mencionando-se o nome, por inteiro, do mesmo candidato, naturalidade, profissão e trabalhos ou titulos de recomendação social, scientifica ou literaria.

§ 3º Recebida a proposta, será remettida á comissão de admissão de socios, para dizer sobre a idoneidade do candidato e a conveniencia de sua admissão.

§ 4º Com o parecer apresentado será a proposta discutida em assembléa geral e submettida á votação, por escrutinio secreto.

§ 5º Si houver maioria de esferas brancas, será considerado aceito, e o presidente proclamará o socio efetivo e providenciará para que lhe seja feita a respectiva comunicação.

Art. 7. Identico processo será seguido para a admissão dos socios correspondentes, que serão os nacionais ou estrangeiros que residam fóra do Estado, tendo os requisitos exigidos para efetivos.

Art. 8. Os socios correspondentes, que fixarem residencia no Estado, passarão á classe de efetivos; e os desta classe, quando que vierem a estabelecer fóra o seu domicilio, tornar-seão socios correspondentes.

Art. 9. Só poderão ser socios honorarios:

a) os socios efetivos ou correspondentes com serviços relevantes ao Instituto; ou, quanto aos primeiros, os que tenham desempenhado, por mais de dez (10) anos consecutivos, cargos na diretoria ou nas comissões permanentes;

b) as pessoas notaveis por seu saber, principalmente no dominio da historia, da geografia e no das ciencias anexas, bem como os governadores do Estado.

Art. 10. Socios assistentes serão aqueles que residirem a menos de cinco (5) anos no Estado, e ha menos de dois (2) nesta capital, preenchidas as mesmas formalidades e exigencias para socios efetivos.

Art. 11. O socio assistente cumprirá os mesmos deveres dos socios efetivos e terá os mesmos direitos, exceto o de votar e ser votado. Entretanto, preenchidas as exigencias do presente Estatuto, passará á categoria de socio efetivo, desde que haja vaga nesse quadro.

Art. 12. A' classe dos socios benemeritos poderão ser elevados os honorarios, que muito se salientarem nos seus serviços no Instituto.

Art. 13. A proposta para socio honorario ou benemerito deverá ser assinada por dez (10) socios, no minimo, e conterá as razões da concessão da honraria, seguindo os tramites para aprovação dos socios efetivos.

Art. 14. Pagas as contribuições devidas, o novo socio deverá enviar ao presidente copia do discurso que tiver de proferir na cerimonia da posse, a qual se realizará dentro de (30) dias, contados da data da entrega da referida copia, em sessão previamente designada.

§ 1º Si o discurso contiver opiniões susceptiveis de perturbarem a serenidade dos trabalhos do Instituto, o presidente deverá submetel-o á consideração da diretoria, e si esta o rejeitar, devolve-o-á ao recipiendario, convidando-o a fazer as alterações indispensaveis.

§ 2º Por ocasião da posse, o recipiendario prestará o seguinte compromisso: «Prometo promover, quando em mim couber, o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Espi-

rito Santo, e observar fielmente os seus estatutos. Em seguida, o presidente declarará empossado o novo socio e entregar-lhe-á o respectivo diploma.

§ 3º Depois da posse, o presidente dará a palavra ao recipiendario, que lerá o seu discurso de admissão, respondendo o orador.

§ 4º Os discursos do recipiendario e do orador serão insertos na ata.

Art. 15 O socio deverá juntar á copia do discurso de recepção, minuciosa autobiografia, com os esclarecimentos que julgar convenientes á apreciação de sua individualidade, como membro do Instituto.

Art. 16 As pessoas, que fizerem ao Instituto o donativo da importancia de 1:000\$000, pelo menos, desde que seja o donativo aceito, terão o titulo de socios benfeitores.

Art. 17 Os socios efetivos pagarão 15\$000 de joia, 20\$000 pelo diploma e 12\$000 anuais, cobrados por semestre, adiantadamente.

Art. 18 Os socios correspondentes pagarão somente a joia, na importancia de 25\$000, ficando isentos das demais contribuições.

Art. 19 Os socios elevados á categoria de honorarios, ficarão sujeitos ao pagamento de . . 20\$000 para o novo diploma e isentos das outras contribuições.

Art. 20 São isentos de qualquer contribuição:

a) os socios benemeritos;

b) os honorarios admitidos de acordo com a letra b do art. 9

c) os correspondentes domiciliados fóra do territorio nacional.

Art. 21 E' facultado aos socios efetivos a remissão das prestações anuais, mediante o pagamento de 20\$000.

§ unico Os socios em debito só poderão remir-se depois de solverem as suas dividas.

Art. 22 O socio efetivo que, por espaço de um bienio, não pagar as contribuições anuais, após aviso do Tesoureiro, em carta registrada com recibo de volta, deixará de fazer parte do Instituto, o que será comunicado pelo presidente, em sessão.

Art. 23 Aos socios de qualquer classe expedir-se-á diploma, assinado por todos os membros da diretoria.

Art. 24 Os socios, depois de empossados, receberão um exemplar dos estatutos e a revista, quando publicada, e terão direito a assistir às reuniões, discutir e votar os assuntos nelle suscitados, frequentar a bibliotheca, o arquivo e o museu do Instituto.

§ 1.º Não poderão votar e ser votados nas eleições os socios contribuintes, que estiverem em debito, mesmo somente da prestação relativa ao semestre em que se der a eleição.

§ 2.º Também não poderão receber votos os socios que residam fóra desta capital.

Art. 25 Os socios terão como distintivo uma roseta com as côres de rosa e azul-celeste, para ser usada nas diversas reuniões do Instituto ou nas solenidades em que este se fizer representar.

Art. 26 Os socios aceitos, que residem fóra do Estado, poderão se empossar por procuração passada a algum dos membros do Instituto.

Art. 27 São obrigações de todos os socios:

a) cumprir e fazer os estatutos, e aceitar, salvo motivo justificado, todos os cargos e comissões para que forem eleitos ou designados.

b) prestar ao Instituto todo o auxilio de sua intelligencia e de seu saber, cooperando, do melhor modo, para a prosperidade da associação.

Art. 28 A retirada de qualquer socio não impede mais tarde a sua volta ao quadro do Instituto, observadas as prescrições relativas aos novos socios aceitos, ficando dispensada apenas a cerimonia da posse, da qual serão também dispensados os socios que passarem de uma para outra categoria, bem como os benfeitores.

Art. 29 Nenhum socio será considerado investido nos direitos conferidos por estes Estatutos sem que prove haver pago todas as taxas a que estiver sujeito.

CAPITULO III

Da diretoria, sua eleição e suas funções

Art. 30 A diretoria, composta dos funcionarios especificados no art. 4, será eleita de dois em dois anos, pela assembléa geral dos socios.

Art. 31 Com antecedencia de oito (8) dias pelo menos, será convocada a assembléa geral para o dia (2) de maio do anno respectivo, ou, sendo tal dia impedido, para o dia immediato, afim de eleger a nova diretoria, bem como as comissões permanentes, cuja posse se realizará no dia doze (12) de junho seguinte.

Art. 32 Reunida a assembléa geral, com o numero regular de socios, antes de se proceder á eleição, o secretario geral lerá o relatorio concernente á vida do Instituto do bienio a extinguir-se.

Art. 33 A eleição será feita por escrutinio secreto, observando-se o seguinte:

§ 1º Cada socio dará o voto por meio de uma cedula contendo os nomes dos membros da diretoria, inclusivê dos três vice-presidentes.

§ 2º A apuração será immediatamente feita, proclamando-se, em seguida, os que tiverem obtido maioria de votos.

§ 3º No caso de empate far-se-á novo escrutinio relativo ao cargo sobre cuja eleição se tiver dado o empate, e não sendo ainda o segundo escrutinio decisivo, será considerado eleito o socio mais antigo; e, em igualdade de condições, resolverá a sorte.

Art. 34 Os membros da diretoria podem ser reeleitos, contanto que estejam no gozo pleno de seus direitos, somente recaindo a eleição em socios efetivos ou honorarios e benemeritos residentes nesta capital.

Art. 35 Os membros da diretoria, exceto o presidente, podem fazer parte de qualquer comissão.

Art. 36 Ocorrendo uma vaga nos cargos da diretoria, o presidente marcará immediatamente reunião de assembléa para a eleição do membro que faltar, não podendo o prazo para a elei-

ção passar de dez (10) dias, a contar da declaração da vaga.

Art. 37 Uma vez eleita a nova diretoria, o secretario geral fará as comunicações ás autoridades publicas, á imprensa e ás demais sociedades congeneres do paiz e do estrangeiro.

Art. 38 Ao presidente incumbe :

a) presidir e dirigir as reuniões da diretoria, todas as sessões do Instituto e as assembleas gerais;

b) representar o Instituto, por si ou mandatario seu, em todos os atos judiciaes e extra-judiciaes, tanto ativa como passivamente;

c) autorizar todos os pagamentos;

d) nomear substitutos de membros das comissões:

e) organizar as ordens do dia para os trabalhos das sessões;

f) nomear e demittir os funcionarios do Instituto;

g) providenciar sobre todos os negocios nos limites dos estatutos da sociedade, nomeando comissões temporarias, designando trabalhos aos socios, etc.

Art. 39 Nos impedimentos do presidente substitui-o-ão os vice-presidentes, na ordem respectiva, e, na falta destes, o secretario geral.

Art. 40 O secretario geral será o chefe da secretaria, tendo a seu cargo todo o expediente, e superintenderá o arquivo, a biblioteca e o museu.

§ Unico — O secretario geral promoverá a aquisição, deposito e guarda de todos os documentos, que possam interessar á geografia e historia do Espirito Santo, fazendo classificar os e catalogar os pelo funcionario, incumbido desses serviços.

Compete-lhe :

a) propôr nomeação, suspensão e demissão de todos os empregados do Instituto.

b) fazer inventariar os manuscritos, livros e quaisquer outros objetos pertencentes ao arquivo, biblioteca e museu, bem como mandar imprimir os respectivos catalogos;

c) determinar a compra dos objetos neces-

sarios ao expediente, atendendo á respectiva verba do orçamento ;

d) fazer a folha dos vencimentos dos funcionarios, rubricar os documentos de despesa e apresentar o projeto de orçamento anual, de accordo com o tesoureiro e a comissão de fundos e orçamentos ;

e) providenciar, na falta do presidente, a respeito de todos os negocios urgentes do Instituto, participando-lhe immediatamente, as providencias que houver tomado ;

f) organizar e publicar o cadastro de todos os socios do Instituto, com todas as minucias possiveis ;

g) fazer o relatorio de todas as occurrencias que se derem durante o bienio ;

h) ter sob a sua fiscalização e direção todos os livros da secretaria, a guarda e conservação do edificio, bem como as suas coleções, objetos e moveis, do que fará um inventario em livro especial ;

i) lêr o expediente nas sessões e prestar aos socios todos os esclarecimentos a respeito da vida do Instituto.

Art. 41 O sub-secretario será o immediato auxiliar do secretario geral e seu substituto, cabendo-lhe especialmente :

a) redigir as atas das sessões ;

b) expedir os avisos de convocações ;

c) colaborar assiduamente com o secretario geral na conservação e prosperidade do Instituto.

Art. 42 A secretaria terá, além de outros, os seguintes livros, rubricadas pelo presidente :

a) para as atas das sessões ordinarias e extraordinarias ;

b) para as atas das sessões anniversarias e de comemoração ;

c) para os lançamentos dos socios, com as devidas indicações ;

d) para o inventario dos moveis e mais pertences do Instituto ;

e) para o registro de ofertas e donativos ;

f) para o registro de officios expedidos ;

g) para visitas.

Art. 43 Ao orador compete :

- a) pronunciar o discurso de recepção dos novos socios;
- b) fazer nas sessões aniversarias os elogios dos socios falecidos durante o ano;
- c) usar da palavra, em nome do Instituto, quando este se fizer representar em alguma solenidade.

§ Unico — Ao orador adjunto compete substituir o orador nos seus impedimentos.

Art. 44 Ao tesoureiro compete :

- a) arrecadar e guardar os fundos do Instituto, depositando num banco de sua escolha e aceito pelo presidente, as quantias sem applicação immediata, podendo movimentar as respectivas cadernetas, mediante cheques, tambem assinados pelo presidente;
- b) satisfazer as despesas, visadas pelo secretario geral e ordenadas pelo presidente;
- c) escolher um cobrador, estranho ao pessoal do Instituto, por quem se responsabilizará e que perceberá, pelo seu trabalho, uma comissão marcada pela diretoria;
- d) dar contas anuais á diretoria e á comissão de fundos e orçamento, em sessão especial, da applicação dos fundos a seu cargo;
- e) organizar o esboço do orçamento para o ano seguinte, entregando-o ao secretario geral na ultima quinzena do mês de novembro de cada ano, afim de ser submetido á comissão de fundos e orçamento e depois á aprovação da assembléa, que deverá fazel-o antes de começar o ano financeiro;
- f) fornecer ao secretario geral os dados sobre a vida financeira do Instituto, para o seu relatorio bienal;
- g) promover, quanto possivel, a bôa marcha economica da sociedade;
- h) participar ao secretario geral os nomes dos socios em debito com a sociedade.

Art. 45 A' diretoria compete:

- a) fazer cumprir os presentes estatutos, programas e regulamentos que forem organizados, e todas as deliberações da assembléa geral;
- b) resolver, no intervalo das sessões, todas

as questões administrativas e urgentes, dando ciência á assembléa, na sessão imediata, das deliberações tomadas;

c) promover o progresso e o engrandecimento do Instituto.

CAPITULO IV

Das comissões

Art. 46 Além das comissões permanentes, estabelecidas no art. 5, poderão ser creadas e nomeadas outras para o cumprimento de fins especiais.

Art. 47 Todas as comissões permanentes ou temporarias compor-se-ão de cinco (5) membros, no minimo. (Art. 5)

Art. 48 As comissões permanentes serão eleitas de dois (2) em dois (2) anos, ao mesmo tempo que a diretoria.

§ Unico—O processo de eleição e apuração é o mesmo indicado no art. 33, não sendo permitido o exercicio cumulativo nas comissões permanentes.

Art. 49 A' comissão de fundos e orçamento compete examinar as contas, que forem submetidas ao seu conhecimento e organizar definitivamente o orçamento anual da receita e da despesa, para sêr discutido em sessão ordinaria, até o fim de dezembro de cada anno.

Art. 50 A's comissões de historia, de geografia, de etnografia e arqueologia, compete dar parecer sobre as memorias, documentos e publicações remetidas pela diretoria, auxiliando-a em tudo o que se referir a negocios de sua alçada.

Art. 51. A' comissão de admissão de socios compete dar parecer sobre todas as propostas de admissão de socios, ou de elevação de classe dos mesmos, sindicando da individualidade do candidato, das suas condições de idoneidade e da conveniencia de sua aceitação.

Art. 52. A' comissão de estatutos e revisita compete:

a) dar parecer sobre duvidas na interpreta-

ção destes estatutos, bem como sobre emendas, reformas e aditamentos;

b) elaborar regulamentos ou regimentos para os negócios internos do Instituto;

c) coligir e escolher o material necessário para a revista, encarregando-se de sua publicação e de qualquer publicação avulsa.

Art. 53. Os pareceres das comissões devem sempre ser assinados pela maioria dos seus membros.

Art. 54. Cada comissão elegerá um presidente, dentre os seus membros.

Art. 55. Vagando o lugar de membro de qualquer comissão, compete ao presidente da sociedade nomear o substituto.

CAPITULO V

Das sessões e reuniões do Instituto; ordem de seus trabalhos

Art. 56. O Instituto celebrará sessões ordinarias e extraordinarias, de assembléa geral, anniversarias e de comemoração.

Art. 57. As sessões ordinarias realizar-se-ão uma vez por mês, em dia e hora previamente marcadas pelo presidente e avisados pela imprensa.

Art. 58. Sempre que houver necessidade, o presidente convocará o Instituto extraordinariamente, sendo a convocação feita pela imprensa, com antecedencia, pelo menos, de três dias.

Art. 59. O Instituto celebrará solenemente o anniversario de sua instalação, no dia doze (12) de junho de cada anno.

§ 1º. Em tal sessão, o presidente lerá o discurso de abertura, o secretario geral lerá um relatório, resumindo a vida do Instituto e o orador fará o elogio dos socios falecidos durante o ano, podendo occupar-se de qualquer assunto relativo á geografia ou historia do Espírito Santo.

§ 2º. Em seguida, o presidente facultará a palavra a quem a reclamar.

Art. 60. O presidente convocará a assembléa geral, sempre que julgar conveniente.

§ 1º. Todos os socios quites com a sociedade

têm o dever de assistir ás sessões de assembléas gerais, e o direito de nelas propôr, discutir e votar.

§ 2º Para haver sessão de assembléa geral, é necessaria a presença de vinte e um (21) socios no minimo.

§ 3º Não comparecendo esse numero, será marcada nova reunião meia hora depois, na qual se deliberará com doze (12) socios, no minimo e, si passada mais de meia hora ainda não houver numero, se deliberará em terceira (3ª) convocação com qualquer numero de socios presentes, em dia previamente anunciado. Essa terceira convocação fica a criterio e sob deliberação da directoria.

Art. 61. Será também convocada a assembléa geral, quando dez (10) socios a solicitarem, por escrito ao presidente.

Art. 62. Nas sessões ordinarias e extraordinarias, serão tratados exclusivamente negocios literarios ou cientificos do Instituto, discutindo-se e votando-se pareceres sobre tais negocios emitidos.

Art. 63. Os pareceres das comissões de fundos e orçamento, de admissão de socios e estatutos, só poderão ser discutidos e votados em assembléa geral.

Art. 64. Aberta a sessão, lida e submetida á aprovação dos socios a áta da sessão antecedente, o sub-secretario dará conta do expediente, resolvendo-se em seguida sobre qualquer materia, sujeita ao conhecimento do Instituto.

§ 1º Nessas sessões, os socios podem lêr trabalhos cientificos e literarios.

§ 2º Para haver sessão ordinaria e extraordinaria é mistér a presença do presidente ou de qualquer de seus substitutos, e de sete (7) socios, no minimo.

Art. 65. Nas assembléas gerais e em todas as reuniões do Instituto, o Presidente ocupará o centro da mesa, tendo á direita o secretario geral e o orador, e á esquerda o sub-secretario e o tesoureiro.

§ Unico—Na falta dos secretarios, o presidente

convidará socios presentes para substituí-los no momento.

Art. 66. As sessões ordinarias, extraordinarias e de assembléa geral serão reservadas aos socios ou ás pessoas, que forem convidadas pelo presidente ou pelos secretarios.

§ Unico—As sessões aniversarias e de comemoração serão publicas.

Art. 67. A diretoria envidará esforços para que se celebrem sessões solenes de comemoração em todas as datas nacionais e estaduais, sendo os oradores do Instituto, ou outros socios designados com antecedencia, pelo presidente, obrigados a fazer discursos civicos.

Art. 68. As sessões não durarão além de três (3) horas, e serão encerradas depois de se ter anunciado a ordem do dia para a seguinte.

Art. 69. De todas as sessões, o sub secretario lavrará uma áta, tão minuciosa quanto possível, que, uma vez aprovada, será assinada pela diretoria.

Art. 70. As sessões da diretoria serão efetuadas com a maior frequencia possível.

Art. 71. A' assembléa geral cumpre resolver sobre os casos omissos nesses estatutos, e a sua resolução será considerada parte integrante dos mesmos.

§ Unico—Nesses casos, será sempre ouvida antes a comissão de estatutos, que dará o seu parecer verbalmente ou por escrito.

CAPITULO V I

Dos empregados

Art. 72. O Instituto terá, além de um porteiro, um servente e uma datilografa, quando fôrem necessarios ao serviço e de accordo com as condições economicas.

Art. 73. Ao porteiro incumbe :

a) guardar as chaves do edificio e das salas para o abrir e fechar nas horas marcadas pela diretoria;

b) velar pelo asseio da casa e pela conservação dos moveis;

c) cumprir as ordens do presidente e de qualquer membro da diretoria, ouvindo sempre o secretario geral.

Art. 74. Ao servente compete;

a) cumprir as ordens dos secretarios;

b) encarregar-se do asseio da casa, obedecendo ás instruções do porteiro;

c) prestar todos os serviços, que lhe fôrem ordenados.

Art. 75 A' datilografa caberão os serviços de sua profissão.

Art. 76. Os vencimentos desses empregados serão marcados pela diretoria e determinados expressamente no orçamento anual.

Art. 77. Havendo qualquer trabalho extraordinario e urgente, poderá o secretario geral contratar pessoas idoneas, que perceberão diarias consignadas nas despesas da secretaria.

Art. 78. O secretario geral será o fiscal das faltas dos empregados, podendo descontar-as nos seus vencimentos, se excederem de duas por mês, salvo o caso de molestia provada, quando poderão ser abonadas.

CAPITULO VII

Da Revista

Art. 79. O Instituto publicará uma revista anual ou semestral, conforme as suas possibilidades economicas.

§ Unico — A revista será distribuida pelos socios de todas as categorias.

Art. 80. A leitura da revista estará a cargo da comissão de estatutos e revista, que se responsabilizará por tudo que se referir á mesma.

Art. 81. O preço da revista exposta á venda, será determinado pela diretoria.

Art. 82. O Instituto obriga-se á publicação de documentos recomendados pelo governo do Estado.

Art. 83. Além da revista, o Instituto publicará, em avulsos, memorias e outros trabalhos va-

liosos, de seus socios, sempre a juizo da assemblea geral, expondo essas obras á venda.

CAPITULO VIII

Da bibliotheca

Art. 84. Haverá no Instituto uma bibliotheca destinada especialmente ao uso dos socios, mas que será franqueada a todas as pessoas qualificadas, que a procurarem.

Art. 85. Haverá, na bibliotheca, um livro em que se inscreverão os nomes de todas as pessoas que lhe fizerem donativos de obras e trabalhos.

Art. 86. A bibliotheca estará aberta todos os dias uteis, das 11 ás 15 horas, podendo a diretoria ordenar a sua abertura durante a noite, por espaço de duas horas.

Art. 87. Não é permitida a saida de livros, mapas e outros objéto da bibliotheca.

Art. 88. O porteiro ou o servente será obrigado a permanecer na sala de leitura, na ausencia dos secretarios, responsabilizando se por qualquer estrago ou extravio de livros ou documentos.

CAPITULO IX

Dos fundos do Instituto e sua applicação

Art. 89. Os fundos do Instituto procedem de :

§ 1.º Joias de admissão, diplomas, e contribuição anual dos associados ;

§ 2.º Produto das remissões ;

§ 3.º donativos feitos ao Instituto ;

§ 4.º Receita liquida resultante da venda da revista e das obras avulsas que publicar ;

§ 5.º Subvenções concedidas pelos governos federal, estadual e municipal ;

§ 6.º Produto liquido de qualquer beneficio promovido pela diretoria ;

§ 7.º Legados e heranças.

Art. 90. Os fundos do Instituto serão applicados :

§ 1º Ao seu expediente e á reparação e conservação de objetos de sua propriedade e uso;

§ 2º Aos vencimentos dos empregados;

§ 3º A impressão de sua revista e de outros trabalhos;

§ 4º A compra de livros, manuscritos, mapas, objéto e estantes;

§ 5º Ao pagamento de premios creados pelo Instituto e destinados a galardoarem os socios, ou outras pessoas, que se distinguirem no desempenho de comissões ou trabalhos, indicados pelo Instituto;

§ 6º Ao seguro dos bens do Instituto.

Art. 91. As sobras da receita anual do Instituto serão destinadas á constituição de um patrimonio social, consoante as deliberações da diretoria.

§ Unico — Este patrimonio não poderá ser empregado sem autorização da assembléa geral, podendo os seus rendimentos ser applicados ás despesas fixadas no orçamento.

CAPITULO X

Disposições gerais

Art. 92. A assembléa geral poderá conceder a qualidade excepcional de presidente honorario a todas as pessoas que, por serviços relevantissimos ao Instituto, merecerem tal distincção e, fazendo-o mediante proposta de tres (3) membros da diretoria e mais vinte (20) socios.

§ Unico — A proposta assim apresentada será posta em discussão na assembléa geral, que aprovará por maioria de votos, seguindo-se a comunicação em officio, assinado pelo presidente e pelos secretarios.

Art. 93. O Instituto far-se-á representar por sua diretoria, ou por comissões nomeadas pelo presidente, em todas as solennidades publicas para que tiver sido convidado, bem como nos enterramentos dos seus associados onde falará o orador, o presidente ou um socio, de antemão designado.

Art. 94. A reforma dos estatutos efetuar-

se-á sempre que a comissão de estatutos ou vinte e um (21) socios, no minino, a reclamarem, por escrito e fundamentadamente. Uma assembléa geral decidirá sobre a conveniencia da revisão e, caso aprove a proposta, serão convocadas outras assembléas para a sua discussão e votação.

§ Unico—O processo de discussão será determinado pela assembléa, que aprovar a proposta de revisão.

Art. 95. O socio que perder, extraviar ou estragar qualquer livro ou objéto do Instituto será obrigado a indenizar o prejuizo, e, no caso de recusa, será eliminado da sociedade, em sessão da assembléa geral.

Art. 96. Os socios aceitos que, tendo aviso da secretaria, não satisfizerem as contribuições do seu titulo dentro de tres (3) menses, serão considerados como não admitidos.

Art. 97. O socio que, eleito para qualquer cargo da diretoria, deixar, sem motivo justificado, de comparecer a sete (7) sessões ou reuniões consecutivas, será considerado como tendo renunciado o cargo e o presidente providenciará no sentido de ser preenchida a vaga. Na mesma pena incorrerão os membros de comissões que, faltando ás reuniões das mesmas, concorrerem assim para que não tenham andamento os trabalhos, que lhes forem afétos.

Art. 98. O Instituto podera ceder a socios as suas salas disponiveis, para fins de instrução, como aulas, sessões literarias e conferencias publicas, mediante uma contribuição fixada pela diretoria, que tambem decidirá da conveniencia da sessão.

Art. 99. Os socios do Instituto não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraidas, expressa ou intencionalmente, em nome da sociedade por quem a represente, sendo as ditas obrigações satisfeitas exclusivamente pelos bens sociais.

Art. 100. O Instituto não entretém polemicas pela imprensa, e exclue totalmente as questões pessoais e as discussões politicas do mesmo carater.

Art. 101. Qualquer socio que levar á imprensa fatos, que comprometam a vida do Instituto, fica sujeito á pena de suspensão por tempo nunca excedente de um (1) ano; e, se finda esta, persistirem os motivos de que tenha resultado a suspensão, será excluído do quadro social, a juizo da assembléa geral.

Art. 102. O Instituto terá um arca especial de sigilo ou cofre, onde serão encerrados todos os manuscritos secretos, a publicar em epoca determinada.

§ 1º As chaves da arca ou cofre, que serão diferentes, ficarão em poder do presidente e do secretario geral.

§ 2º Os manuscritos, aí depositados, serão previamente numerados e inventariados, segundo os seus titulos, com indicação do formato, qualidade do papel, do involucro e outros sinais caracteristicos.

§ 3º Além do selo e precauções, tomadas pelo autor, o presidente manda-los-á selar de novo.

§ 4º Em livro proprio, será lavrado pelo sub secretario o termo de deposito, assinado pelo presidente, depositante ou seu procurador e pelo dito sub-secretario.

§ 5º Qualquer memoria ou documento enviado ao Instituto, para deposito temporario na arca de sigilo ou cofre deve ser lacrado e acompanhado de uma carta ao Instituto, assinada pelo autor ou por pessoa conhecida, com declaração do tempo em que deverá ser aberto e lido.

§ 6º Chegado esse tempo, o presidente do Instituto convocará uma reunião da diretoria para a abertura da arca do sigilo ou cofre e, depois de extraído e verificado o manuscrito, segundo a carta que o tiver acompanhado, será aberto e lido em uma ou mais reuniões.

§ 7º Terminada a leitura da memoria ou documento, a diretoria, antes de dar-lhe conveniente destino, deverá submetel-o a juizo da comissão respetiva, conforme o carater do documento.

Art. 103. A' assembléa geral com o numero de dois terços, pelo menos, dos socios existentes, compete deliberar sobre a dissolução da so-

cidade e resolver sobre o destino ulterior dos bens, quer os necessários aos fins do Instituto, quer os que constituam o seu patrimônio.

Art. 104. Todo e qualquer cargo creado ou a crear, não constante dos presentes estatutos, é considerado a título—honorario.

Declaramos aprovar os presentes estatutos.

Sala das sessões do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em Victoria, 2 de Janeiro de 1938.

Dr. Archimimo Martins de Mattos, Presidente.—*Dr. Mario Aristides Freire*, 1º vice-presidente. Com restrição. Evidentemente, urge regularizar os nossos estatutos: as disposições da ultima ou das ultimas reformas deixaram de ser devidamente publicadas. E, depois das modificações de 1921, aqui referidas, houve, pelo menos, a reforma de 1929, da qual tive comunicação. Sendo assim, subscrevo a presente declaração de revigoração dos antigos estatutos, aprovados na assembléa geral de 8 de outubro de 1921, com as emendas e alterações aqui formuladas.

Faço restrições aos artigos que aludem á situação legal de associação de utilidade publica federal e ao uso de seus distintivos. Para isso, ao meu vêr, é necessario requerer ao Ministro da Justiça o reconhecimento dessa situação legal, em face dos termos do novo decreto lei, num. 91, de 28 de agosto de 1935: a expedição do respectivo título e o registro de seus distintivos.

Ceciliano Abel de Almeida, 2º vice-presidente.—*Josias B. Martins Soares*, 3º vice-presidente.—*Elpidio Pimentel*, orador.—*Olinto do Couto Aguirre*, tesoureiro.—*Arnupho Mattos*, presidente honorario.—*Carlos Xavier*, presidente honorario.—*José Batalha*, presidente honorario.—*Antonio Francisco de Athayde*, presidente honorario.—*Francisco Generoso*.—*Aurino Quintaes*.—*M. Lopes Pimenta*.—*Marcondes Alves de Sou-*

za Junior.—Luiz Derenzi.—João Manoel de Carvalho.—J. C. AlmeidaCousin.—Desembargador Santos Neves.—Mons. Luiz Claudio de Freitas Rosa.—Vicente da Silva.—Dr. Darcy Mattos.—Eduardo de Andrade e Silva.—Carlos Gomes de Sá.—Fernando Rabello.—João Lodello dos Santos Souza.—Americo Ribeiro Coelho.

Victoria, 2 de Janeiro de 1938.

INDICE

Assuntos e Autores	Paginas
<i>Eleição e posse da directoria do Instituto H. e Geographico</i>	3
<i>Uma entrevista — Dr. Archimimo Mattos</i>	5
<i>Breve noticia sobre a escravidão e a propaganda abolicionista no Brasil e no Espirito Santo — Dr. Antonio Ahayde</i>	10
<i>Climatologia espirito-santense — Carlos Xavier Paes Barretto</i>	19
<i>Primeiras manifestações da imprensa no Brasil — Mario Aristides Freire</i>	22
<i>A comemoração do 15 de Novembro no Instituto Historico — Archimimo Mattos</i>	47
<i>José de Anchieta, sua vida e sua obra — José Victorino de Lima</i>	52
+ <i>Noticia Geographica do Estado — Luiz Derenzi</i>	79
<i>As Romas do Norte — Almeida Cousin</i>	83
<i>Documentos historicos</i>	88
<i>Quatrocentos e tres annos de povoamento do solo espiritosantense — Nilton Thevenard</i>	90

<i>Carta de doação da Ilha de Sto. Antonio</i>	98
<i>Patrimonio do Instituto Historico....</i>	102
<i>A capitania do Espirito Santo sob o dominio dos donatarios—Alberto Lamego.....</i>	106
<i>A abolição e a imprensa capichaba.</i>	117
<i>O Caboclo Bernardo e o naufragio do Imperial Marinheiro, em 1887—Clodoaldo Falcão</i>	121
<i>Homens e cousas espirito-santenses - A rua da Lapa—Amancio Pereira</i>	155
<i>Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo.....</i>	167